

ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

13 ANOS DE MESTRADO
(2009-2022)

Helena Rebelo e Lúcia Pestana



ISBN: 978-989-8805-81-2

Ficha técnica

Título: Estudos Regionais e Locais: 13 Anos de Mestrado (2009-2022)

Autoras: Helena Rebelo e Lúcia Pestana

Revisão: Thierry Proença dos Santos

Capa: Marco Câmara, Gabinete de Comunicação e Marketing

Editora: Universidade da Madeira

ISBN: 978-989-8805-81-2

Data: Setembro de 2022

Direcção do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Coordenação do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas

Faculdade de Artes e Humanidades

Com o patrocínio do Conselho de Curso do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS
13 ANOS DE MESTRADO
(2009-2022)

Helena Rebelo e Lúcia Pestana

Setembro de 2022

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
PREFÁCIO	8
1. BREVE INTRODUÇÃO AO CURSO	10
2. CRIAÇÃO DO MESTRADO	13
2.1. DOCUMENTO LEGAL PARA A CRIAÇÃO DO MESTRADO	15
2.2. REGULAMENTO ESPECÍFICO DO CURSO	19
3. DIRECTORES DE CURSO.....	36
4. DOCENTES E ÁREAS	37
4.1. DOCENTES DO CURSO POR ÁREA.....	37
4.2. DOCENTES POR UNIDADES CURRICULARES (2021-2022).....	39
5. PERFIL DOS MESTRANDOS	60
5.1. POR EDIÇÃO	60
5.2. ANÁLISE GLOBAL	92
6. INVESTIGAÇÕES E DISSERTAÇÕES.....	104
6.1. LISTAGEM CRONOLÓGICA DAS DISSERTAÇÕES	105
6.2. RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DOS MESTRES.....	108
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO PASSADO AO PRESENTE	143
POSFÁCIO	150

NOTA INTRODUTÓRIA

Estudos Regionais e Locais: breve nota

Conciliando várias áreas científicas, da História à Linguística, da Gestão à Geologia, entre outras, o Mestrado em Estudos Regionais e Locais tem, desde o ano lectivo 2009-2010, feito um percurso com assinalável êxito na Universidade da Madeira.

Constituiu-se, desde logo, como uma das principais opções para os estudantes da área de Humanidades, *lato sensu*, transitarem para um grau de maior especialidade. Além disso, durante várias edições, o Mestrado em Estudos Regionais e Locais tem sido capaz de captar o interesse de estudantes que, após concluírem uma licenciatura em instituições de ensino superior fora da RAM, encontram neste ciclo de estudos uma boa oportunidade para continuarem os seus estudos e, dessa forma, aprofundarem as competências científicas com vista a uma melhor integração ou consolidação profissional. Registe-se, ainda, que uma percentagem significativa dos estudantes, ao longo destes anos, ingressam no mestrado como trabalhadores-estudantes, manifestando, dessa forma, não só pretender melhorar os seus conhecimentos, como também valorizar a aprendizagem contínua. Acreditamos, por isso, que o ciclo de estudos corresponde ao interesse de um conjunto de profissionais ou futuros profissionais que podem desempenhar funções em instituições públicas locais ou mesmo em empresas privadas ligadas, por exemplo, ao desenvolvimento rural ou local.

A preocupação com as competências dos estudantes não decorre apenas da adaptação ou melhoria dos conteúdos das unidades curriculares. Tem havido por parte do Conselho de Curso e dos docentes capacidade para organizar Seminários ou Conferências sobre temáticas relacionadas com os objectivos do Mestrado, fomentando-se a ligação com a comunidade.

Durante estes anos, as avaliações feitas pela A3ES e a própria avaliação do Conselho de Curso levaram-nos a introduzir algumas alterações no Plano de Estudos, com o objectivo de corresponder às expectativas dos estudantes e da própria sociedade civil. Tal como em outros ciclos de estudos, o processo de melhoria é contínuo, sem que se coloque em risco a estabilidade do corpo docente e o normal funcionamento do curso.

Desde 2019, e certamente sofrendo os condicionalismos criados pela pandemia, está em processo, com o conhecimento da A3ES, uma parceria com a Universidade de Pádua e outras instituições universitárias internacionais. Registe-se que este dossiê tem sido conduzido com notável empenho e persistência pela actual Directora de Curso, esperando-se que possa ter a aprovação da A3ES. Um dos principais objectivos desta parceria é a internacionalização do ciclo de estudos, com a recepção de estudantes estrangeiros durante um semestre, permitindo-se também que os nossos docentes e estudantes possam ter experiências pedagógicas e científicas nas instituições que integram a parceria.

Os desafios continuam a ser muitos e constantes. Tal como no passado, estamos certos de que conseguiremos encontrar as soluções mais adequadas para valorizar o ciclo de estudos, dentro de um espírito académico de diálogo entre docentes e estudantes.

Deixo, por fim, uma palavra de sentido agradecimento a todos os Directores de Curso que deram, nestes anos, o seu contributo e dedicação para o normal funcionamento do Mestrado. Também aos docentes, diplomados e estudantes do Mestrado em Estudos Regionais e Locais exprimo o meu sentido reconhecimento em nome da Faculdade de Artes e Humanidades.

Joaquim Pinheiro
Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades
Junho, 2022



14 de Dezembro 2018

Anfiteatro 1 Campus da Penteadá

Ciclo de Conferências

Abordagem de Questões da Cultura Regional e Local

10h00 – Sessão de Abertura

TERESA MARTINS MARQUES (CLEPUL)
“Associações de Escritores em Portugal”

ERNESTO RODRIGUES (Universidade de Lisboa, CLEPUL)
“Da Literatura Transmontana à Madeirense”

HELENA REBELO (Universidade da Madeira, CLLGUA) & **THIERRY PROENÇA DOS SANTOS** (Universidade da Madeira, CLEPUL)
“A Polimorfia de Palavras Construídas a partir do Topónimo Madeira”

12h15 – Encerramento

2º CICLO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

coordenador.dil@mail.uma.pt

PREFÁCIO

Conceber um livro para celebrar a existência do Mestrado em Estudos Regionais e Locais (MERL), na Universidade da Madeira (UMa), foi um propósito que ganhou relevo e se foi impondo, pela necessidade de fazer o balanço de mais de uma década de existência. Olhando para trás, a partir do caminho feito, é possível traçar novos rumos para construir o futuro desta proposta de formação avançada. Consoante a visão que se tiver, será viável delinear o seu devir. O processo implica perceber, por um lado, a oferta formativa que é apresentada desde a criação deste 2.º Ciclo como um todo multidisciplinar e, por outro, conseguir uma radiografia geral dos mestrandos, com sucessos e insucessos, no sentido de redimensionar a proposta de formação avançada, no caso de ser pertinente.

O livro é motivado por uma genuína intenção de compreender por dentro o Mestrado em Estudos Regionais e Locais (MERL). Regressamos, por isso mesmo, à sua criação, dando conta dos documentos que são os pilares da sua construção: o Despacho n.º 4796/2009 e a última versão do Regulamento Específico, com texto aprovado em 2019. Expomos o seu plano de curso e juntamos os programas das Unidades Curriculares que constituem o 1.º ano académico, correspondendo no seu todo, com 60 ECTS, a uma pós-graduação. Passamos da vertente da docência para a dos discentes, a fim de conhecer o perfil dos estudantes. Quantos inscritos teve o MERL, ao longo dos anos e no total? Quantos completaram o 1.º ano, ou seja, a parte curricular equivalente à pós-graduação? Que percentagem desistiu? Muitos mestrandos defenderam as suas propostas de Dissertação e importa congregar os temas que abordaram, para obter uma panorâmica ampla e genérica das escolhas feitas, no tratamento de assuntos regionais e locais. De que áreas são essas temáticas? Quais delas combinam e cruzam áreas distintas? Assim, procurando respostas a variegadas questões, apresentamos uma breve descrição com pendor quantitativo e analítico dos estudantes por edição e no geral. O sentido é perceber o perfil desta proposta formativa avançada e, por conseguinte pós-licenciatura, aberta aos estudantes de 1.º Ciclo da Universidade da Madeira (UMa), mas igualmente a licenciados de outras instituições, além de profissionais já no mundo do trabalho que queiram adquirir, renovar e aprofundar conhecimentos. Para o efeito, agrupamos os resumos das dissertações defendidas pelos mestrandos e as áreas a que se ligam, já que este 2.º Ciclo associa várias, não sendo exclusivamente de uma área científica.

Como mais-valia, o curso propõe observar as realidades territoriais, enquanto espaços de vivências regionais e locais, sob diversos pontos de vista científicos, num

quadro multidisciplinar. Fornece visões diferentes, em colaboração científica, para assuntos das comunidades, tenham elas dimensões maiores ou menores. Compreender o ser humano no território que habita, enquanto realidade natural, social, cultural, histórica, política, administrativa, económica, turística, artística, linguística, literária, patrimonial, etc. é do interesse de diversas áreas científicas, nomeadamente das seis áreas estabelecidas do Mestrado. Numa formação multidisciplinar aprofundada, os mestres em Estudos Regionais e Locais, concluído curso, vão munidos de uma panóplia de ferramentas que os auxiliará a intervir no âmbito das Regiões e Localidades, a nível público ou privado, nos mais diversos organismos, podendo mesmo empreendedoraamente criar ideias para o próprio trabalho ou de outrem. Formar associações com funções diversificadas tem sido outra incidência dos mestres, que, com frequência, se interessam por temáticas ligadas à Região Autónoma da Madeira, tanto na sua dimensão geral como local. Todavia, também têm revelado interesse por outras longitudes e latitudes, mais próximas ou mais distantes, como a zona atlântica, a Macaronésia, as Regiões Ultraperiféricas, a Europa ou outras partes do Mundo, hoje globalizado, mas com especificidades consoante os territórios para onde se olha, a fim de serem alvo de estudo.

Este livro pretende apresentar uma súpula e, simultaneamente, em função dos dados existentes, uma breve análise descritiva, no sentido de se observar, com mais precisão, o Mestrado em Estudos Regionais e Locais. Ao longo do livro, incluem-se fotografias, cartazes e outros materiais que foi possível juntar. Até 2019, o curso teve edições bienais e, desde então, passou a abrir anualmente, no sentido de manter constante a oferta formativa e de permitir que os interessados no curso não aguardassem um ano para ingressar no Mestrado ou acabassem, com frequência, por divergir para outras propostas de formação. Uma vez que este “e-book” foi elaborado por uma discente e uma docente, oferece um enquadramento global, contando com os dois lados do 2.º Ciclo. Esperamos que o conteúdo possa interessar à comunidade académica, nomeadamente à envolvida no ciclo de formação retratado. Enquanto síntese, permite informar os potenciais interessados. Acreditamos que possuirá relevância para a Direcção do Mestrado, a Coordenação do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Artes e Humanidades, enquanto órgão da Universidade da Madeira.

1. BREVE INTRODUÇÃO AO CURSO

O Mestrado em Estudos Regionais e Locais, conforme está descrito na apresentação do curso disponível no *website* da Universidade da Madeira¹, visa oferecer um programa de formação avançada no domínio dos estudos locais e regionais, seguindo uma perspectiva pluridisciplinar/ multidisciplinar. Habilita para a concepção, a intervenção e a avaliação de projectos em prol do desenvolvimento social e económico, local e regional, requalificando e especializando licenciados e quadros superiores e intermédios. Procura responder à necessidade de formação de profissionais competentes e aptos para encontrarem soluções para os desafios de mercado do presente. As principais competências a adquirir pelos futuros mestres são:

a) Conhecer e compreender as práticas políticas, económicas e culturais de forma integrada nas realidades legislativas, institucional e social, regional e local, com base no domínio-conhecimento proporcionado por diferentes áreas do saber: História, Gestão-Economia, Turismo, Geologia, Cultura, Património, Linguística e Literatura;

b) Saber integrar e aplicar os seus conhecimentos, planear, estruturar e gerir os projectos, de modo que possam satisfazer as necessidades dos agentes sociais e envolvidos;

c) Saber definir e aplicar políticas de aquisição, avaliação, organização, descrição, armazenamento, preservação, recuperação e comunicação nas instituições regionais e locais;

d) Saber comunicar os seus conhecimentos, raciocínios e conclusões subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades;

e) Estimular o empreendedorismo, em particular, no sentido da (re)organização de serviços, racionalização de práticas e da criação de novas saídas profissionais.

Destina-se a todos os detentores de uma licenciatura nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, Artes e Humanidades, Ciências Económicas, Ciências da Cultura, Comunicação Social, Relações Internacionais e áreas afins. Podem candidatar-se a este curso de 2.º Ciclo os titulares do grau de licenciado ou equivalente legal; titulares de um grau académico superior estrangeiro, reconhecido como satisfazendo os

¹ <https://www.uma.pt/ensino/2o-ciclo/mestrado-em-estudos-regionais-e-locais/>, última consulta realizada no dia 10-05-2022.

objectivos do grau de licenciado; detentores de um *curriculum* escolar, científico ou profissional reconhecido pelos responsáveis pelo ciclo de estudos como atestando capacidades para a realização do Mestrado.

Os graduados deste curso terão capacidades para exercer funções em gabinetes de estudos e consultadoria, empresas turísticas, autarquias e outros organismos municipais, associações de desenvolvimento local e regional, bem como na administração pública. Os mestres em Estudos Regionais e Locais, com as diversificadas competências adquiridas estarão vocacionados para progredir nas próprias carreiras e exercer funções como: a) dirigentes em organismos públicos e privados; b) técnicos superiores; c) investigadores e, tendo já formação prévia, docentes no Ensino Secundário e no Ensino Superior universitário ou politécnico; d) arquivistas; e) bibliotecários e f) jornalistas.



Fotografia com temporizador de máquina fotográfica, gentilmente, cedida por Natália Bonito
“CONVÍVIO, 15-12-2011 – Era para ter sido uma aula de História do Municipalismo, com 5 apresentações, mas o projector tirou folga...”



Fotografia cedida por Lúcia Pestana

Estudantes do MERL a colaborar no Secretariado do III Colóquio Internacional INSULA do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL): *Para além de Natureza & Artificio*, UMa, Funchal, de 8 a 12 de Novembro de 2017. Assinala-se a colaboração do MERL com o CIERL.

2. CRIAÇÃO DO MESTRADO

Foi sensivelmente em 2006, cerca de dois anos antes de ter sido finalizada, que, no Departamento de Estudos Romanísticos, surgiu a proposta de criação do Mestrado em Estudos Regionais e Locais. Este curso foi sendo concebido com base em estudos comparativos com cursos e formações avançadas existentes a nível nacional e internacional. Pretendia-se um mestrado que pudesse valorizar a vertente regional, já que a Universidade da Madeira está integrada num território arquipelágico e, portanto, insular, a Região Autónoma da Madeira. Pretendia-se ainda que pudesse visar o estudo aprofundado do território e do ser humano inserido no espaço, tendo em conta as componentes da sociedade e da cultura, nas suas mais amplas vertentes. Data de 2008, a conclusão do processo de criação. Tendo, por isso, começado a funcionar no ano académico de 2009-2010, já que o documento legal que o sustenta foi publicado em *Diário da República* no segundo mês de 2009. Esta publicação é fundamental para a génese do curso de 2.º Ciclo, que assinala. Aliás, o Mestrado em Estudos Regionais e Locais rege-se por dois documentos essenciais, dois pilares basilares da sua existência, do ponto de vista organizacional e estrutural, que visam o bom funcionamento do curso. Referimo-nos, primeiro, ao *supra* referido *Despacho n.º 4796/2009*, publicado em *Diário da República*, 2.ª Série – n.º 27 – 9 de Fevereiro de 2009, que oficializa a criação do Mestrado, e, depois, ao *Regulamento Específico do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais*, na sua última versão, porque são estipuladas normas próprias relacionadas com a execução do plano traçado para o curso.

Com efeito, conforme estipulado pelo *Despacho n.º 4796/2009*, as linhas principais do curso são as seguintes: a) duração - tem a duração de dois anos e assenta em quatro semestres; b) áreas - diversas áreas científicas integram o curso, ou seja, Arte e Cultura, Linguística, Literatura, Gestão, Geologia (cada uma equivale a 7,5 créditos) e História – que pode ser considerada a área científica predominante – (22,5 créditos); c) Dissertação - envolve o Seminário de Orientação (15 créditos) e a Dissertação de Mestrado (45 créditos), que podem incidir em qualquer uma das áreas mencionadas. Portanto, para concluir o curso, é necessário contabilizar o total de 120 créditos ECTS.

No 1.º semestre do 1.º ano, o curso dispõe de quatro unidades curriculares: Arte e Cultura Regionais (Arte/ Cultura), História do Municipalismo (História), Literatura e Identidade (Literatura), Regiões e Turismo (Gestão). Da componente curricular, do 2.º

semestre do 1.º ano, figuram as unidades: Geodiversidade e Património (Geologia), História das Instituições Regionais (História), Património Linguístico (Linguística), Sociedades e Culturas Insulares (História). O 2.º ano do curso é dedicado, de forma integral, ao trabalho de investigação, cuja proposta é previamente elaborada no fim do 1.º ano – escolhido o tema, assim como a orientação, e preenchido o formulário disponibilizado para o efeito. É analisada e avaliada internamente, a proposta individual, tendo de ser validada pelos órgãos, Comissão Científica do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas e o Conselho Científico da Faculdade de Artes e Humanidades. Aprovada a proposta de Dissertação, o 2.º ano é-lhe completamente dedicado, para que a sua elaboração se concretize e finda com a defesa pública da investigação levada a cabo. Para aí chegar, no 1.º semestre do 2.º ano, os mestrandos dispõem de um Seminário de Orientação (15 créditos, para qualquer das áreas) ministrado por quem os orienta, subdividindo-se a turma em função das opções pessoais dos discentes. No 2.º semestre, o tempo de contacto e o de trabalho individual é dedicado, exclusivamente, à elaboração da Dissertação (45 créditos), que envolve todo o tipo de trabalho indispensável para a finalização da investigação, a fase derradeira do 2.º Ciclo.

Retomam-se os documentos referidos para compreender a estruturação do curso. Damos conta, agora, de cada um deles: do despacho, *infra*, no ponto 2.1, e, depois, do regulamento, no ponto 2.2. Esquemáticamente, o despacho é composto por seis artigos: 1.º Criação e Designação do Curso; 2.º Organização do Curso; 3.º Estrutura Curricular e Plano de Estudos; 4.º Normas Regulamentares; 5.º Regras de Avaliação; 6.º Entrada em Funcionamento. Dispõe, ainda, de um anexo relativo à Estrutura Curricular e ao Plano de Estudos. Por ser determinante e estar na criação do Mestrado, enquanto primeiríssima referência por nele assentar, transcrevemos, na íntegra, o documento de criação do curso de 2.º Ciclo, com a adaptação das tabelas presentes no anexo do documento original. O regulamento, retomando e especificando o *Regulamento de 2.º Ciclo da Universidade da Madeira*, com o qual se interliga, estabelece as condições para o bom funcionamento do curso. Explicita desde as condições de ingresso às regras para a atribuição de diplomas com a classificação final.

Tanto o despacho, como o regulamento, são ambos essenciais para qualquer pessoa que se interesse pelo curso. Por isso, devem acompanhar os mestrandos ao longo dos dois anos de formação. Orientam e esclarecem dúvidas, podendo auxiliar na resolução de questões pontuais sobre o MERL. Sobretudo por essa razão, considerámos imprescindível apresentá-los aqui.

2.1. DOCUMENTO LEGAL PARA A CRIAÇÃO DO MESTRADO

Apresentamos a transcrição do despacho, texto fundador do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, passando, depois, para o segundo documento, o regulamento do curso. Publicado em 2009, o despacho marca a sua criação oficial, viabilizando, oficialmente, o seu funcionamento.

Despacho n.º 4796/2009

[pp. 5663-5665]

Nos termos do disposto no n.º 1 do Art. 7.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, no n.º 1 do Art. 1.º do Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio, no Art. 21.º, alínea *d*) do Estatuto da Universidade da Madeira e da deliberação do Senado n.º 35/SU/2006 de 8 de Novembro e na sequência do registo na Direcção-Geral do Ensino Superior com o número R/B — Cr 493/2007 e tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, foi aprovada a criação do curso de mestrado em Estudos Regionais e Locais:

1.º

Criação e Designação do Curso

É criado na Universidade da Madeira, no âmbito do Departamento de Estudos Romanísticos, o curso de mestrado em Estudos Regionais e Locais, adiante designado por curso.

2.º

Organização do curso

O curso organiza-se em unidades de crédito, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

3.º

Estrutura curricular e plano de estudos

A estrutura curricular, as áreas de especialização e o plano de estudos do mestrado em Estudos Regionais e Locais são os que constam no Anexo ao presente despacho.

4.º

Normas regulamentares

1 — O órgão legal e estatutariamente competente aprovará as normas regulamentares do curso, nomeadamente:

- a) Regras sobre a admissão no ciclo de estudos, em especial as condições de natureza académica e curricular, as normas de candidatura, os critérios de selecção e seriação, e o processo de fixação e divulgação das vagas e dos prazos de candidatura;
- b) Condições de funcionamento;
- c) Estrutura curricular, plano de estudos e créditos, nos termos das normas técnicas a que se refere o Art. 12.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;
- d) Concretização da componente a que se refere a alínea b) do n.º 1 do Art. 20.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março;
- e) Regime de precedências e de avaliação de conhecimentos;
- f) Regime de prescrição do direito à inscrição, tendo em consideração, quando aplicável, o disposto sobre esta matéria na Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto;
- g) Processo de nomeação do orientador ou dos orientadores, condições em que é admitida a co-orientação e regras a observar na orientação;
- h) Regras sobre a apresentação e entrega da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio, e sua apreciação;
- i) Prazos máximos para a realização do acto público de defesa da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio;
- j) Regras sobre a composição, nomeação e funcionamento do júri;
- k) Regras sobre a defesa da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio;
- l) Processo de atribuição da classificação final;
- m) Prazos de emissão da carta de curso e suas certidões e do suplemento ao diploma;
- n) Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico;

2 — O curso rege-se ainda pelo disposto no *Regulamento de Estudos do 2.º Ciclo da Universidade da Madeira* e nos normativos legais aplicáveis.

5.º

Regras de Avaliação

Aplicam-se as regras constantes no Regulamento de Avaliação dos alunos da Universidade da Madeira.

6.º

Entrada em Funcionamento

O curso entrará em funcionamento no ano lectivo de 2007/08.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Senado Universitário, Pedro Telhado Pereira.

ANEXO

Estrutura Curricular e Plano de Estudos

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade da Madeira
- 2 — Curso: Estudos Regionais e Locais
- 3 — Grau ou diploma: Mestrado
- 4 — Área científica predominante do curso: História
- 5 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120 ECTS
- 6 — Duração normal do curso: 2 anos (4 semestres)
- 7 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Arte/Cultura	ART/CUL	7,5	
Linguística	LIG	7,5	
Literatura	ELI	7,5	
História	HIS	22,5	
Gestão	GES	7,5	
Geologia	GEO	7,5	
Seminário	ART/CUL; LIG; ELI; HIS; GEO; GES	15	
Dissertação	ART/CUL; LIG; ELI; HIS; GEO; GES	45	
Total		120	

8 – Plano de estudos

1.º Ano — 1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Obs
			Total	Contacto		
			História do Municipalismo	HIS		
Literatura e Identidade	ELI	Semestral	210	36TP 18S 20OT	7,5	
Arte e Cultura Regionais	ART/CUL	Semestral	210	36TP 18S 20OT	7,5	
Regiões e Turismo	GES	Semestral	210	36TP 18S 20OT	7,5	

1.º Ano — 2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Obs
			Total	Contacto		
			Sociedades e Culturas Insulares	HIS		
Geodiversidade e Património	GEO	Semestral	210	36TP 18S 200T	7,5	
História das Instituições Regionais	HIS	Semestral	210	36TP 18S 200T	7,5	
Património Linguístico	LIG	Semestral	210	36TP 18S 200T	7,5	

2.º Ano — 1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Obs
			Total	Contacto		
			Seminário de Orientação	ART/CUL; LIG; ELI; HIS; GEO		

2.º Ano — 2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Obs
			Total	Contacto		
			Dissertação	ART/CUL; LIG; ELI; HIS; GEO		

2.2. REGULAMENTO ESPECÍFICO DO CURSO

O *Regulamento Específico do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais*, com última versão aprovada a 17 de Junho de 2019, é um documento imprescindível, por estabelecer as normas do curso, sendo a sua menção e as respectivas observações oportunas. É composto pelos capítulos com os títulos e os itens que se transcrevem do documento original: “I. Condições de Ingresso (Admissão ao Curso; Critérios de Seleção e Seriação; Vagas, Prazos e Condições das Candidaturas); II. Condições de Funcionamento (Princípios; Plano do Curso; Unidades Curriculares Optativas; Matrícula, Renovação da Matrícula, Precedências e Prescrições); III. Orientação e Dissertação (Dissertação; Orientador; Orientação; Tema da Dissertação; Inscrição em Dissertação; Escolha do Tema de Dissertação; Registo da Dissertação; Mudança de Tema, de Orientador ou Recusa de Orientação; Elaboração de Dissertação; Suspensão da Contagem do Prazo de Entrega de Dissertação; Requerimento da Prova Pública de Defesa da Dissertação; Nomeação do Júri; Apreciação Preliminar da Dissertação pelo Júri; Funcionamento do Júri e Provas Públicas; Arquivo; Depósito Legal); IV. Conclusão do Mestrado (Atribuição de Diplomas e Classificação Final) e V. Disposições Finais (Norma Subsidiária; Casos Omissos; Norma Revogatória e Entrada em Vigor)”. Neste regulamento, estão presentes cinco anexos que adicionam dados para elucidar determinados assuntos. Transcrevem-se, igualmente, esses itens: “Anexo I. Plano de Estudos do Mestrado em Estudos Regionais e Locais; Anexo II. Regime de Precedências na Inscrição em Unidades Curriculares do Mestrado em Estudos Regionais e Locais; Anexo III. Regime de Prescrições do Mestrado em Estudos Regionais e Locais; Anexo IV. Regras de Citação a Utilizar na Dissertação do Mestrado em Estudos Regionais e Locais; Anexo V. Modelo da Capa da Dissertação do Mestrado em Estudos Regionais e Locais”.

Por conseguinte, fica explícita a conexão particular entre o despacho que cria o 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais e o regulamento que, como o próprio nome indica, regula o funcionamento deste curso de formação avançada. De modo que o Anexo I com o Plano de Estudos do Mestrado reenvia, explicitamente, para o documento legal, no qual o plano de estudos também consta. Os restantes anexos fornecem dados importantes, quer quanto a orientações relativamente à concepção da Dissertação, quer para a capa da Dissertação, que se orienta por um modelo pré-definido na UMa. Segue a transcrição

detalhada do referido regulamento, enquanto segundo pilar basilar do MERL, no qual repousa todo o curso.

**REGULAMENTO ESPECÍFICO DO 2.º CICLO
EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS**

O presente Regulamento corresponde ao previsto no Artigo 13.º do *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da Universidade da Madeira (UMa). É transcrito na íntegra, como o foi o despacho.

CAPÍTULO I

Condições de Ingresso

Artigo 1.º

Admissão ao Curso

1. A admissão ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Estudos Regionais e Locais, 2.º Ciclo adiante designado por MERL (Mestrado em Estudos Regionais e Locais), por Mestrado ou, simplesmente, por Curso, faz-se por concurso documental e eventual entrevista.

2. Podem candidatar-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Estudos Regionais e Locais:

a. Titulares do grau de licenciado, ou equivalente legal, na Área das Ciências Sociais e Humanas e na Área das Artes e Humanidades;

b. Titulares do grau de licenciado, ou equivalente legal, em áreas afins à do Mestrado;

c. Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos, ou equivalente legal, nos domínios da Cultura, da Comunicação, da História, da Geografia, da Literatura, da Linguística e das Artes, ou em áreas afins, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

d. Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado em Estudos de Cultura ou Comunicação,

Cultura e Organizações, na Área das Artes e Humanidades, ou em áreas afins, pelo Conselho Científico do Mestrado;

e. Em casos devidamente justificados, podem aceder ao Mestrado os candidatos que apresentem um curriculum científico e profissional relevante para a frequência deste ciclo de estudos e que seja reconhecido pelo Conselho Científico do Mestrado.

Artigo 2.º

Critérios de Seleção e Seriação

1. Considerando a necessidade de fixar um quadro de exigência científica, de nível avançado, nas unidades curriculares dos mestrados, bem como uma adequada preparação dos trabalhos de investigação e de outro tipo requeridos, a seleção dos candidatos com a sua seriação far-se-á, por ordem sequencial, tendo em conta os seguintes critérios, estabelecidos pelo Conselho Científico do Mestrado e divulgados no edital de abertura das candidaturas:

a. Curriculum académico, científico e profissional;

b. Classificação da licenciatura;

c. Experiência profissional ou de investigação;

d. Resultado de uma entrevista prévia, se tal for considerado necessário pelo júri de seleção.

2. A classificação dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20.

3. A seriação dos candidatos admitidos contempla, quando aplicável, uma lista de candidatos suplentes que podem ocupar as vagas que decorram da desistência de candidatos efetivos, quando tal esteja previsto no edital de abertura de candidaturas.

Artigo 3.º

Vagas, Prazos e Condições das Candidaturas

1. Com base nas condições existentes, em cada ano académico, os órgãos competentes da UMa estabelecem o número máximo de estudantes a admitir no Mestrado em Estudos Regionais e Locais.

2. Os órgãos competentes da UMa também estabelecem um número mínimo de estudantes inscritos necessário para o funcionamento do Mestrado.

3. Os prazos e as condições das candidaturas ao Mestrado em Estudos Regionais e Locais são fixados, anualmente, pelos órgãos competentes da UMa e divulgados publicamente.

CAPÍTULO II

Condições de Funcionamento

Artigo 4.º

Princípios

1. A formação no Mestrado visa alcançar os objetivos gerais fixados na legislação aplicável, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de Agosto, para a atribuição do grau de Mestre, bem como cumprir o plano curricular, os objetivos específicos e as metodologias pedagógicas, constantes do dossiê do Mestrado enviado para registo na Direção-Geral de Ensino Superior e para acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).
2. O ensino no Mestrado é implementado por unidades curriculares (UC) organizadas em semestres académicos, sem prejuízo de poderem existir UC com duração anual.
3. Todos os semestres incluem um período definido de semanas com componente curricular e avaliação, de acordo com o calendário académico aprovado pelos órgãos competentes da UMa.
4. A componente curricular do Mestrado decorre em regime presencial, preferencialmente com horário pós-laboral.

Artigo 5.º

Plano do Curso

1. O ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Estudos Regionais e Locais integra:
 - a. um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, correspondendo a uma pós-graduação;
 - b. uma produção académica de natureza científica, ou seja, uma dissertação.

2. A lista de UC consta do Anexo I ao presente Regulamento, definindo o “Plano de Estudos do Mestrado em Estudos Regionais e Locais”.

Artigo 6.º

Unidades Curriculares Optativas

1. O plano de estudos do Mestrado em Estudos Regionais e Locais (cf. Anexo I) não tem contemplado UC optativas.
2. Sendo implementadas, o funcionamento de UC optativas está condicionado à decisão da Comissão Científica do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas (CC-DLLC) e do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Humanidades (CC-FAH) da UMa, de acordo com a distribuição de serviço docente por ano académico.
3. Os dois órgãos referidos no ponto anterior determinam, conseqüentemente, a inscrição, em cada uma delas, de um número mínimo de estudantes.

Artigo 7.º

Matrícula, Renovação da Matrícula, Precedências e Prescrições

1. No ato da matrícula, os estudantes do curso devem tomar conhecimento do presente Regulamento e do Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos, além de outra documentação, também da UMa, pertinente para o efeito.
2. A matrícula caduca no final de cada ano académico, devendo os estudantes proceder à sua renovação na plataforma informática InfoAlunos.
3. Não existe um regime de precedências na inscrição em unidades curriculares do Mestrado em Estudos Regionais e Locais (cf. Anexo II).
4. O Mestrado segue o regime de prescrições definido neste Regulamento (cf. Anexo III).

CAPÍTULO III

Orientação e Dissertação

Artigo 8.º

Dissertação

1. Durante o último ano curricular do Mestrado, os estudantes têm de dar conta de uma investigação de natureza científica, inserida no âmbito dos Estudos Regionais e Locais, que corresponde a 45 créditos ECTS, realizando uma dissertação.
2. A dissertação tem de ser original e ter qualidade científica, sendo realizada com o intuito de obtenção do grau de Mestre em Estudos Regionais e Locais, apresentando aplicação, interligação e integração dos conhecimentos obtidos na parte curricular do Mestrado, no estudo de pelo menos uma matéria das áreas científicas indicadas no plano de estudos do Mestrado em Estudos Regionais e Locais.
3. Terminada a dissertação, o estudante requer a realização da prova pública de apresentação e defesa da dissertação.

Artigo 9.º

Orientador

1. Na investigação a realizar para a dissertação, cada estudante é orientado por um doutor ou um investigador da UMa, ou por outra pessoa que também cumpra os requisitos descritos no Artigo 14.º do *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMa.
2. Nos termos do Artigo 14.º do *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMa, a nomeação do orientador e do co-orientador, caso exista, será feita pelo Diretor de Curso, depois de ouvidos o estudante e o(s) orientador(es) a nomear, mediante requerimento do estudante acompanhado de declaração de aceitação do(s) orientador(es).
3. Quando os trabalhos de investigação para a dissertação se realizem, parcial ou totalmente, em instituição que não a UMa, o Conselho Científico do Curso pode, sob proposta fundamentada do(s) orientador(es), designar um responsável da instituição, cumprindo os requisitos descritos no Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos, em particular o Artigo 14.º.

Artigo 10.º

Orientação

1. A orientação da dissertação baseia-se no princípio da liberdade académica.
2. Ao(s) orientador(es) compete acompanhar devidamente o orientando na sua investigação para a realização da dissertação, nos termos livremente combinados entre eles, assegurando ao orientando o direito deste às suas opções científicas.
3. Sem prejuízo da liberdade académica, o estudante, enquanto orientando, deve informar periodicamente o(s) orientador(es) sobre a evolução dos seus trabalhos.

Artigo 11.º

Tema da Dissertação

1. O tema da dissertação de cada mestrando é submetido à apreciação do Conselho Científico do Mestrado, pelo Diretor de Curso, ouvido o mestrando e o(s) orientador(es), tendo em conta o cumprimento do prazo referido no número 4 do presente Artigo, mediante apresentação de requerimento do mestrando.
2. A proposta da dissertação, enquanto projeto, é acompanhada da seguinte informação:
 - a. tema e título;
 - b. identificação e parecer, com declaração assinada e datada, do orientador pretendido, assim como do co-orientador, caso exista;
 - c. enquadramento, objetivos e trabalho a desenvolver;
 - d. breve descrição dos recursos logísticos e do conhecimento prévio necessário ao desenvolvimento da investigação, se for considerado adequado;
 - e. outros requisitos associados ao desenvolvimento do tema, quando existam;
 - f. indicação das unidades curriculares do Mestrado tidas como relevantes, e em que medida, para a investigação a desenvolver, caso a informação seja pertinente;
 - g. referência a projetos de investigação ou bolsas de estudo que possam enquadrar o trabalho proposto, quando aplicáveis.
3. Antes da publicitação pelos serviços administrativos da UMa, as propostas temáticas de dissertação dos mestrandos são aprovadas pelo Conselho Científico.
4. A decisão do Conselho Científico é transmitida, até 60 dias seguidos, antes do início do período de renovação de inscrições no Mestrado, aos serviços administrativos, isto é, à Unidade de Assuntos Académicos (UAA), que fica incumbida de a publicitar.

Artigo 12.º
Inscrição em Dissertação

1. A inscrição, no 2.º ano, em Dissertação (cf. Anexo I), está condicionada à aprovação prévia nas unidades curriculares do 1.º ano do Mestrado, perfazendo um mínimo de 52,5 créditos ECTS.
2. Com a deliberação do Conselho Científico do Mestrado, a proposta de dissertação, enquanto projeto, torna-se definitiva, devendo o estudante inscrever-se, atempadamente, em Dissertação, após a sua publicitação pelos serviços da UMa, nomeadamente a UAA.

Artigo 13.º
Escolha do Tema de Dissertação

1. Os estudantes em condições de se inscreverem em Dissertação devem indicar, através de requerimento dirigido ao Diretor de Curso, o tema do seu interesse, consultado(s) o(s) orientador(es) para a obtenção de informações adicionais.
2. Escolhido o tema, em função das temáticas abordadas na parte curricular do Curso, o mestrando deve contactar o(s) orientador(es) pretendido(s) e este(s) emite(m) uma declaração, com parecer individual relativamente à escolha temática e à orientação, dirigida ao Diretor de Curso.
3. Com o tema escolhido e a(s) declaração(ões) com parecer(es) do(s) orientador(es), o mestrando formaliza uma proposta de dissertação, um projeto, mediante requerimento dirigido ao Diretor de Curso, que a submete à apreciação do Conselho Científico do Mestrado.

Artigo 14.º
Registo da Dissertação

1. O registo do tema e do plano de dissertação, realizado no ato de inscrição na unidade curricular de Dissertação, caduca quando for ultrapassado o prazo previsto para a entrega da dissertação.
2. A referida caducidade só pode ser revogada pelo Conselho Científico, após análise de requerimento feito pelos estudantes para o efeito, com justificação substantiva das razões

do incumprimento do plano estabelecido, acompanhado de um parecer do(s) orientador(es).

3. A eventual revogação da caducidade só é válida para inscrição no ano acadêmico imediatamente posterior daquela.

4. Se a caducidade não for revogada, o mestrando pode escolher um novo tema de dissertação e proceder ao seu registo, seguindo a tramitação prevista, dentro do limite estabelecido pelo regime de prescrições do curso.

Artigo 15.º

Mudança de Tema, de Orientador ou Recusa de Orientação

1. É possível a mudança do tema da dissertação, a requerimento do estudante, acompanhado de um parecer fundamentado do(s) orientador(es).

2. É possível a mudança de orientador(es), a requerimento fundamentado do estudante.

3. Mediante requerimento fundamentado, o(s) orientador(es) pode(m) vir a recusar a orientação do estudante, nomeadamente por incumprimento de algum dos deveres deste.

4. Os requerimentos mencionados nos números anteriores são dirigidos ao Conselho Científico do Curso e produzem efeitos após aprovação por este órgão.

5. A mudança de tema ou de orientador(es) não dá lugar a qualquer prorrogação do prazo para a apresentação de dissertação.

Artigo 16.º

Elaboração de Dissertação

1. A dissertação é escrita com uma extensão não superior a 120 páginas de texto, e não inferior a 60, em formato A4, tipo de letra *Times New Roman*, de tamanho 12, a espaço e meio entre linhas (tamanho 10 para notas de rodapé, com espaço simples), com cerca de 2500 caracteres por página, sem contagem de espaços e excluindo índices, ilustrações, anexos, fontes e referências bibliográficas.

2. Na redação da dissertação, o mestrando deve cumprir as regras gerais de citação em uso na Faculdade de Artes e Humanidades (cf. Anexo IV).

3. A capa (e a primeira página) da dissertação obedece ao modelo definido pelos serviços competentes da UMa para o efeito, a fornecer, a pedido do estudante, pelo Gabinete de Apoio aos Estudantes (GAE) (cf. Anexo V).

4. A dissertação é obrigatoriamente acompanhada de:
 - a. um resumo até 300 palavras em Português com tradução em Inglês;
 - b. um conjunto de até 6 palavras-chave em Português com tradução em Inglês.
5. Não são aceites as dissertações que não cumpram o estabelecido nos números anteriores.

Artigo 17.º

Suspensão da Contagem do Prazo de Entrega de Dissertação

1. A contagem do prazo para a entrega da dissertação pode ser suspensa por decisão do Reitor, nos seguintes casos:
 - a. maternidade;
 - b. doença grave e prolongada dos estudantes ou acidente grave, quando a situação ocorra no decurso do prazo para a entrega de dissertação;
 - c. por outras imposições legais.

Artigo 18.º

Requerimento da Prova Pública de Defesa da Dissertação

O requerimento da Prova Pública de defesa da dissertação segue o estipulado no Artigo 16.º do *Regulamento dos cursos de 2.º ciclo de estudos* da UMA.

Artigo 19.º

Nomeação do Júri

1. Observando o estabelecido no *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMA, o Conselho Científico do Curso aprova a proposta de júri da prova, enviada pelo Diretor de Curso, ouvido(s) o(s) orientador(es), no prazo máximo de dez dias a contar da data de envio dos documentos mencionados no artigo anterior.
2. O júri é nomeado por despacho do Reitor da UMA, no prazo máximo de cinco dias a contar da data de envio do extrato da ata da reunião do Conselho Científico em que foi aprovada a proposta.

Artigo 20.º

Apreciação Preliminar da Dissertação pelo Júri

A apreciação preliminar da Dissertação pelo Júri segue o estabelecido no *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMA.

Artigo 21.º

Funcionamento do Júri e Provas Públicas

O funcionamento do júri e as provas públicas seguem o estabelecido no *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMA.

Artigo 22.º

Arquivo

1. A custódia dos originais das atas referentes às deliberações do júri pertence à UAA.
2. Ao Conselho Científico do Mestrado incumbe o arquivo e a guarda de toda a documentação referente a cada processo.

Artigo 23.º

Depósito Legal

O Depósito Legal segue o estipulado no Artigo 25.º do *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMA.

CAPÍTULO IV

Conclusão do Mestrado

Artigo 24.º

Atribuição de Diplomas e Classificação Final

1. Ao grau académico de Mestre é atribuída uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, de acordo com a metodologia seguida na UMa para a aplicação desta escala.
2. A classificação final é calculada pela média ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que constituem o plano de estudos e a nota obtida no ato público de defesa da dissertação, sendo os coeficientes de ponderação a aplicar os créditos ECTS de cada elemento.
3. À classificação final está associada uma menção qualitativa com quatro classes:
 - a. 10 a 13 - Suficiente;
 - b. 14 e 15 - Bom;
 - c. 16 e 17 - Muito Bom;
 - d. 18 a 20 - Excelente.
4. Um estudante que tenha sido aprovado na dissertação tem direito ao diploma de Mestre em Estudos Regionais e Locais pela UMa, sendo-lhe atribuída uma classificação final, de acordo com os números anteriores.
5. É concedido o diploma de Pós-Graduação em Estudos Regionais e Locais aos estudantes que completem a parte curricular do Mestrado, que corresponde a 60 créditos ECTS, e satisfazendo as restrições do plano curricular aplicável.
6. A classificação final atribuída à Pós-Graduação referida no número anterior é a média ponderada, pelo número correspondente de créditos ECTS, de todas as unidades curriculares que constituem a mesma, aprovadas e às quais foi atribuída classificação.

CAPÍTULO V
Disposições Finais

Artigo 25.º
Norma Subsidiária

No que não estiver explicitamente previsto no presente regulamento, aplica-se o estabelecido no *Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos* da UMa e na demais legislação aplicável.

Artigo 26.º
Casos Omissos

Os casos omissos do presente Regulamento serão decididos por despacho do Reitor.

Artigo 27.º
Norma Revogatória e Entrada em Vigor

1. O *Regulamento Específico do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais* até agora em vigor é revogado a partir do ano académico 2018-2019.
2. O presente Regulamento entra em vigor, depois de aprovado pelo Reitor da UMa.

ANEXO I

Plano de Estudos do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Tempo de Trabalho

(horas)

Unidades Curriculares	Áreas Científicas	Semestres	Total	Contacto	Créditos ECTS
História do Municipalismo	HIS	1.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Literatura e Identidade	ELI	1.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Arte e Cultura Regionais	ART/ CUL	1.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Regiões e Turismo	GES	1.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Sociedades e Culturas Insulares	HIS	2.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Geodiversidade e Património	GEO	2.º	210	36T 18S 20OT	7,5
História das Instituições Regionais	HIS	2.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Património Linguístico	LIG	2.º	210	36T 18S 20OT	7,5
Seminário de Orientação	ART/CUL; LIG; ELI; HIS; GEO	3.º	420	10S 20OT	15
Dissertação	ART/CUL; LIG; ELI; HIS; GEO	4.º	1260	30OT	45

ANEXO II

Regime de Precedências na Inscrição em Unidades Curriculares do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Não se aplica.

ANEXO III

Regime de Prescrições do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Não se podem inscrever no Mestrado em Estudos Regionais e Locais da UMA os estudantes cujo aproveitamento escolar não supere os valores de ECTS indicados na segunda coluna da tabela seguinte, no final do número de inscrições referido na primeira coluna da mesma tabela:

NÚMERO DE INSCRIÇÕES	NÚMERO DE ECTS
3	59
4	120

ANEXO IV

Regras de Citação a Utilizar na Dissertação do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

As Referências Bibliográficas identificam o autor, o ano da edição (e o ano da primeira edição, caso sejam distintos), o título da obra, a editora e o local, sendo as obras ordenadas por ordem alfabética, pelo apelido dos autores. Exemplificando:

Livros: apelido, nome próprio (data), *Título*, local: editora.

Capítulo de livro: apelido, nome próprio (data), “Título do Capítulo”, apelido, nome próprio (autor do livro), *Título do Livro*, local: editora, páginas.

Artigo de publicação periódica: apelido, nome próprio (data), “Título do Artigo”, *Título da Revista*, número, local: editora, páginas.

As entradas de diferentes obras do mesmo autor, se publicadas no mesmo ano, devem ser distinguidas com letras minúsculas.

Todas as citações breves ou extensas no texto da dissertação mencionam apenas o apelido do autor (salvo casos de apelido idêntico), o ano da obra (da edição citada) e a página.

As simples referências (sem citação de texto) mencionam apenas o apelido do autor e o ano da obra.

Citações até 3 linhas: no corpo do próprio texto;

Citações com mais de 3 linhas: *Times New Roman* 11, a 1 espaço, recolhidas nas duas margens em 1cm face ao texto principal;

Notas de pé de página ou de rodapé: *Times New Roman* 10, a 1 espaço, na própria página a que dizem respeito.

ANEXO V

Modelo da Capa da Dissertação do Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Aplica-se o modelo em vigor definido pelos órgãos competentes da Universidade da Madeira.

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

AULA ABERTA

PROFESSOR LUIZ PINTO MACHADO
DISCIPLINA REGIÕES E TURISMO

INICIATIVA NO ÂMBITO DA
SEMANA DA EUROPA

CONVIDADA

EURODEPUTADA
CLÁUDIA MONTEIRO DE AGUIAR

POLÍTICA EUROPEIA PARA AS REGIÕES INSULARES

TURISMO DA EUROPA

MERCADOS TRADICIONAIS E EMERGENTES

POLÍTICAS E PROGRAMAS PARA O TURISMO

DIA 8 DE MAIO

17:30H - 20:00H

SALA 9 | PISO -1

UNIVERSIDADE DA MADEIRA



Cartaz: Richard Ferraz Design

No âmbito da Semana da Europa, Cláudia Monteiro de Aguiar, deputada no Parlamento Europeu, proferiu uma aula aberta em 8 de Maio de 2018. Esta actividade surgiu na UC de Regiões e Turismo regida, na altura, pelo Professor Doutor Luiz Pinto Machado.

3. DIRECTORES DE CURSO

O Mestrado em Estudos Regionais e Locais contou, até ao presente, com quatro directores de curso. Os dois primeiros foram da área da História e os dois seguintes da área da Linguística. Por questões de funcionamento interno, inicialmente, o curso abria de dois em dois anos, tendo contado, no total, com cinco edições bienais. A partir de 2019-2020, a proposta foi abrir anualmente o curso, passando a haver um Conselho de Curso com dois docentes e dois estudantes, como sucedia com outros mestrados do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Artes e Humanidades. Listam-se abaixo os directores de curso e as edições do mestrado que coordenaram.

A. EDIÇÕES BIENAIAS

Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues (Desde o início até Novembro de 2013)

1.^a Edição: 2009-2010

2.^a Edição: 2011-2012

João Nelson Veríssimo (De 18 de Novembro de 2013 a 13 de Dezembro de 2016)

3.^a Edição: 2013-2014 (Avaliação da A3ES)

4.^a Edição: 2015-2016

Thierry Proença dos Santos (De Dezembro de 2016 a Fevereiro de 2019)

5.^a Edição: 2017-2018

B. EDIÇÕES ANUAIS

Maria Helena Dias Rebelo (Desde Fevereiro de 2019)

6.^a Edição: 2019-2020 (A aguardar avaliação da A3ES)

7.^a Edição: 2020-2021

8.^a Edição: 2021-2022

4. DOCENTES E ÁREAS

No geral, o corpo docente do curso tem-se mantido constante desde o seu primeiro ano de funcionamento. A variação pontual foi-se devendo ou a aposentações ou a mobilidades ou a justificações de cariz diverso. As mudanças foram alheias às direcções do curso que pretenderam manter o trabalho de grupo que estava a ser desenvolvido. Fica uma homenagem ao Professor Doutor João Adriano Ribeiro, já falecido, assim como uma lembrança de todos os docentes que contribuíram para a formação dos discentes desde 2009. Abaixo, no ponto 4.1, apresentam-se os docentes que já colaboraram na leccionação do 2.º Ciclo e os que se mantêm, assim como os que se têm associado ao corpo docente fixo, num ou noutro ano académico, pelas mais diversas razões.

4.1. DOCENTES DO CURSO POR ÁREA

Na esperança de não esquecer nenhum dos docentes que contribuiu e nenhum dos que continua a contribuir, para a leccionação no Mestrado em Estudos Regionais e Locais, listamos cada um por áreas. Relacionando os pontos 4.1. e 4.2., facilmente se depreende quais os docentes que formam o corpo docente, desde a 1.ª edição. No total, o curso contou com quase duas dezenas de docentes. É de realçar a colaboração *pro bono* do Professor Doutor Rui Carita, que, enquanto catedrático aposentado, continua a partilhar conhecimentos, saberes e experiências, com docentes e discentes. Ultimamente, por motivos de serviço na área da História, o curso conta com dois mestres: José Cristiano Janes é docente de História no ensino pré-universitário, estando inscrito em Doutoramento, e Filipe dos Santos, mestre em Estudos Locais e Regionais, que possui larga experiência laboral na vertente arquivística, estando, neste momento, à frente do Centro de Estudos de História do Atlântico. De seguida, por ordem alfabética, registamos os docentes por área de especialização, em função dos dados compilados.

No total, foram menos de uma vintena os docentes que estiveram e os que continuam a estar ligados ao curso de Estudos Regionais e Locais. A área mais representada é a da História e a menos a da Geologia. A maioria das áreas e dos docentes é do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas e da Faculdade de Artes e Humanidades. Contam-se, no entanto, colaborações de outras unidades orgânicas da Universidade da Madeira, como para a Geologia e a Gestão, esta interligada com o Turismo. O levantamento *infra*

constitui um registo do corpo docente das diversas edições do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais.

LEVANTAMENTO POR ÁREAS E DOCENTES

ARTE/ CULTURA

- Carlos Valente (Doutor)
- Isabel Santa Clara (Doutora)
- Leonor Coelho (Doutora)

GEOLOGIA

- Domingos Rodrigues (Doutor)

GESTÃO (TURISMO)

- António Almeida (Doutor)
- Luiz Pinto Machado (Doutor)
- Rossana dos Santos (Doutora)

HISTÓRIA

- João Adriano Ribeiro (Doutor)
- João Nelson Veríssimo (Doutor)
- José Janes (Mestre)
- Filipe dos Santos (Mestre)
- Paulo Miguel Rodrigues (Doutor)
- Rui Carita (Doutor)

LINGUÍSTICA

- Helena Rebelo (Doutora)
- Thierry Proença dos Santos (Doutor)

LITERATURA

- Ana Isabel Moniz (Doutora)
- Teresa Nascimento (Doutora)

4.2. DOCENTES POR UNIDADES CURRICULARES (2021-2022)

O corpo docente do curso, no ano académico de 2021-2022, é composto por doze docentes, com a regência e/ ou a docência das unidades curriculares. Assim, no presente, na 8.^a edição, são docentes do curso: Paulo Miguel Rodrigues e Filipe dos Santos (História do Municipalismo); Teresa Nascimento (Literatura e Identidade); Carlos Valente e Rui Carita (Arte e Cultura Regionais); António Almeida e Rossana dos Santos (Regiões e Turismo); Leonor Coelho, Ana Isabel Moniz e Helena Rebelo (Sociedades e Culturas Insulares); Domingos Rodrigues (Geodiversidade e Património); Rui Carita e José Cristiano Janes (História das Instituições Regionais) e Helena Rebelo (Património Linguístico). O Seminário de Orientação tem a regência de quem dirige o curso e as suas dez horas lectivas são assumidas por quem vai orientar a Dissertação. Esta UC é, igualmente, da responsabilidade da direcção do Mestrado, que tem a incumbência de lançar as classificações em pauta.

Porque importa compreender a multidisciplinaridade do curso, damos informações pertinentes das unidades curriculares (UC) do 1.^o ano e sobre o Seminário de Orientação e a Dissertação do 2.^o ano do curso. Todas as UC são semestrais, bem como o Seminário de Orientação e a Dissertação, embora se pressuponha que a fase de início da sua elaboração lhe possa ser anterior. Retomando os dados disponibilizados na Internet para cada uma, inclusive a nível formal, sem alterar a informação disponibilizada no meio digital universitário, damos conta dos programas de todas. Começamos pela designação da UC para, depois, enunciar os dados (concebidos pelos docentes) que se transcrevem: os objectivos, os conteúdos programáticos, a bibliografia e a metodologia de avaliação de cada disciplina. No quesito “métodos e critérios de avaliação, tipo de classificação”, fica explícito que os estudantes são avaliados de forma quantitativa (0-20 valores) em todas as UC. Uma a uma, todas as UC são apresentadas. A exposição da informação de cariz pedagógico segue a ordem pela qual as UC surgem no plano de estudos. Fica, assim, o registo que permite visualizar a multidisciplinaridade de que os mestrados beneficiam. Com este leque de oferta, estão em condições de observar as realidades regionais e locais sob diversos ângulos, complementando conhecimentos, uma vez adquiridos diversos saberes. Enquanto agentes nas comunidades regionais e locais, estão apetrechados de diversas ferramentas que os auxiliarão nas intervenções que tiverem de levar a cabo, depois de formados.

Programas das UC do 1.^o Ano Curricular, 1.^o Semestre

HISTÓRIA DO MUNICIPALISMO

São objectivos gerais desta UC:

1. Valorizar a História Contemporânea como disciplina científica; 2. Reflectir sobre questões de interdisciplinaridade, em particular no âmbito das relações político-institucionais; 3. Produzir reflexões e raciocínios críticos sobre problemáticas respeitantes aos aspectos sociais, históricos e culturais; 4. Desenvolver competências de investigação e de redacção de trabalhos científicos de nível pós-graduado no campo dos estudos do municipalismo; 5. Adquirir conhecimentos quanto aos modos de entender e representar o(s) município(s) e os poderes locais intermédios, desde século XIX à contemporaneidade.

A nível de conteúdos/programa a UC abrange os seguintes pontos:

0. Reflexão propedêutica sobre a UC e abordagem de alguns conceitos essenciais. Perspetiva geral sobre os municípios e o poder local na historiografia portuguesa e madeirense; 1. Comunidades concelhias: génese e protagonistas. Órgãos e competências; 2. Os espaços político, económico e social. Centro(s) e periferia(s): entre os poderes régio e concelhio. As elites locais. O caso insular madeirense; 3. Os municípios durante os séculos XIX e XX (ideários, reformas, legislação e realidades): 3.1 A Monarquia Constitucional (1820-1910): o reformismo liberal; 3.2 A 1.ª República (1910-1926): as contradições republicanas; 3.3 O Estado Novo (1933-1974): a ordem corporativa; 3.4 A 3.ª República: o novo poder local e autárquico.

Bibliografia / Fontes de Informação:

- Bonifácio, M. F., 2009, *Uma História da violência política*, Tribuna da História.
- Bonifácio, M. F., 2005, *O século XIX português*, Imprensa de Ciências Sociais.
- Bonifácio, M. F., 1996, *Seis estudos sobre o Liberalismo português*, Editorial Estampa.
- Caetano, M., 1994, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, (org. e pref. Freitas do Amaral), Coimbra Editora.
- Caetano, M., 1935, A Codificação Administrativa em Portugal, *Revista da Faculdade de Direito* (UL).

- Fernandes, J. S., 2000, *Poder local e Revolução Liberal...*
- Hespanha, A. M., 1992, *Poder e Instituições no Antigo Regime-Guia de Estudo*, Cadernos Penélope.
- Pereira, M. H., 1994, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Editorial Presença.
- Silveira, L. N. E., 1997, *Território e Poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Patrimonia.
- Torgal, L. R., 2009, *Estados Novos, Estado Novo*, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mattoso, J. dir, 1992, *História de Portugal*, Círculo dos leitores.
- Medina, J., 1993, *História de Portugal* (1), Ediclube.
- Telo, A. J., 2007, *História Contemporânea de Portugal*, Editorial Presença.
- Bonifácio, M. F., 1999, *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX Português*, Quetzal.

Metodologia de Avaliação:

Gerais: Exposição/demonstração/debate Estudo; pesquisa; trabalho prático; trabalho de investigação e projecto, tendo em vista a preparação da UC. Específicas: Leitura e realização de fichas bibliográficas de textos/artigos indicados e fornecidos. Ao longo do semestre, os alunos deverão realizar uma revisão crítica (até 12 páginas A4 (excluindo anexos) datilografadas a 1.5 espaços, letra *Times New Roman* e realizar uma apresentação oral, tendo em conta um texto indicado pelo docente. Esta apresentação deverá ter a duração máxima de quinze minutos (devendo posteriormente ser entregue uma síntese de 2/3 páginas). O primeiro destes trabalhos, depois de apreciados e retificados, são também enviados ao Gabinete de Apoio ao Aluno para deteção de plágio. Nenhum dos elementos de avaliação terá um peso superior a 50%.

São objectivos de aprendizagem (Conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

1. Reflectir sobre as diversas manifestações da identidade presentes na Literatura Portuguesa desde o Renascimento até à Pós-Modernidade. 2. Desenvolver competências de análise literária. 3. Aplicar os conhecimentos adquiridos.

Conteúdos programáticos:

0. Identidades regionais e locais. Nacionalismo/regionalismo.

1. *Os Lusíadas* de Luís de Camões - a exaltação épica da identidade colectiva.

1.1 Fundação da nacionalidade.

1.2 Consolidação da independência.

1.3 Portugal e a Europa - alicerces cristãos.

1.4 Construção do império além-mar.

2. Espelho de Lusitanos, de António Veloso de Lira.

2.1 A tradição da literatura de *speculum*.

2.2 Estratégias de preservação da identidade.

3. *As Viagens na Minha Terra* de A. Garrett - o ideário romântico.

3.1. O projecto liberal de reconstrução da Nação, através da renovação da sociedade e das instituições.

3.2 O empreendimento cívico da escrita.

4. *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós - Entre Realismo e descrença.

4.1 Reapropriações do discurso histórico.

4.1.1 A ironia queirosiana do ponto de vista histórico-literário.

5. *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes - O romance pós-colonial.

5.1 A polifonia e a memória - visão de um percurso fragmentário entre Portugal e África.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objectivos de aprendizagem da unidade curricular:

A distinção entre o regional e o nacional constituem o ponto de partida para a estruturação do programa que percepção diferentes configurações da identidade patenteadas em algumas obras da Literatura Portuguesa, entre a exaltação eufórica de uma identidade colectiva, bem visível na epopeia *Os Lusíadas*, até ao seu reverso em *O Esplendor de Portugal*.

Metodologias de Ensino (Avaliação incluída):

As aulas combinarão as componentes teórica e prática - a exposição teórica será consolidada com trabalho prático (apresentações orais feitas a propósito de cada uma das obras em análise - 5 pontos). Os seminários (5 pontos) constituídos em torno de cinco temas (configurações da Identidade, autobiografia, diário, autoficção; iberismo; terceiro centenário da morte de Camões e Pós-colonialismo), constituir-se-ão como um espaço de partilha, e de exercício de espírito crítico propício à discussão conjunta. Os trabalhos individuais (10 pontos) como exercício de aplicação dos conhecimentos adquiridos serão direccionados ou para a análise de uma obra literária que reflecta problemáticas identitárias ou para a discussão do espaço literário como modo de afirmação de identidades locais e regionais.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A combinação entre a pesquisa individual e a colectiva (seminários, trabalhos práticos) constituirão o garante necessário para uma aprendizagem que se pretende participativa e participada e para a qual concorrem igualmente as aulas de natureza teórica.

Bibliografia de Consulta:

O Esplendor de Portugal Antunes, A. L., D. Quixote 1999.

Os Lusíadas, Leitura, Prefácio, e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Camões, L., Instituto Camões 2000.

Viagens na Minha Terra, com prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares, Garrett, A., Livraria Sá Da Costa 1974.

Espelho de lusitanos em o cristal do Psalmo quarenta e tres: cuja vista em suma, representa este Reyno em tres estados...: em o fim desta obra se referem as notaveis descendencias da Serenissima Casa de Bragança.... Lira, A. V., Em Lisboa: por Paulo Crasbeeck 1643.

A Ilustre Casa de Ramires, fixação do texto e notas Helena Cidade Moura, Queiroz, E., Livros do Brasil 1992.

ARTE E CULTURA REGIONAIS

Objetivos gerais:

1. Proporcionar informação relevante e aprofundada acerca das principais manifestações artísticas e culturais no arquipélago da Madeira ao longo da sua história; 2. Enquadrar, em cada período estudado, a situação desta região na rede de relações nacionais e internacionais, abrindo também perspectivas de comparação com outras regiões; 3. Proporcionar o desenvolvimento de competências de investigação nesta área de estudo, tanto na recolha, como na selecção, interpretação e elaboração da informação, que permitam aos alunos aprofundar conhecimentos com rigor e autonomia e produzir conteúdos científicos originais.

Conteúdos / Programa:

1. Arte, cultura e património cultural. Interação entre centros e periferias. Produção artística e mercado.
2. As artes na Madeira do Manuelino ao Renascimento. Influência dos grandes centros nacionais e internacionais.
3. O Maneirismo. Contexto contrarreformista nas artes.
4. Do Protobarroco ao Barroco joanino. Espaço arquitectónico e artes decorativas. Desenvolvimento de oficinas regionais.
5. Tardo-barroco e Rocóco. Actividade das oficinas de talha e pintura.
6. Neoclassicismo, Romantismo e Naturalismo. Visão dos visitantes estrangeiros. A reprodutibilidade técnica da imagem. Simbolismo e Arte Nova.
7. A introdução do modernismo e o prolongamento do gosto oitocentista. Estado Novo e escultura pública.
8. Dinamização da produção artística insular na segunda metade do séc. XX e ligação ao panorama internacional. Equipamentos e hábitos culturais.
9. Noções de metodologia de trabalho científico. Desenvolvimento de projetos. Apresentação e debate dos trabalhos.

Bibliografia / Fontes de Informação:

- Aragão, A., 1987, *Para a história do Funchal*, SREC/DRAC.
- Carita, R., 2008, *História da Madeira*, SER.
- Freitas, E. G., 2010, *A obra de Raul Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira*, Caleidoscópio.
- Ginzburg, C., 1991, *A micro-história e outros ensaios*, Difel.

Ladeira, P., 2003, *O rococó na Madeira: a talha e a pintura do último barroco ao primeiro neoclássico*, UMa.

Rodrigues, R., 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646-1750: A eficácia da imagem*, UMa.

Santa Clara, I., 2004, *Das coisas visíveis às invisíveis: Contributos para o estudo da pintura maneirista na ilha da Madeira (1540-1620)*, UMa.

Valente, A. C. J., 1999, *As Artes Plásticas na Madeira: conjunturas, factos e protagonistas do panorama artístico regional do séc. XX*, UMa.

Metodologia de Avaliação:

A explanação dos conteúdos teóricos é feita através dos métodos expositivo e demonstrativo, complementados pelo visionamento e comentário de imagens e por visitas de estudo para contacto directo com as obras. A consolidação do conhecimento decorre da análise crítica da bibliografia disponível, de diálogos e de debates. Estes permitem esclarecer temáticas, exercitar a reflexão crítica e desenvolver a capacidade de diálogo e de argumentação. Os alunos desenvolvem pesquisas para a elaboração de trabalhos escritos. Para tal procedem à recolha de dados, à apresentação oral e discussão do trabalho em aula e à redacção de uma síntese da investigação pessoal desenvolvida. A avaliação incide na participação nas aulas, nos debates e, sobretudo, no trabalho individual de pesquisa. Percentagens: avaliação continua 20%, trabalho de investigação n.º 1 40%; trabalho de investigação n.º 2 40%.

REGIÕES E TURISMO

Objectivos Gerais:

1. Esta unidade curricular visa introduzir os alunos aos conceitos fundamentais de desenvolvimento regional e turismo. Os conceitos abordados oferecem um toque multidisciplinar: conhecimento básico relativamente ao potencial de desenvolvimento económico da Macaronésia; reconhecimento do papel-chave das instituições comunitárias; compreensão dos dilemas e desafios enfrentados pelas ilhas; caracterização da indústria turística e modelos de desenvolvimento turístico; indústria turística na Madeira.
2. Adota-se uma forte ênfase prática de forma a potenciar nos alunos avaliação crítica das diferentes perspectivas de compreensão da realidade económica; os estudantes são também convidados a desenvolver competências de resolução de problemas.
3. Espera-se dos alunos uma contribuição para o conhecimento científico através da abordagem de tópicos inovadores. Espera-se que os alunos demonstrem capacidade de aprofundar tópicos com um toque multidisciplinar.

Conteúdos / Programa:

1. Introdução à temática das regiões. A problemática do desenvolvimento regional na Europa. Conceitos de região. O papel central das regiões na economia mundial.
2. Caracterização das regiões insulares. Dinâmicas económicas e sociais e modelos de desenvolvimento empresarial no contexto insular. Análise comparativa da estrutura económica no contexto da Macaronésia.
3. Introdução à problemática do crescimento económico. Introdução aos modelos de desenvolvimento regional. *Clusters. Learning regions.* Sociedade de Informação. Modelos de desenvolvimento neo-keynesiano. A re-orientação da política de desenvolvimento comunitário
4. Introdução à problemática da emergência do turismo nas regiões insulares. Modelos de análise do desenvolvimento do turismo no contexto insular: *plantation model* e *Butler life cycle*. Lições do desenvolvimento da indústria turística no eixo Atlântico/Mediterrâneo: Chipre, Baleares e Canárias. O papel do turismo na coesão económica e social das regiões insulares. Limites da indústria turística.
5. A evolução da indústria turística na RAM. A evolução da procura vs. a evolução da oferta. O POT e a noção de desenvolvimento sustentável. Caracterização da procura e identificação dos factores de atracção específicos do sector na Macaronésia.
6. Introdução à economia do lazer e do turismo. Conceitos chave para análise da oferta e procura turística. O *mass tourism*. Turismo em espaço rural e outros nichos de mercado

Bibliografia / Fontes de Informação:

European Commission, 2007, *Growing regions, growing Europe*, Fourth report on economic social cohesion, Communication from the European Commission

Page, S., Connell, J., 2009, *Tourism A Modern Synthesis*, Third Edition, South-Western, Cengage Learning,

Commission of the European Communities, 2007, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Strategy for the Outermost Regions: achievements and future prospects, COM (2007), 507 final, European Commission

Commission of the European Communities (2007, 2013, Fourth Report, on Economic and social cohesion, SEC (2007), 694 European Union, Regional Policy, Working for the regions, EU Regional Policy 2007-2013, 2008, European Commission

García-Falcón, J., and Medina-Munõz, D. (1999, 2009), *Sustainable tourism development in islands, a case study of Gran Canaria, Business Strategy and the Environment*, Vol. 8, n.º 6, pp. 336-357.

Metodologia de Avaliação:

Os critérios de aprovação na unidade curricular envolvem um domínio razoável de todos os elementos do programa. O primeiro teste (50%) cobre a primeira parte do programa, enquanto no segundo teste (50%) é exigido integrar diferentes conceitos. Um dos objectivos genéricos do ensino superior é o de dotar os estudantes com competências que lhes permitam tornar-se autónomos e eficientes. Para além de ser capazes de listar factos e conceitos básicos, os alunos deverão também ser capazes de relacionar a aprendizagem com situações reais. Os testes escritos permitem testar várias competências ao mesmo tempo. Permitem também ao aluno demonstrar competências de ordem superior e conhecimento avançado. As sessões teórico-práticas permitem participação/ envolvimento dos alunos em discussões e análises em sala de aula, o que promove o desenvolvimento de competências comunicacionais. Os alunos com nota negativa nas frequências podem aceder à época de recurso, que está aberta a todos os alunos.

SOCIEDADES E CULTURAS INSULARES

Objetivos Gerais:

1. Problematizar a noção de “insularidade” e a de “sociedade insular”.
2. Reflectir sobre as particularidades de cada comunidade insular (geografia, recursos naturais, história, origens das populações, ligações e mobilidades).
3. Intensificar o contacto com instrumentos de trabalho e vários materiais de apoio aos assuntos a investigar.
4. Adquirir competências que possam ser aplicáveis à elaboração específica de projectos de investigação na área condizente.

Conteúdos / Programa:

1. Módulo A: Estudos Sociais e Cultura I - Configurações do espaço insular ao longo dos séculos na Cultura Ocidental A - Ilhas míticas, lendárias e utópicas. B - Ilhas reais e as suas representações. C - A Consciência de Insularidade. II - Redesenhando mapas culturais: os portos flutuantes. A - A consciência atlântica. B - As ilhas da Macaronésia: Canárias, Madeira, Açores e Cabo Verde. III - As RUP (Regiões Ultraperiféricas da União Europeia). IV - Viagens pelas Ilhas (visionamento e comentários de documentários) isolamento, imaginários, tensões e mesclagem (etnias, costumes, religiões e línguas).
2. Módulo B: Estudos interculturais e Literatura I - Ilha(s) e Desolação: escritas do desencanto. II - Ilha e Rememoração: cartografias dos afetos. III - Ilha(s) e Emigração: Viagem e Utopia. IV - Ilha(s) e Superação: Consciencialização e Afirmação.

Bibliografia / Fontes de Informação:

- Areias, L., 2002, *Ilhas Riqueza, Ilhas Miséria*, Lisboa: Novo Imbondeiro editores.
- Benjamim, A. J. ; Fantini, S. M. (orgs.), 2004, *Portos Flutuantes: Trânsitos Ibero-Afro-Americanos*, Granja Viana Cotia - SP: Ateliê Editorial.
- Diegues, A. C. (org.), 1997, *Ilhas e Sociedade Insulares*, São Paulo: Nupaub/USP.

Dunbar, B., 2000, AAVV, RAPPORT FINAL - 2000.CE.16.0.AT.118 - *Analyse des régions insulaires et des régions ultrapériphériques de l'Union européenne : Partie II - Les régions ultrapériphériques* présenté par le consortium Planistat Europe.

Marimouto, J.-C.; Racault, J.-M. (dir.), 1995, *L'Insularité: Thématique et Représentations* [actes du colloque international de Saint-Denis de la Réunion, avril 1992], Paris: l'Harmattan / Saint Denis - Université de la Réunion.

Meistersheim, A. (coord.), 1999, *L'île laboratoire* [actes du colloque de l'Université de Corse, 19-21 juin 1997], préface de Jean-Yves Coppolani, Ajaccio : Ed. Alain Piazzola

Mora, T., 2009, *Utopia e Insularidade - Narrativas Fundadoras da Ciência e da Sociedade Moderna*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Ministério da Ciência.

Shils, E., 1992, *Centro e Periferia*, trad. de José Hartuig de Freitas, Lisboa: Difel.

Silva, J. M. A. e, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal: C.E.H.A.

Veiga, M., 1998, *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris: Karthala Éditions.

Vieira, A., 1999, *Do Éden à Arca de Noé*, Funchal: SRTC/CEHA.

Vieira, A., 1995, *Guia para a História das Ilhas Atlânticas*, Funchal: C.E.H.A.

Metodologia de Avaliação:

Aulas teóricas e aulas práticas; actividades orientadas, apresentação e discussão de temas relativos aos pontos do programa. Avaliação - Elaboração e defesa de um trabalho académico: 100%. Os critérios de apreciação serão os seguintes: investimento no trabalho de investigação (30%) pertinência da demonstração e do tratamento dos dados (20%) qualidade linguística e textual do estudo (20%). Apresentação oral e defesa do trabalho (20%) organização e aspeto formal do conjunto (suporte, cuidado com a apresentação gráfica) (10%).

GEODIVERSIDADE E PATRIMÓNIO

Objetivos Gerais:

- 1 - Compreender a importância e a natureza da geodiversidade.
- 2 - Identificar e avaliar a diversidade de materiais, formas e processos geológicos.

- 3 - Questionar sobre as concepções de património natural e a sua influência no desenvolvimento sustentável.
- 4 - Descrever as especificidades e métodos de trabalho relacionados com o património geológico.
- 5 - Identificar e aplicar a legislação no âmbito da geoconservação.
- 6 - Competências
 - 6.1 - Capacidade de identificar e avaliar a geodiversidade geológica.
 - 6.2 - Compreender e questionar os componentes envolvidos nos processos classificação do património geológico.
 - 6.3 - Conhecer técnicas e instrumentos de classificação do património geológico.
 - 6.4 - Aprofundar e reflectir sobre problemáticas da conservação da geodiversidade.
 - 6.5 - Ser capaz de construir, implementar e avaliar programas de valorização do património geológico.

Conteúdos / Programa:

- 1 - Introdução ao Património Natural.
 - 1.1 - Biodiversidade.
 - 1.2 - Geodiversidade.
- 2 - Geodiversidade e geoconservação.
- 3 - Descrevendo a geodiversidade.
 - 3.1 - A Terra e a sua origem.
 - 3.2 - Tectónica de placas.
 - 3.3 - Constituintes da terra.
 - 3.3.1 - Minerais e rochas.
 - 3.3.2 - Fósseis.
 - 3.4 - Processos e formas.
- 4 - Perspectiva histórica da preservação da componente geológica do património natural.
- 5 - Património geológico em Portugal.
- 6 - Património geológico na RAM.
- 7 - Estratégias de Geoconservação.
 - 7.1 - Inventariação
 - 7.2 - Processos de classificação.
 - 7.3 - Monitorização.
 - 7.4 - Estratégias de geoconservação.

7.5 - Valorização e divulgação do PG.

8 - Geoconservação e sociedade.

8.1 - Geoparque.

8.2 - Geoturismo.

Bibliografia / Fontes de Informação:

Gray, M., 2004, Geodiversity, valuing and conserving a biotic nature, Ed. Wiley & Sons
Ellis, N. V. (ed.), 1996, An Introduction to the Geological Conservation Review, Joint
nature Conservation Committee

Wilson, C. (ed), 1994, Earth Heritage Conservation, Open University, Geological Society

Brilha, J., 2005, Património Geológico e Geoconservação. A Conservação da Natureza
na sua vertente geológica, Palimage

Brilha J., Andrade C., Azerêdo A., Barriga F.J.A.S., Cachão M., Couto H., Cunha P.P.,
Crispim J.A., Dantas P., Duarte L.V., Freitas M.C., Granja M.H., Henriques M.H.,
Henriques P., Lopes L., Madeira J., Matos J.M.X., Noronha F., Pais J., Piçarra J., 2005,
Definition of the Portuguese frameworks with international relevance as an input for the
European geological heritage characterisation

Metodologia de Avaliação:

Metodologia de aprendizagem baseada na resolução de problemas e projectos. Recorre ao pluralismo estratégico apoiando-se em apresentações, enunciação de problemas, leituras de artigos científicos e realização de projecto de desenvolvimento. O trabalho é essencialmente desenvolvido em pequenos grupos. Pretende-se o desenvolvimento de competências de reflexão crítica, argumentação, análise e síntese, resolução de problemas e pesquisa, que potenciem a formação de um profissional de qualidade e capaz de autoformação ao longo da vida. Avaliação individual através de trabalhos de grupo (50% da avaliação total) e de uma prova escrita (50% da avaliação total).

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES REGIONAIS

Objetivos Gerais:

1 - Conhecer o campo da História das Instituições.

2 - Dominar os conceitos básicos deste campo da História.

3 - Conhecer as funções das principais instituições regionais.

4 - Analisar as relações de poder nas sociedades locais.

Conteúdos / Programa:

1 - Conceitos básicos.

1.1 - Conceito de instituição.

1.2 - As Ordenações.

1.3 - A Lei: suas espécies.

2 - O Centro e a Periferia.

3 - Instituições da periferia no Antigo Regime

3.1 - O Senhorio.

3.2 - A capitania-donatária.

3.2.1 - O capitão.

3.2.2 - O ouvidor.

3.2.3. - O procurador e o rendeiro.

3.2.4. - A extinção das capitanias.

3.3. - O governo-geral.

4 - Os ministros do rei na sociedade do Antigo Regime.

4.1 - O corregedor e as alçadas.

4.2 - O juiz de fora.

4.3 - O provedor da Fazenda Real.

5 - A estrutura militar no Antigo Regime.

5.1 - Os regimentos de ordenanças.

5.2 - O regimento das vigias.

6 - A Igreja no Antigo Regime.

6.1 - A Diocese.

6.2 - A Sé.

6.3 - As Paróquias.

6.4 - Os Conventos.

6.5 - As Confrarias.

7 - Principais reformas na Monarquia Constitucional

7.1 - A Prefeitura.

7.2 - O Governo-Civil.

7.3 - A Junta Geral do Distrito.

- 7.4 - As Juntas de Paróquia.
- 7.5 - Instituições de ensino.
- 8 - Da autonomia administrativa ao 25 de Abril
 - 8.1 - Antecedentes da autonomia administrativa.
 - 8.2 - A autonomia administrativa.
 - 8.3 - O Projeto Autonomista de 1922-23.
 - 8.4 - O Delegado Especial do Governo da República (1928).
 - 8.5 - A Constituição de 1933.
 - 8.6 - O Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (1940).
 - 8.7 - A Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (1943).
 - 8.8 - A Comissão de Planeamento Regional (1969).
- 9 - Democracia e autonomia político-administrativa
 - 9.1 - A Revolução de Abril.
 - 9.2 - As reformas democráticas.
 - 9.3 - A descolonização.
 - 9.4 - A nova Constituição.
 - 9.5 - A Junta de Planeamento.
 - 9.6 - A Junta Governativa e de Desenvolvimento.
 - 9.7 - O Estatuto Provisório das Regiões Autónomas.
 - 9.8 - O Ministro da República
 - 9.9 - O Governo Regional.
 - 9.10 - A Assembleia Legislativa Regional.
 - 9.11 - O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

Bibliografia / Fontes de Informação:

- Albuquerque, L.; Santos, M E M, (coord.), 1991, *História Geral de Cabo Verde*, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.
- Avellar, H., 1983, *A História Administrativa do Brasil*, Editora Universidade de Brasília: Fundação Centro de Formação
- Hespanha, A. M., 1994, *As vésperas do Leviathan*, Almedina.
- Matos, A. T. (coord.), 2005, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Estampa.
- Matos, A. T.; Meneses, A. Leite, J. G. R. (coord), 2008, *História dos Açores*, Instituto Açoriano da Cultura.
- Mattoso, J, dir, 1992, *História de Portugal*, Círculo de Leitores.

- Meneses, A. F., 1993, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770): I*, Universidade dos Açores.
- Miranda, S. M., 1994, *A Fazenda Real na ilha da Madeira*, Instituto de História de Além-Mar.
- Pereira, F. J., 1991, *Estudos sobre História da Madeira*, CEHA.
- Rodrigues, J. D., 1994, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas*, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Rodrigues, J. D., 2012, *Os Açores na primeira modernidade*, Instituto de História de Além-Mar.
- Rodrigues, P. M., 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Funchal 500 anos.
- Saldanha, A. V., 1992, *As capitánias*, CEHA.
- Salgado, G., 1985, *Fiscais e Meirinhos*, Nova Fronteira.
- Veríssimo, N., 2000, *Relações de poder na Sociedade Madeirense do séc. XVII*, DRAC.

Metodologia de Avaliação:

As aulas terão uma componente teórica e outra prática. A primeira será constituída por uma exposição dos temas programados, com recurso frequente à projecção de diapositivos em PowerPoint. A segunda resultará da leitura comentada de textos previamente distribuídos, individualmente ou em grupo. Avaliação: Trabalho de investigação, sua apresentação e discussão. Trabalho individual = 50%. Apresentação do trabalho individual = 50%. Trabalho individual com um mínimo de 12 e máximo de 15 páginas, excluindo as referências bibliográficas. A detecção de qualquer situação de plágio conduzirá à anulação do trabalho individual e desvinculará o aluno deste processo de avaliação. A avaliação da apresentação do trabalho terá em conta os seguintes parâmetros: - Clareza na apresentação do trabalho. - Encadeamento lógico das ideias. - Nível de linguagem. - Conhecimento científico. - Originalidade. - Captação do interesse da turma. - Capacidade de argumentação e resposta.

PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO

Objetivos Gerais:

- 1 - Adquirir e alargar conhecimentos da área dos Estudos Linguísticos.

- 2 - Intensificar o contacto com instrumentos de trabalho e vários materiais ligados aos Estudos Linguísticos.
- 3 - Compreender a importância do Património Linguístico para a Humanidade.
- 4 - Entender a língua de uma comunidade como um bem fundamental, herdado e a proteger.
- 5 - Tomar consciência da pluralidade linguística numa determinada nação e das suas vertentes regionais e locais.
- 6 - Entender a dinâmica das políticas linguísticas e do domínio de algumas línguas.
- 7 - Perspectivar, sob diversos ângulos, o processo diacrónico da Língua Portuguesa.
- 8 - Projectar a relevância da Língua Portuguesa no mundo actual e em tempos passados.
- 9 - Reflectir sobre as particularidades da Língua Portuguesa falada na Região Autónoma da Madeira.
- 10 - Saber comunicar, com clareza, conhecimentos do âmbito da Linguística.

Conteúdos / Programa:

- 1 - Noções gerais.
 - 1.1 - Património e Património Linguístico.
 - 1.2 - Políticas linguísticas.
 - 1.3 - Estudos Linguísticos.
- 2 - O mundo e as línguas.
 - 2.1 - Famílias de línguas e expansão linguística.
 - 2.2 - Distribuição das línguas pelos continentes.
 - 2.3 - Atlas Linguísticos e as fronteiras nacionais, regionais ou locais.
- 3 - A Língua Portuguesa e o mundo.
 - 3.1 - Evolução da Língua Portuguesa.
 - 3.2 - Lusofonia e variação diatópica.
 - 3.3 - Variedade regional madeirense.

Bibliografia / Fontes de Informação:

- Cintra, L. F. L., 1995, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Sá da Costa.
- Assembleia da República, PORTUGAL, 2001, *Lei do Património Cultural*, Lei nº 107/2001, Imprensa Nacional.

Rebelo, M. H.; Nunes, N., 2009, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da Criação de Gado à Fauna e Flora Marinhas*, DRAC.

Siguan, M., 1996, *A Europa das Línguas*, Terramar.

Verdelho, E., 1982, *Linguagem Regional e Linguagem Popular no Romance Regionalista Português*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Wyse, L. (resp.), 2001, *O Atlas das Línguas. A Origem e a Evolução das Línguas no Mundo*, Estampa.

Walter, H., 1996, *A Aventura das Línguas do Ocidente*, Terramar.

Metodologia de Avaliação:

Os métodos de ensino basear-se-ão na exposição teórica, na leitura comentada de textos técnicos, na discussão temática com problematização, na análise conjunta da informação recolhida, na exposição oral e individual de pesquisas. Outros métodos poderão ser adoptados, como a apresentação de conteúdos através de PowerPoint. A classificação final da unidade curricular resultará da realização de dois trabalhos individuais, valendo, cada um, 200 pontos. Como produtos da investigação pessoal, deverão ser elaborados pelos mestrandos, sendo, obrigatoriamente, originais. Terão de passar pelos serviços da Universidade para triagem. Da média dos dois, resultará a classificação final que terá equivalência na escala de 0-20 valores. O primeiro trabalho, apenas escrito, terá um tema a indicar pela docente. O segundo, escrito e com exposição oral, abordará uma temática escolhida por cada mestrando. As exposições orais serão agendadas no decorrer das aulas.

2.º ano, 1.º semestre

SEMINÁRIO DE ORIENTAÇÃO

Objetivos Gerais:

- 1 - Ser capaz de concretizar um plano de trabalho de investigação.
- 2 - Desenvolver trabalho de investigação, incluindo trabalho de campo e leitura crítica de bibliografia.
- 3 - Saber recolher dados e materiais pertinentes para a investigação.
- 4 - Ter a capacidade de analisar os dados e os materiais recolhidos.
- 5 - Redigir a dissertação, em função do trabalho desenvolvido.

Conteúdos / Programa:

- 1 - Concretização de um plano de trabalho de investigação
- 2 - Desenvolvimento de trabalho de investigação, incluindo trabalho de campo e leitura crítica de bibliografia.
- 3 - Colheita de dados e materiais pertinentes para a investigação.
- 4 - Análise dos dados e dos materiais recolhidos.
- 5 - Redacção da dissertação, em função do trabalho desenvolvido.

Bibliografia / Fontes de Informação:

Vai variar em função das áreas científicas de orientação.

Metodologia de Avaliação:

O Seminário de Orientação implica um acompanhamento individualizado do trabalho dos orientandos pelo responsável da orientação. Metodologicamente, trata-se de levar os orientandos a progredir, desenvolvendo capacidades científicas, e a incrementar o recurso a ferramentas que lhes possibilitem aceder a diversas vertentes da investigação. Deve ser avaliado o trabalho que, de sessão para sessão, os orientandos vão concretizando, em função das cinco sessões previstas e das temáticas que, em cada uma, são tratadas. É importante que a avaliação sumativa seja o resultado das avaliações parciais, confrontando a avaliação do orientador com uma avaliação dos próprios orientandos.

2.º ano, 2.º semestre:

DISSERTAÇÃO

Objetivos Gerais:

- 1 - Desenvolver o conhecimento e a capacidade necessários para realizar trabalho independente no âmbito dos Estudos Regionais e Locais.
- 2 - Obter um conhecimento aprofundado sobre o tema específico da dissertação.
- 3 - Ser capaz de apresentar e discutir claramente as conclusões do trabalho, bem como a teoria subjacente.
- 4 - Ser capaz de identificar novos problemas e de os resolver de forma crítica, independente e inovadora.
- 5 - Adquirir a capacidade para contribuir com trabalho de investigação e desenvolvimento.

Conteúdos / Programa:

Varia de acordo com o tema da dissertação.

Bibliografia / Fontes de Informação:

Vai variar em função das áreas científicas de orientação.

Metodologia de Avaliação:

As metodologias de ensino serão definidas pelo orientador, mas, em termos gerais, incluem: M1) reuniões periódicas com o orientador; M2) pesquisa bibliográfica, quer na forma de livros como de artigos, pelo menos em português e em inglês, em papel ou na Internet; M3) uso de *software* específico para a área específica em estudo. Em relação à avaliação, processa-se através de provas públicas, como está definido nos Regulamentos da Universidade da Madeira aplicáveis.



I JORNADAS DO MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

10:00-10:15, **Acolhimento**

10:15-11:00, **Lurdes de Castro Moutinho** - O ATLAS MULTIMÉDIA PROSÓDICO DO ESPAÇO ROMÂNICO E O SEU CONTRIBUTO PARA OS ESTUDOS REGIONAIS

11:00-11:30, **Sara Fernandes** - O PATRIMÓNIO LINGUÍSTICO E CULTURAL DO PAUL DO MAR

11:30-12:00, **Elda Jéssica Olim** - O PAPEL DA MULHER NA REVOLUÇÃO DE ABRIL NA ILHA DA MADEIRA

12:00-12:30, **Lúcia Pestana** - HENRY VEITCH: A FIGURA DO CÔNSUL NA MEMÓRIA REGIONAL MADEIRENSE HODIÉRNA

PAUSA

14:00-14:45, **Pedro Calado** - O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (AMRAM)

14:45-15:15, **Severino Olim** - RIBEIRA SECA: MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

15:15-15:45, **Maria Cristina Martins** - DA FUGA À «MÁ SORTE» AO FOMENTO DA EMIGRAÇÃO EM REDE: UMA SÍNTESE

15:45-16:00, **Encerramento**

15

Novembro 2021
10 h - 16 h

CAMPUS DA
PENTEADA,
SALA DO
SENADO

Entrada livre

5. PERFIL DOS MESTRANDOS

5.1. POR EDIÇÃO

O curso de 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais, um mestrado da Universidade da Madeira desde 2009, conta, até à data, com oito edições (2009-2010, 2011-2012, 2013-2014, 2015-2016, 2017-2018, 2019-2020, 2020-2021 e 2021-2022). Até 2019-2020, as edições eram bienais, sendo que a partir do referido ano académico passaram a ser anuais. É, portanto, anualmente, um curso para os estudantes de licenciatura da mesma universidade como para os residentes no arquipélago madeirense que fizeram o 1.º Ciclo noutras instituições. Veio aumentar a oferta formativa da UMA, enquadrada no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, da Faculdade de Artes e Humanidades. Constitui igualmente uma oportunidade de aprofundamento de conhecimentos para adultos, já inseridos no mundo do trabalho. Em grande parte, por esta razão, o mestrado funciona em horário pós-laboral desde o seu início, no sentido de abranger uma população-alvo mais alargada. Esse factor tem sido fundamental para abrir o curso a um conjunto de interessados que já se encontra a trabalhar em diversas áreas e que pretende continuar a formar-se, desenvolvendo competências diversas. Aliás, como veremos, a idade dos inscritos não deixa grandes dúvidas relativamente a esse respeito.

De forma a conhecermos a realidade do curso de mestrado, do ponto de vista estatístico, recorreremos ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES) disponibilizado pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Prosseguimos, então, com gráficos anuais, detalhando os dados de cada ano lectivo, pois são importantes para compreendermos certos aspectos dos inscritos no ciclo de mestrado ao longo dos anos lectivos. Quando aberta uma nova edição, analisamos informações sobre a situação do estudante (ano curricular – 1 e 2 – ou apenas a elaborar a Dissertação), a nacionalidade dos mestrandos e o número de inscritos considerando as respectivas idades. Os dados relativos aos anos lectivos sem abertura de edição estão dispostos em gráficos que ilustram o género e a nacionalidade dos estudantes inscritos.

Torna-se difícil ter acesso a alguns dados, nomeadamente saber o número de estudantes Erasmus que se inscrevem apenas numa ou noutra unidade curricular do curso e não na sua totalidade. Também não foi possível averiguar o número total de desistências (abandono, sem conclusão do curso ou do 1.º ano, este equivalente à pós-graduação), ao longo dos anos, que, no entanto, pelas informações paralelas recebidas, não parecem ser significativas. Por agora, não se detêm os números exactos, mas é notório, pelos dados

empíricos disponíveis, que uma larga maioria dos estudantes – praticamente todos os que não vão inscrever-se no 2.º ano – opta por concluir o 1.º ano, escolhendo não prosseguir para a Dissertação, por se sentir confortável com a pós-graduação. A leitura dos dados ano a ano, por edição, é reveladora de que a distribuição dos 105 estudantes pelas oito edições, em média, por cada uma, houve cerca de 13 estudantes e que 34% concluiu com a Dissertação, tendo mais do dobro ficado com a pós-graduação. Observe-se a análise dos dados recolhidos para cada edição.

Na 1.ª edição do curso de 2.º Ciclo em ERL (2009-2010), matricularam-se vinte e dois estudantes (onze do sexo feminino e onze do masculino). A paridade é claramente reveladora de que o mestrado suscita interesse a todos, independentemente do género. Alguns pormenores, os que mais se justificam, são especificados e ilustrados em representações gráficas, no decorrer das próximas páginas para delinear o perfil dos mestrandos.

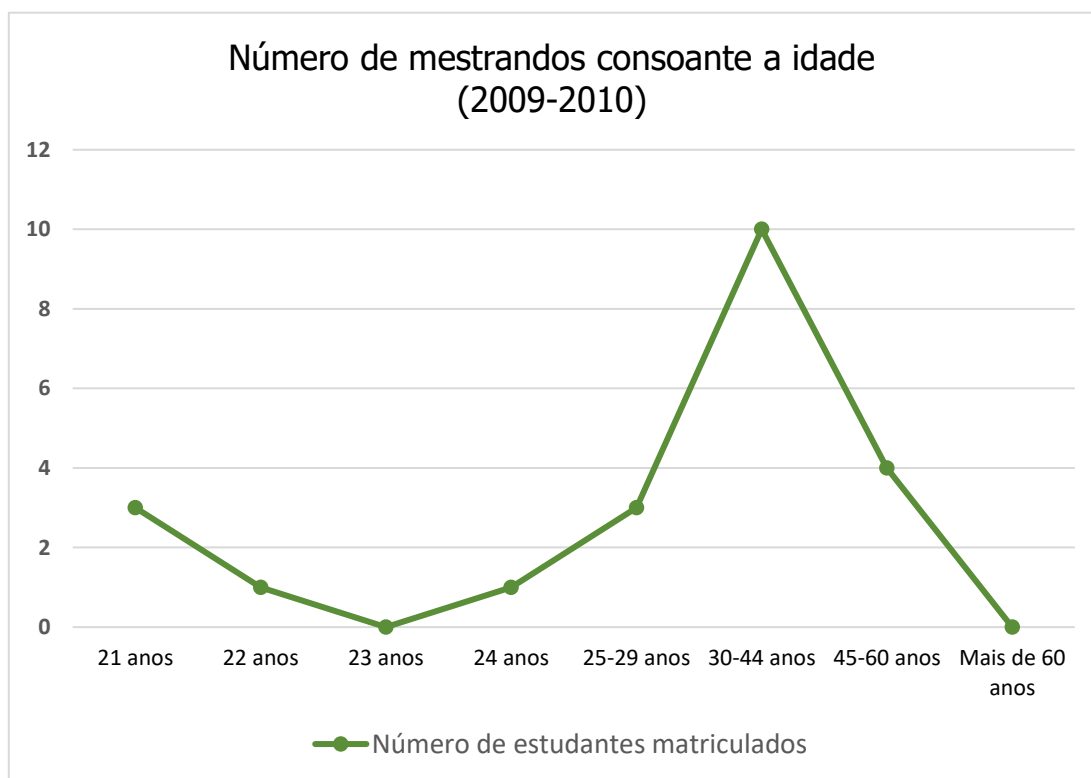


Gráfico 1. Número estudantes inscritos consoante a idade na 1.ª edição do mestrado (2009-2010).

Segundo informações disponibilizadas pelo RAIDES, e a partir das quais se elaboraram todos os gráficos, é possível ter uma ampla visão da idade dos inscritos que, é bem notório, varia substancialmente. A curva representada no gráfico 1 é disso reveladora. Observamos, desde logo, que a faixa etária entre os 30 e os 44 anos tem um maior número

de inscrições (dez), seguindo-se a dos 45-60 (quatro inscrições) e a dos inscritos com 21 anos (três). Posteriormente, contabilizamos três inscritos com idades compreendidas entre os 25-29 anos, um com 24 anos e outro com 22 anos e as restantes idades, ou intervalo de idades, não registam qualquer inscrição.

Analisando o país de origem dos mestrandos inscritos na 1.ª edição do curso, percebemos que a maioria dos mesmos (95%) são portugueses e apenas 5% são de origem brasileira, conforme representado no gráfico seguinte. A língua portuguesa parece aqui ter um papel preponderante e facilitador para a continuação da formação.



Gráfico 2. Percentagem relativa à nacionalidade dos mestrandos da 1.ª edição do curso.

Se, em 2009-2010, existiam vinte e dois estudantes inscritos, no ano lectivo seguinte (2010-2011), dezassete deles estavam inscritos na fase de elaboração da Dissertação (nove do sexo masculino e oito do feminino). Percebe-se, então, que cinco estudantes não transitaram para a fase de Dissertação, tendo, quem o terminou, ficado pelo ano curricular, ou seja, a pós-graduação. Para esse ano, não se justifica uma análise pormenorizada, nem uma representação gráfica, porque não foi aberta uma nova edição, prosseguiu-se apenas com o 2.º ano, dedicado ao Seminário de Orientação e à elaboração da Dissertação. No entanto, foi, precisamente, em 2011 que surgiram os três primeiros

mestres em Estudos Regionais e Locais pela UMA, inscritos na 1.^a edição de 2009-2010. Portanto, conseguiram concretizar o trabalho no calendário previsto.

Em 2011-2012, ano lectivo que corresponde à 2.^a edição do curso de Estudos Regionais e Locais, inscreveram-se vinte e cinco candidatos. Quanto aos matriculados, importa perceber a situação em que se encontravam todos, já que vão começar a variar de acordo com as edições. Segundo consta, as inscrições estavam dispersas em três fases diferentes do curso: a) mestrandos inscritos no ano curricular 1, b) mestrandos inscritos no ano curricular 2 e c) mestrandos apenas a elaborar a Dissertação. Com efeito, vejamos o gráfico subsequente, no qual se torna bem visível a situação da totalidade dos estudantes.

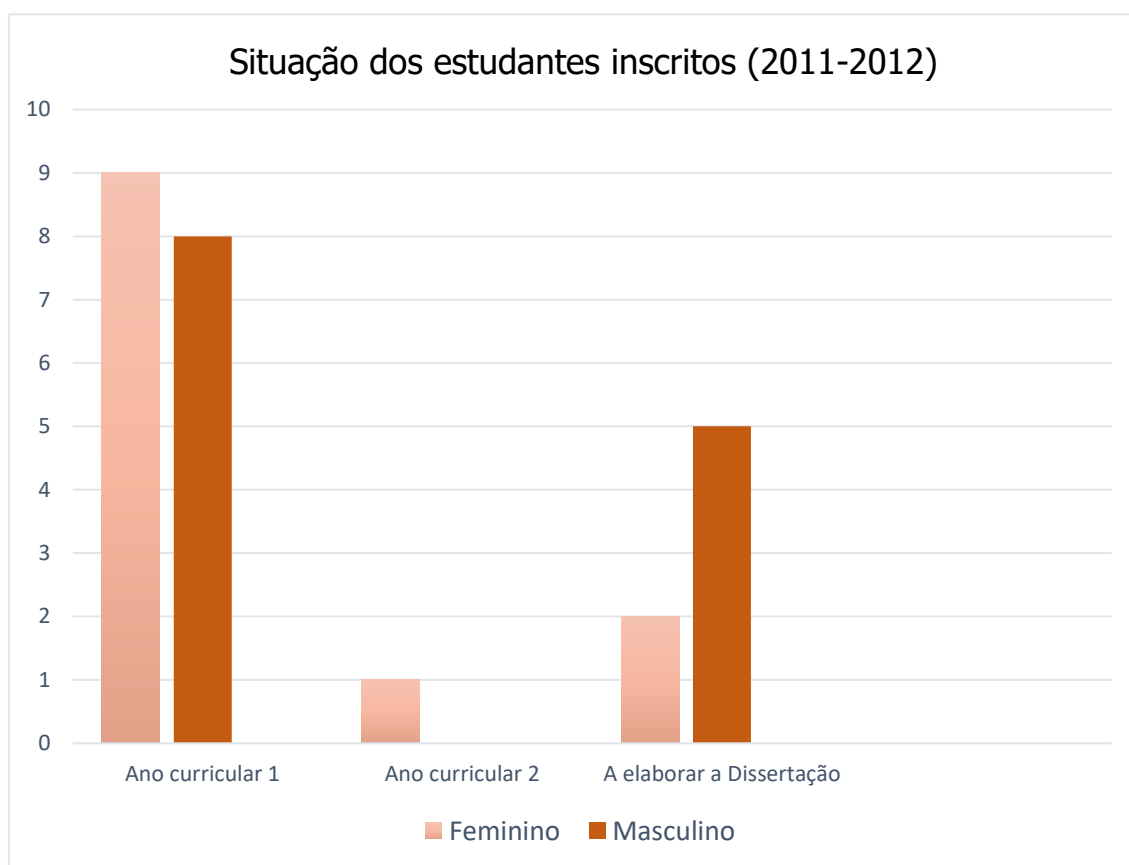


Gráfico 3. Situação dos estudantes inscritos na 2.^a edição do mestrado (2011-2012).

Conforme ilustrado no gráfico 3, houve dezassete estudantes que se inscreveram no 1.^a ano do curso (nove do sexo feminino e oito do masculino: a paridade parece manter-se mais ou menos constante). Contabilizaram-se menos cinco inscrições, comparativamente à 1.^a edição porque, de vinte e dois, passou para dezassete. Segundo os dados recolhidos, em 2011-2012, um estudante estava a repetir alguma unidade curricular, por nela estar

inscrito. Existiam sete estudantes a elaborar a Dissertação (dois do sexo feminino e cinco do masculino). Em 2012, há registo de que quatro estudantes concluíram o mestrado, com a defesa pública da Dissertação. Estes mestres iniciaram o seu percurso na edição de 2009-2010.

Relativamente à nacionalidade dos estudantes, matriculados na 2.^a edição do curso, verificamos que a maioria é portuguesa (80%), havendo mestrandos de outras nacionalidades: venezuelana (12%), sul-africana (4%) e moçambicana (4%), conforme os dados dispostos no gráfico 4. A questão do ensino em língua portuguesa parece ser um factor importantíssimo. Além disso, há a considerar que alguns mestrandos passaram por alguma experiência de emigração familiar, estando ligados às comunidades madeirenses, quer da Venezuela, quer da África do Sul. Em geral, aos longos dos anos do MERL, a adaptação destes estudantes para um uso escorreito da língua portuguesa, nomeadamente na redacção da Dissertação, nem sempre foi fácil, tendo necessitado de acompanhamento.



Gráfico 4. Percentagem relativa à nacionalidade dos mestrandos (2011-2012).

No que concerne à idade dos dezassete inscritos no 1.º ano do Mestrado (ano curricular), verificamos que sete deles se concentravam na faixa etária que compreende os 30 e os 44 anos, ou seja, novamente adultos já com experiência laboral. Três tinham 24 anos, dois tinham entre 25 e 29 anos e outros dois entre 45 e 60 anos. Estavam inscritos ainda no curso um estudante com 22, outro com 23 anos e ainda um outro com mais de 60 anos. Observamos, portanto, que a idade dos mestrandos é variável. Apesar de não existir nenhum inscrito com 21 anos, as restantes idades representadas no gráfico 5 comportam um ou mais inscritos. Segundo o RAIDES, em 2011-2012, um estudante, com idade entre os 45 e os 60 anos, estava a repetir uma ou mais disciplinas por estar inscrito no ano curricular 2. Relativamente à fase de elaborar a Dissertação, a situação das inscrições era a seguinte: dois mestrandos tinham 23 anos; um encontrava-se na faixa etária dos 25-29, dois na dos 30-44 anos e outros dois na dos 45-50 anos.

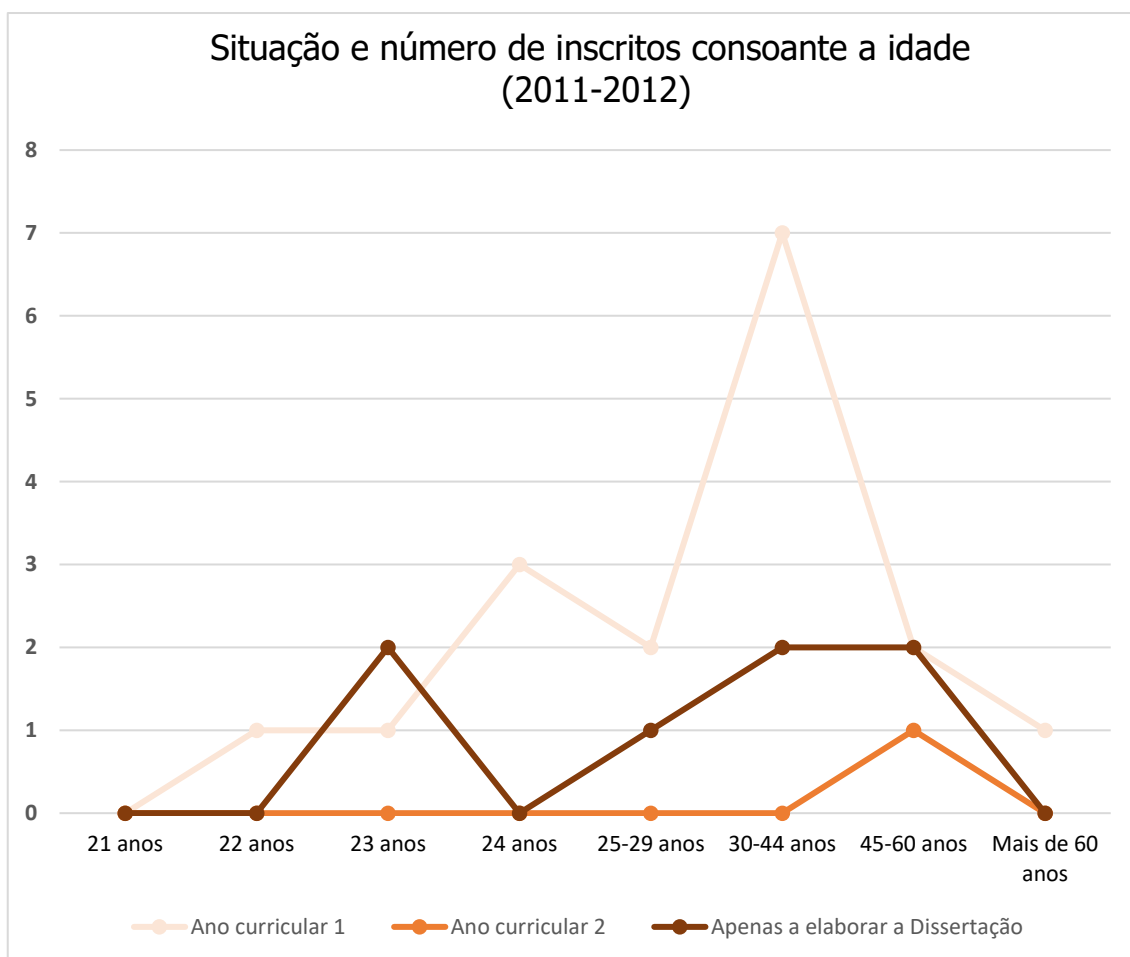


Gráfico 5. Situação e número de estudantes inscritos consoante a idade (2011-2012).

No ano lectivo seguinte, 2012-2013, continuação do anterior, estavam inscritos no curso treze mestrandos. Todos eles se encontravam a elaborar a Dissertação de mestrado, já que, conforme previsto, o curso não abriu nesse ano. Considerando os dados sobre as dissertações depositadas na Biblioteca da UMa, um estudante completou o curso em 2013. O mestrando em causa inscreveu-se pela primeira vez no ano lectivo 2011-2012. Para o período, 2012-2013, agregando os dados, comprovamos que existe uma disparidade relativamente ao género dos estudantes do MERL: isto porque 62% dos mestrandos são do sexo feminino e 38% do sexo masculino, como evidenciado no gráfico 6. Poderá isto significar que as mulheres levam mais tempo a elaborar a Dissertação.

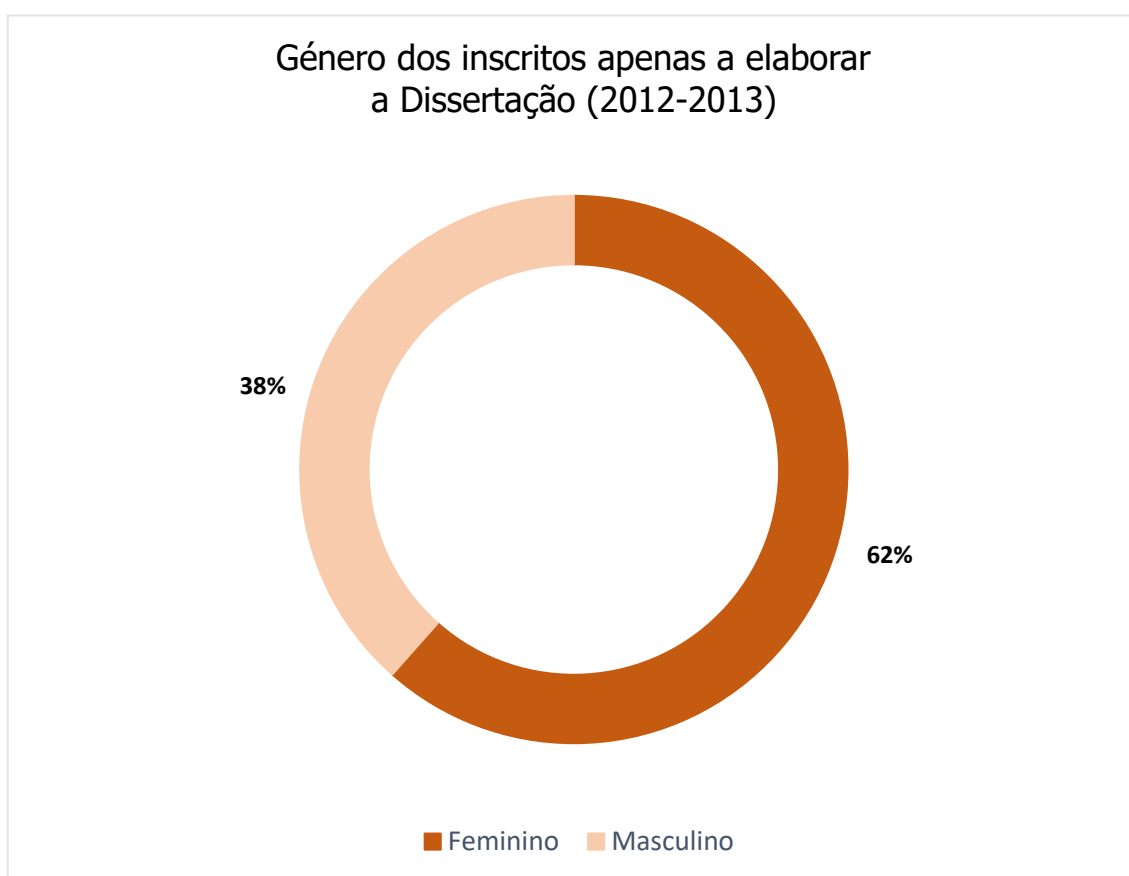


Gráfico 6. Percentagem relativa ao género dos estudantes inscritos no MERL apenas a elaborar a Dissertação (2012-2013).

Realizadas duas edições do mestrado (2009-2010 e 2011-2012), importa perceber quantos estudantes se inscreveram nestas edições e, destes, quantos conseguiram terminar o curso. Analisando os dados apresentados pelo RAIDES, verificamos que, até ao ano lectivo de 2012-2013, se matricularam no mestrado, pela primeira vez, 49 estudantes. Destes, 19 eram do sexo masculino e 20 do feminino. Dos 49 estudantes matriculados, apenas 8 se diplomaram, em ERL, até 2012-2013. Um número baixo quando comparado com o das matrículas. Dos mestres, é possível apurar que 4 eram do sexo masculino e os restantes 4 do feminino, existindo, portanto, um equilíbrio a nível de género.

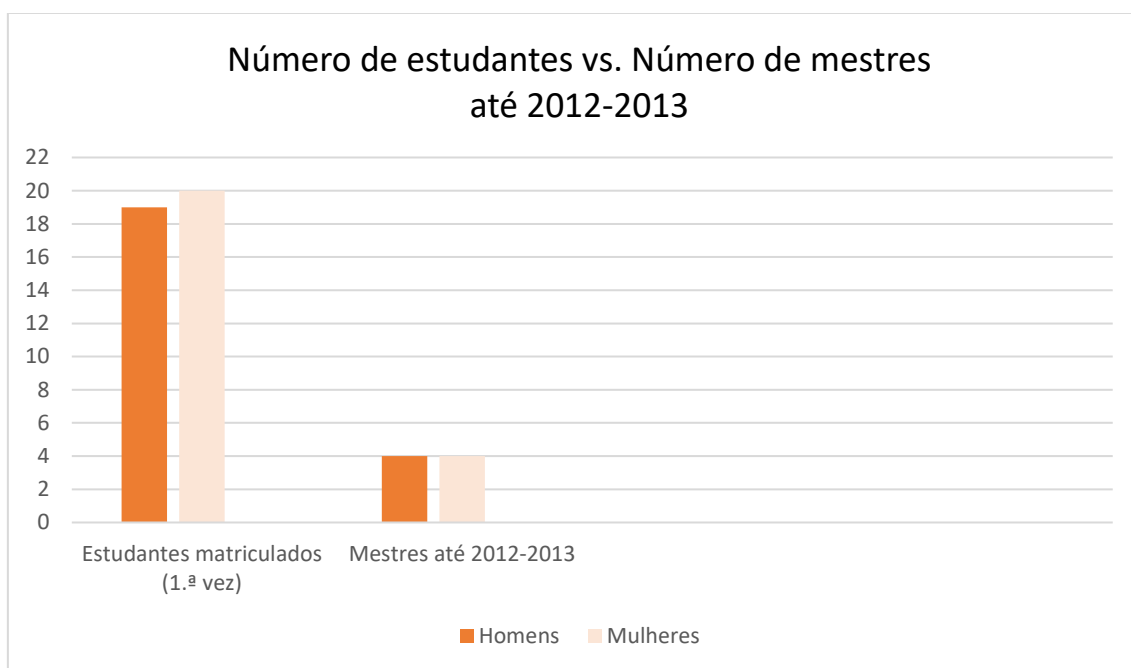


Gráfico 7. Número de estudantes inscritos, pela 1.ª vez no curso, e aqueles que concluem o mestrado até ao ano lectivo de 2012-2013.

Constam mestres da lista de estudantes matriculados na 1.ª edição do curso, em 2009-2010, sendo que um estudante do género masculino realizou as provas públicas em Maio de 2012 e dois defenderam as ditas provas em Setembro de 2012. No que respeita às estudantes, inscritas pela 1.ª vez em 2009-2010, verificamos que uma estudante se diplomou em Julho de 2011, duas em Setembro de 2011 e outra em Setembro de 2012. Aqui, percebe-se que, à excepção de uma, as mulheres concluíram a Dissertação dentro do prazo estipulado e os rapazes, globalmente, demoraram mais um ano lectivo para findar o curso. Da edição de 2011-2012, até ao ano de 2012-2013, apenas um estudante do sexo masculino terminou o curso, precisamente em Setembro de 2013, cumprindo o prazo.

Em 2013-2014, na 3.^a edição do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, matricularam-se vinte e dois estudantes (gráfico 8). A situação dos estudantes era diversa. Dezasseis estavam no primeiro ano curricular do mestrado (seis do sexo feminino e dez do masculino: nota-se uma preferência pelo curso por parte dos homens), o que significa que se inscreveram pela primeira vez. Os restantes seis (do sexo feminino) seguiam com a elaboração da dissertação, registando-se, no total, uma diferença mínima entre os inscritos do género feminino e do masculino (doze mulheres e dez homens).

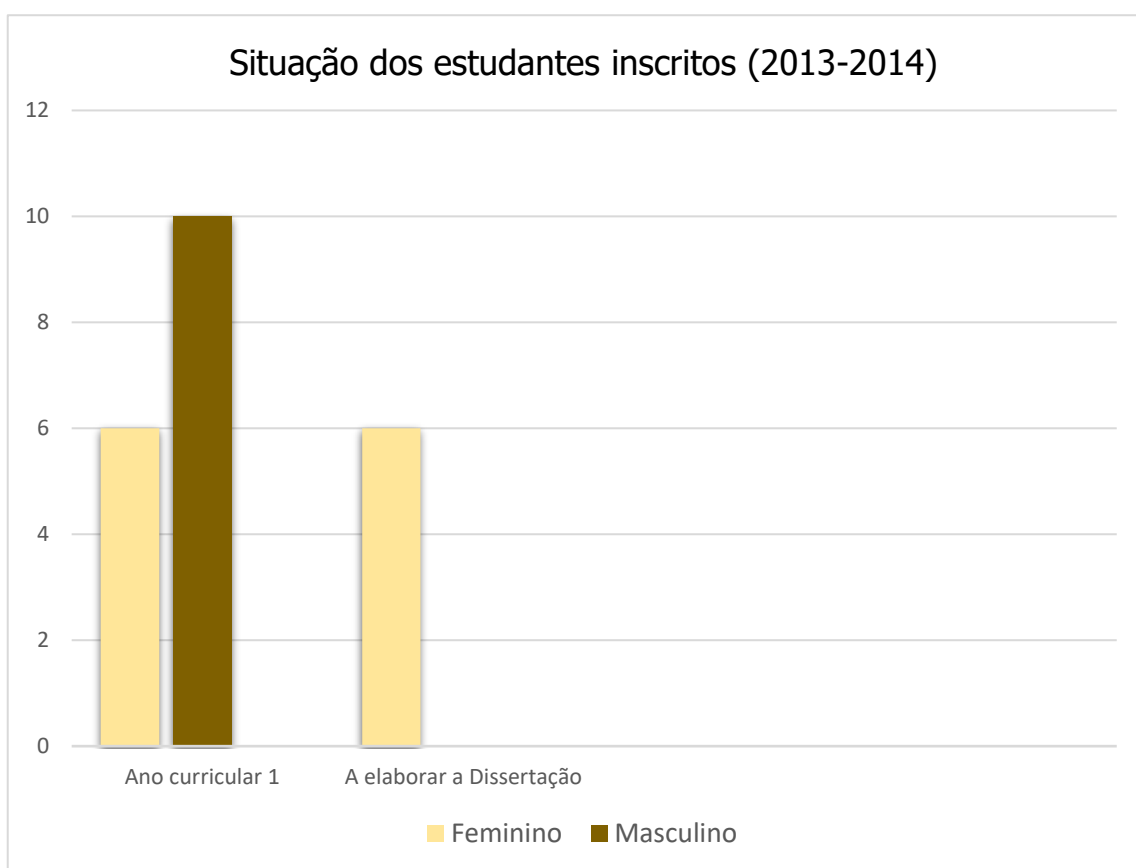


Gráfico 8. Situação dos estudantes inscritos no ano lectivo de 2013-2014.

Os dados disponíveis, e que foram consultados, revelam que a UMA diplomou cinco estudantes em Estudos Regionais e Locais em 2014. Um dos diplomados pertencia à edição de 2009-2010 e os restantes à de 2011-2012. Todos eles, portanto, levaram mais anos do que os dois previstos para a conclusão do curso.

Quanto a esta edição, mais uma vez, a percentagem de estudantes com nacionalidade portuguesa foi superior às demais (73%). Contudo, os dados do gráfico 9 são reveladores, já que os estudantes com proveniência da República Bolivariana da Venezuela surgiram com uma percentagem interessante (18%). Desta edição, integraram, também, estudantes brasileiros (5%) e sul-africanos (4%). As nacionalidades vão-se mantendo constantes, relativamente às edições anteriores. A língua de ensino poderá estar a facilitar a inscrição a elementos das comunidades luso-descendentes e as de língua portuguesa.

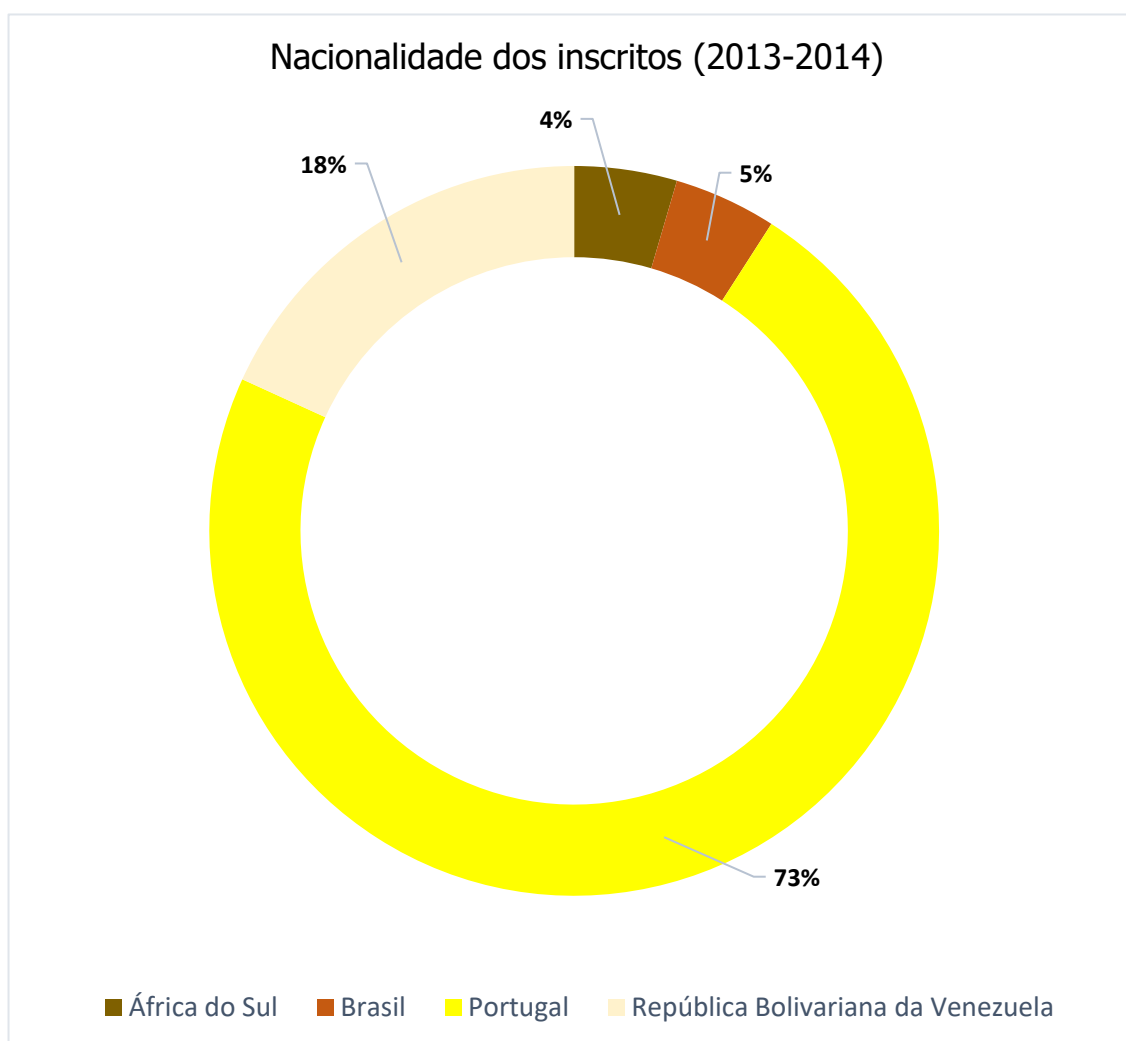


Gráfico 9. Dados percentuais relativos à nacionalidade dos inscritos (2013-2014).

Segundo apurámos, quanto às idades, cinco contavam 23 anos; três tinham idades entre os 25 e os 29 anos; outros três situavam-se entre os 30 e os 34 e mais três entre os 45 e os 60 anos. Dos dezasseis mestrandos inscritos no ano curricular do mestrado da edição de 2013-2014, dois estavam com 21 anos. Não se verificou nenhum estudante ter 22, 24 e mais de 60 anos. Segundo o gráfico 10, seis estudantes (três com idades compreendidas entre 25-29 anos e outros três entre 30-44 anos) estavam a elaborar a dissertação. A maioria dos mestrandos revela, pela idade, não ter transitado directamente da licenciatura para o mestrado. No geral, são essencialmente jovens adultos e é fácil de compreender que o regresso ao ensino universitário é uma opção, no sentido de continuar a formação académica, encontrando-se os Estudos Regionais e Locais nas suas preferências.

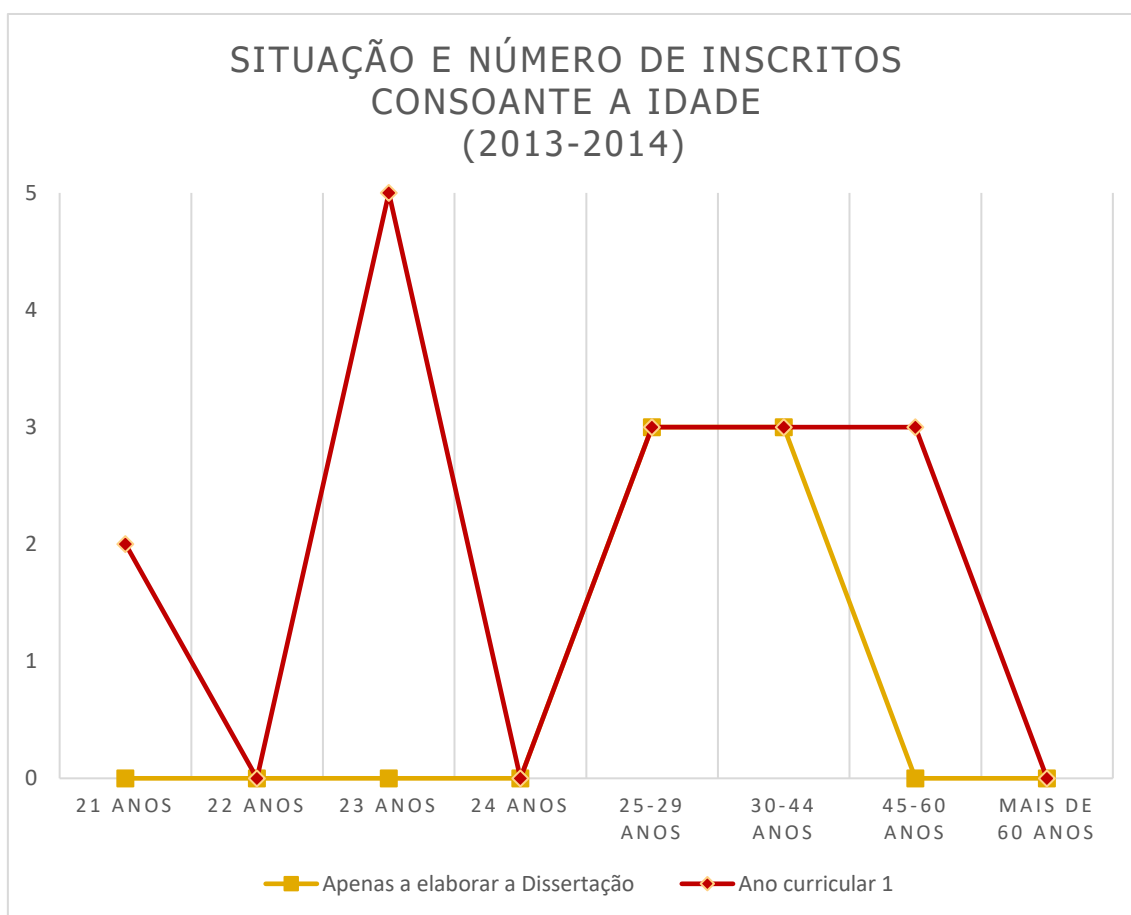


Gráfico 10. Situação e número de mestrandos consoante a idade (2013-2014).

No ano académico seguinte, ou seja, o de 2014-2015, o total de inscritos foi de quinze. Todos se encontravam na fase de elaboração do trabalho final do mestrado: a Dissertação. Destes, 60% pertencia ao sexo masculino e 40% ao sexo feminino. As percentagens estão ilustradas no gráfico 11. Os números revelam que várias mulheres que estavam em maior número a elaborar a Dissertação no ano académico anterior acabaram por conseguir finalizar o curso com as provas públicas.

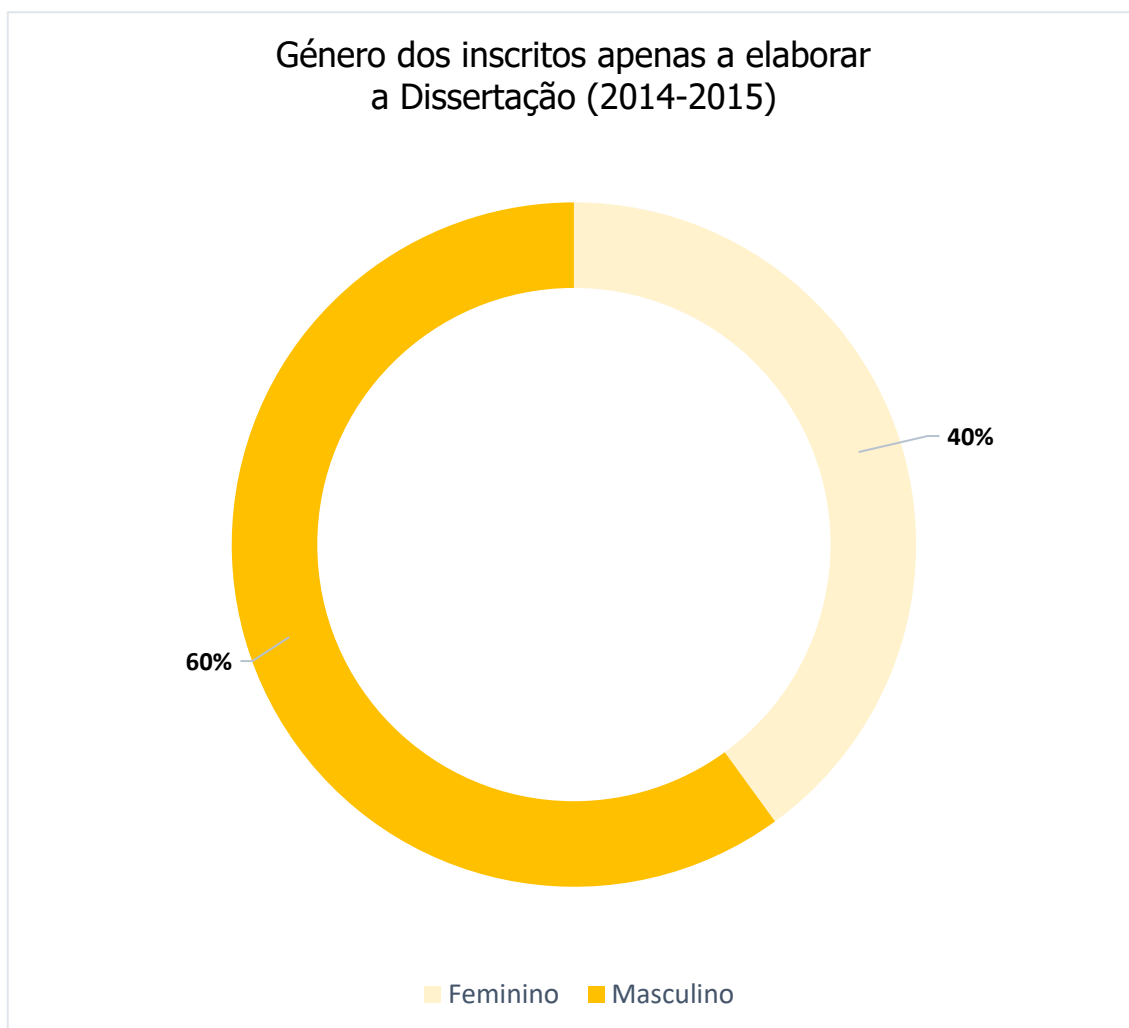


Gráfico 11. Género dos inscritos apenas a elaborar a Dissertação no ano lectivo de 2014-2015.

Dos estudantes inscritos pela primeira vez nas três primeiras edições (vinte e dois mestrandos na 1.^a edição, dezassete na 2.^a edição e dezasseis na 3.^a edição), ou seja, um total de cinquenta e cinco, é possível verificar, juntando os dados apresentados no gráfico 11, que, destes, apenas quinze concluíram o mestrado, através de discussão pública da Dissertação. Com efeito, a partir de 2013-2014 até 2014-2015, verificamos que um estudante do género masculino da turma de 2009-2010 defendeu o trabalho final em

Junho de 2014 e dois da turma de 2011-2012 defenderam em Fevereiro e Novembro de 2014. Também inscritas em 2011-2012, duas mulheres concluíram o mestrado em 2014, uma em Junho e a outra em Setembro. Uma outra estudante terminou o curso em Setembro de 2015. Da turma de 2013-2014, uma mestranda formou-se em Setembro de 2015. Juntando estes dados aos apresentados no gráfico 7, verificamos que, até 2014-2015 (inclusive), se formaram na UMa 17 mestres (nove do sexo masculino e oito do feminino).

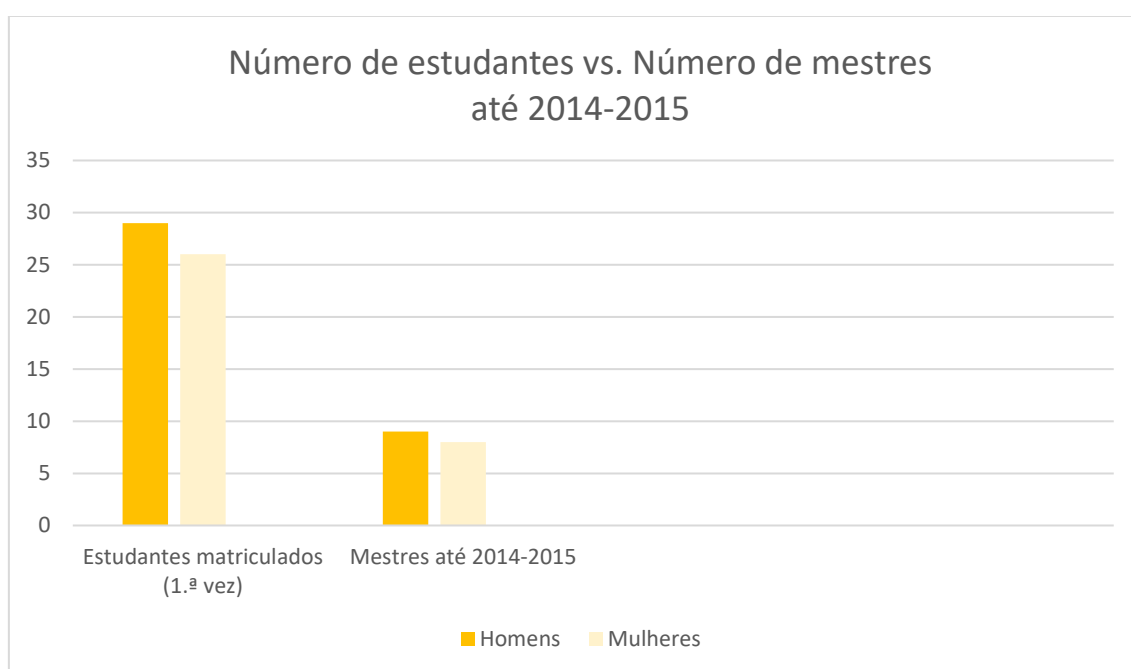


Gráfico 12. Número de inscritos pela 1.ª vez no curso e número de mestres até 2014-2015.

Conforme os dados acima dispostos, o número de estudantes inscritos pela primeira vez nas três primeiras edições do mestrado que não finaliza o curso é largamente superior àqueles que se tornam mestres. A nível percentual, apenas 24% dos estudantes inscritos pela primeira vez nas edições de 2009-2010, 2011-2012 e 2013-2014 se diplomaram. Os restantes 76% optaram por não prosseguir para o 2.º ano do mestrado, ficando com uma pós-graduação, mudando de curso ou, eventualmente, abandonando os estudos de 2.º Ciclo.

A 4.^a edição do 2.^o Ciclo em Estudos Regionais e Locais, correspondente ao ano lectivo de 2015-2016, contou com dezassete estudantes. No 1.^o ano, estavam inscritos doze mestrandos (seis do sexo feminino e seis do masculino: a paridade é de realçar) e cinco dedicavam-se à produção da Dissertação (duas mulheres e três homens). O gráfico 13 permite visualizar os dados pormenorizadamente. O facto de haver mais homens a elaborar a Dissertação resulta de ser maior o número de inscritos no ano anterior. Quanto à apresentação de provas públicas, um mestrando, cuja primeira matrícula é de 2013-2014, concluiu o mestrado em 2016.

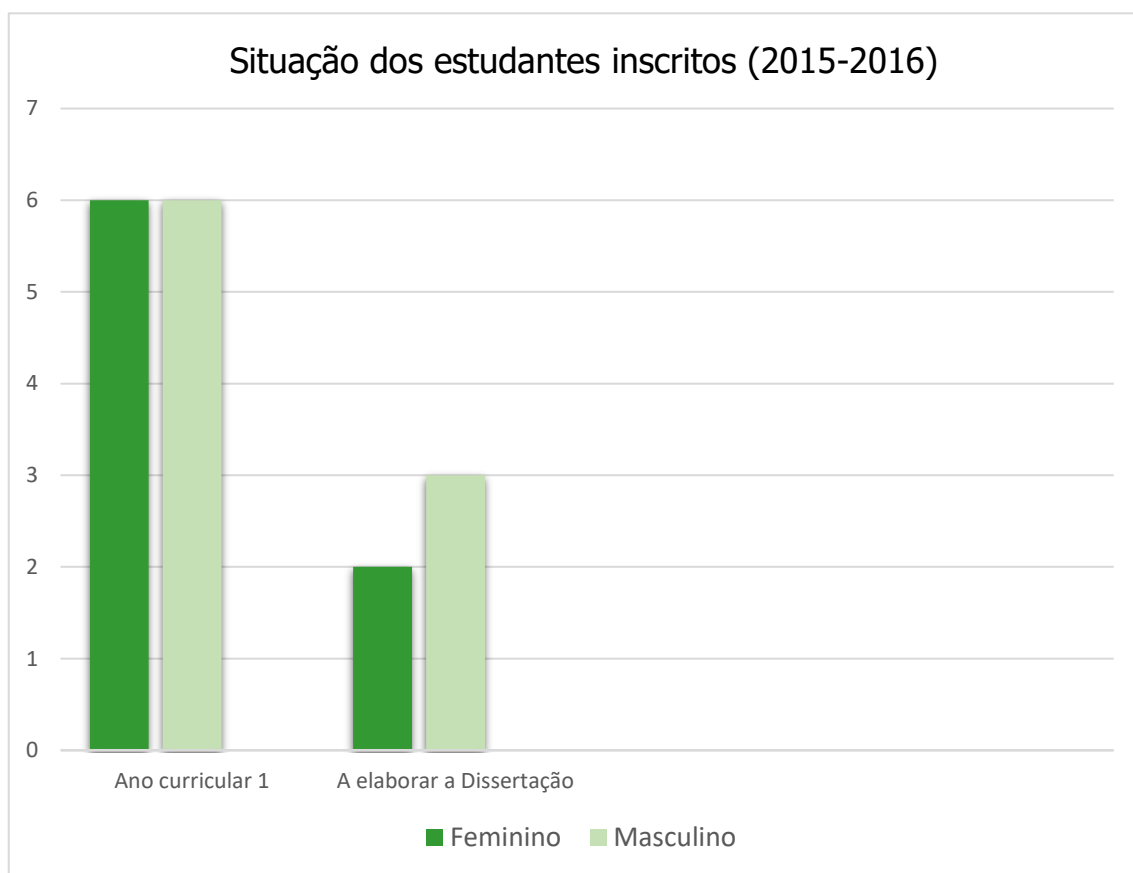


Gráfico 13. Situação dos estudantes inscritos no ano lectivo de 2015-2016.

Importa perceber as percentagens que dizem respeito à nacionalidade dos mestrandos cujas matrículas são de 2015-2016, sobretudo quanto aos novos estudantes. De todas as inscrições registadas, num universo de dezassete matrículas (doze no 1.º ano e cinco na elaboração da Dissertação), observamos que 82% dos estudantes eram de origem portuguesa, 12 % eram venezuelanos e 6% brasileiros.

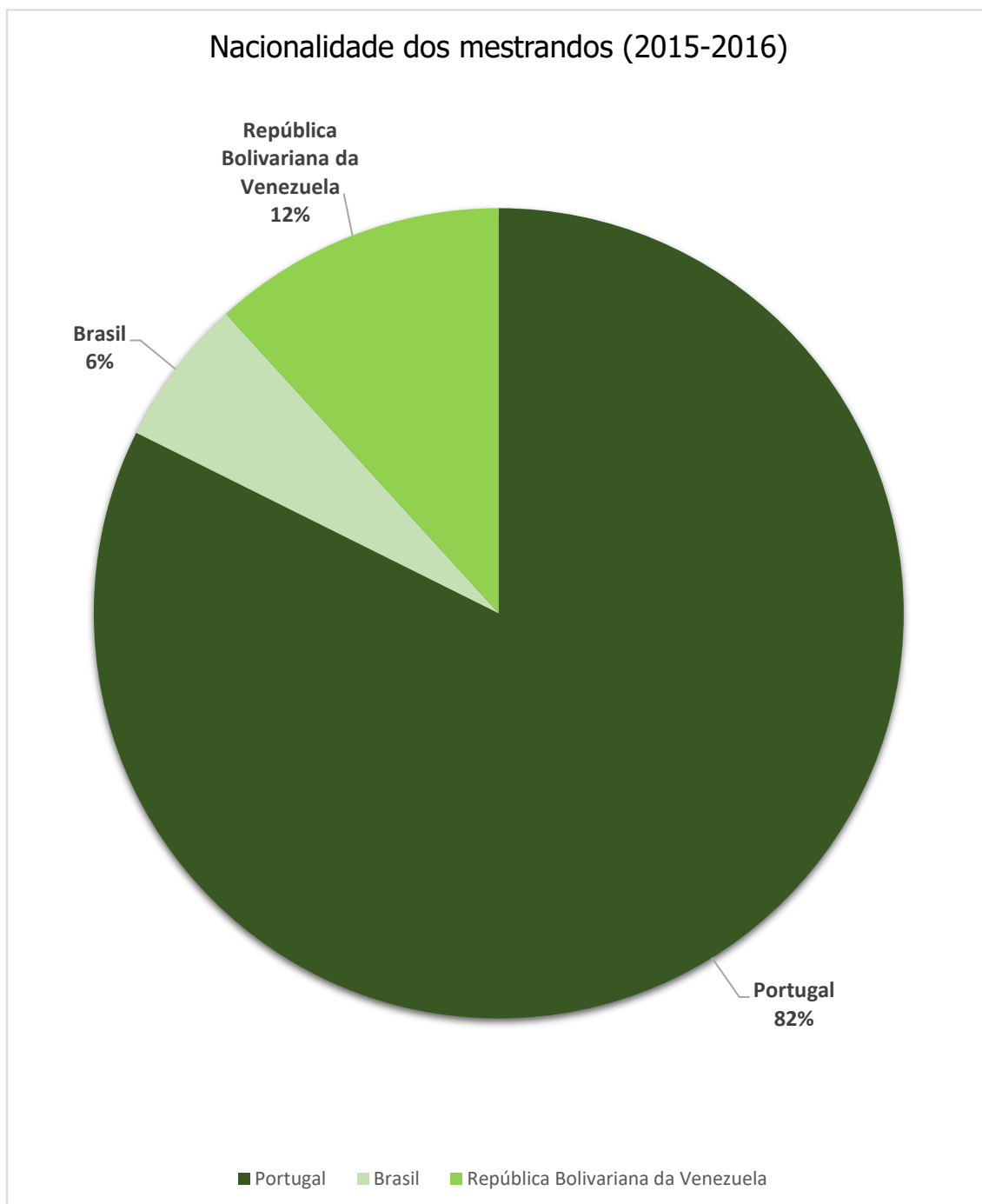


Gráfico 14. Percentagem da nacionalidade dos mestrandos (2015-2016).

Os inscritos em 2015-2016 tinham idades bastante diversas. Desde logo, como representa o pico mais evidente no gráfico 15, quatro mestrandos pertenciam à faixa etária entre os 30 e os 44 anos. Seguiam-se três com idades entre os 25 e os 29 anos e dois com 21 anos. A idade de outros dois situava-se entre os 45 e os 60 anos. Existia, ainda, um estudante com 24 anos. Não se registaram matriculados com 22, 23 e mais de 60 anos. Novamente, sobressai que o curso interessa a jovens adultos e que muitos já se encontram no mercado de trabalho. Relativamente à elaboração da Dissertação, seguindo a linha mais clara representada no gráfico seguinte, verificamos que, dos cinco estudantes que se encontravam nesta situação, um estava com 23 anos; dois tinham idades entre 25-29 anos; um situava-se entre os 30-44 anos e outro entre os 45-50 anos.

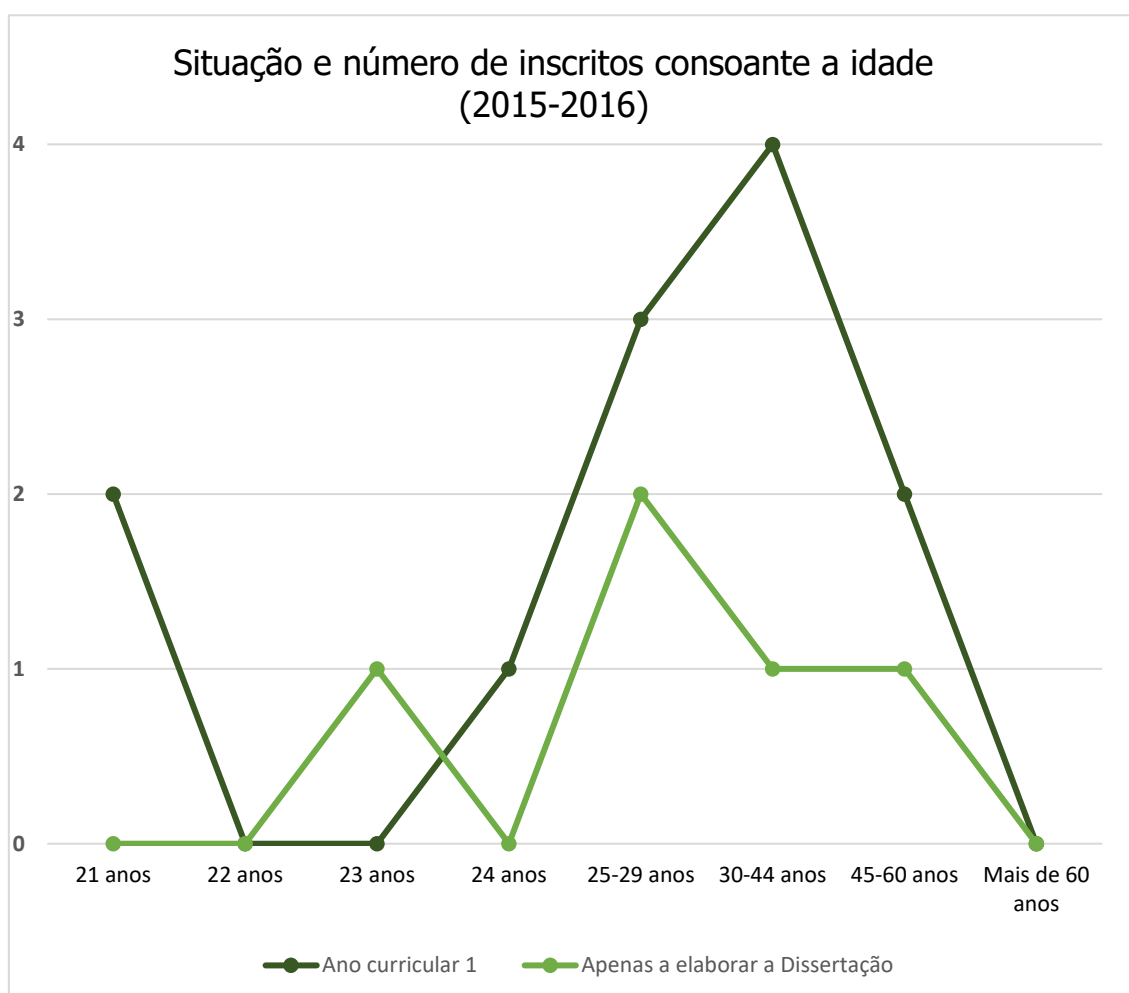


Gráfico 15. Situação e número de estudantes inscritos, no ano lectivo 2015-2016, atendendo à idade.

No ano lectivo de 2016-2017 estavam matriculados em Estudos Regionais e Locais, na UMa, dez mestrandos. Todos se encontravam, apenas, a elaborar a Dissertação, uma vez que não se abriu uma nova edição. Dos doze do primeiro ano, dois não optaram por passar para a fase da Dissertação. Em 2017, quatro estudantes provenientes da edição de 2013-2014 finalizaram a sua formação. Dos dez inscritos em 2016-2017, a nível de género, 70% pertenciam ao sexo feminino e 30% ao sexo masculino, realçando a persistência das mulheres na fase da Dissertação, para conclusão do MERL.

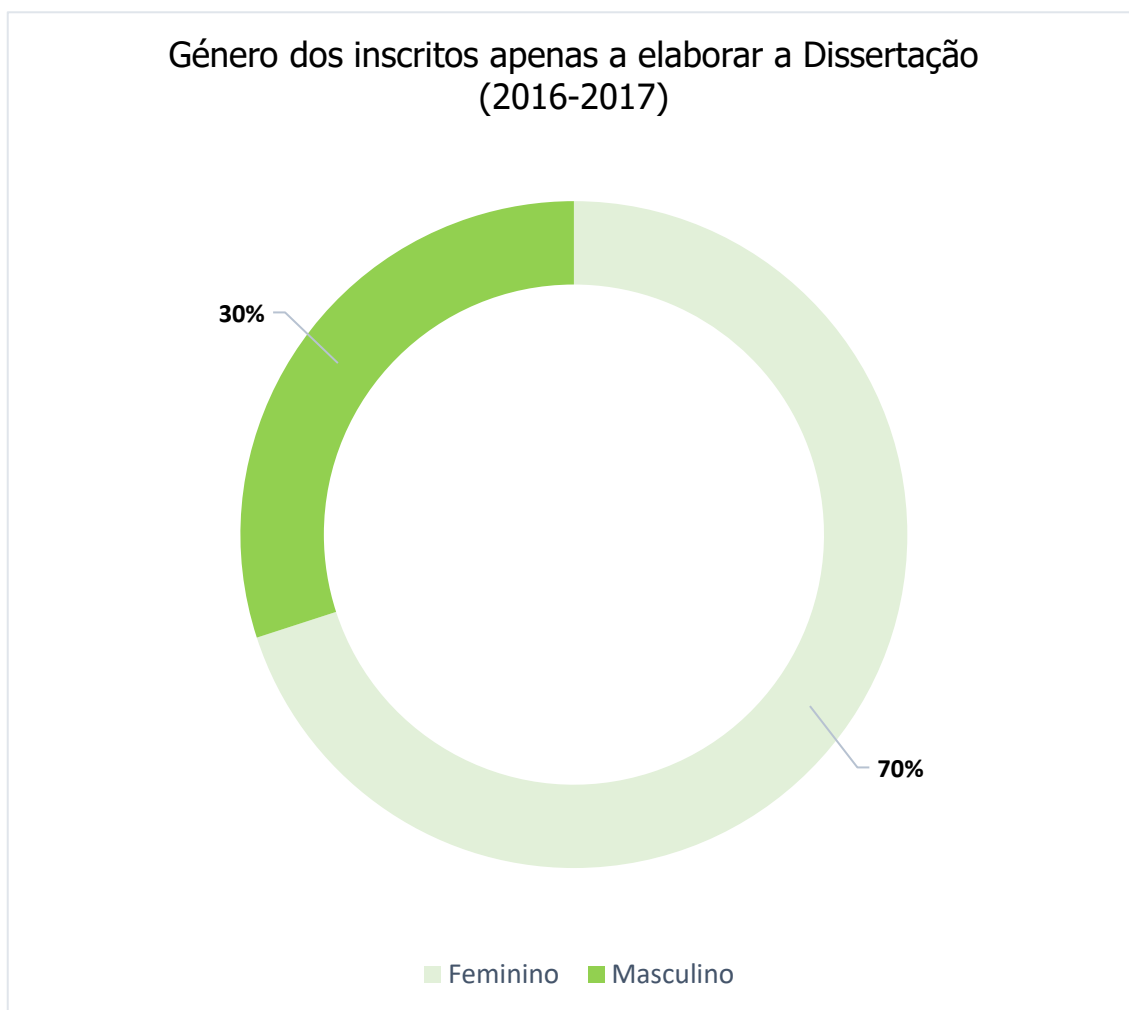


Gráfico 16. Género dos estudantes inscritos apenas a elaborar a Dissertação (2016-2017).

Até ao ano lectivo de 2016-2017, juntando os dados apresentados no gráfico 12, que dizem respeito ao número de estudantes matriculados pela primeira vez e mestres até 2014-2015, percebemos que, desde 2009-2010, ano da 1.^a edição, sessenta e sete estudantes se inscreveram pela primeira vez no curso. Foram trinta e cinco do género masculino e trinta e dois do feminino. Destes, vinte e dois estudantes terminaram o mestrado (dez homens e doze mulheres).

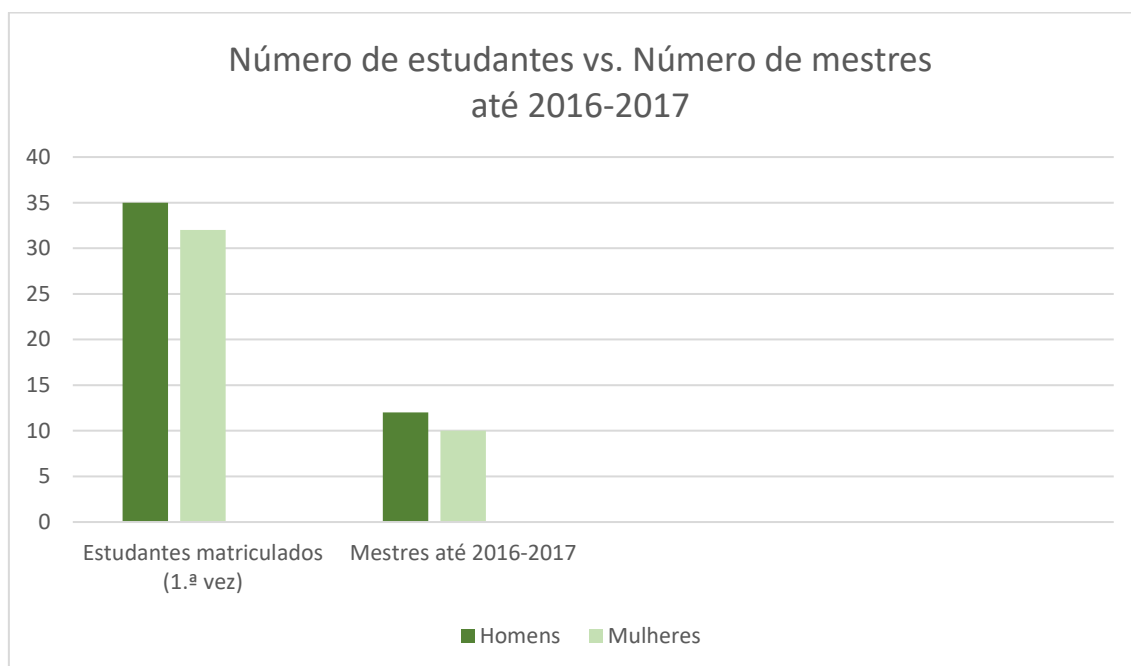


Gráfico 17. Número de estudantes vs. Número de mestres até 2016-2017.

Nos anos lectivos de 2015-2016 e 2016-2017, cinco alunos, inscritos pela primeira vez em 2013-2014, se diplomaram em ERL na UMa. Duas mulheres concluíram em 2017, uma em Maio e a outra em Junho. Dois homens terminaram em 2017, um em Abril e outro em Maio, e um outro estudante findou o mestrado em Dezembro de 2016. Verificamos, portanto, que estes mestrados, tanto os homens como as mulheres, demoraram mais do que o previsto para concluir o curso.

Na 5.^a edição do mestrado, em 2017-2018, matricularam-se quinze estudantes. Destes, dez estavam no 1.º ano do curso (oito mulheres e dois homens: neste ano, o curso atraiu mais mulheres) e os restantes encontravam-se a elaborar a Dissertação (três mulheres e dois homens). Isso significa que alguns mestrandos vão desistindo já no processo de concepção da Dissertação. Há, no entanto, que sublinhar que um número considerável vai conseguindo chegar ao fim, superando as adversidades que se vão apresentando. Em 2018, dois mestrandos, pertencentes à turma de 2015-2016, tendo levado mais tempo do que o estabelecido, tornaram-se mestres em Estudos Regionais e Locais pela UMa.

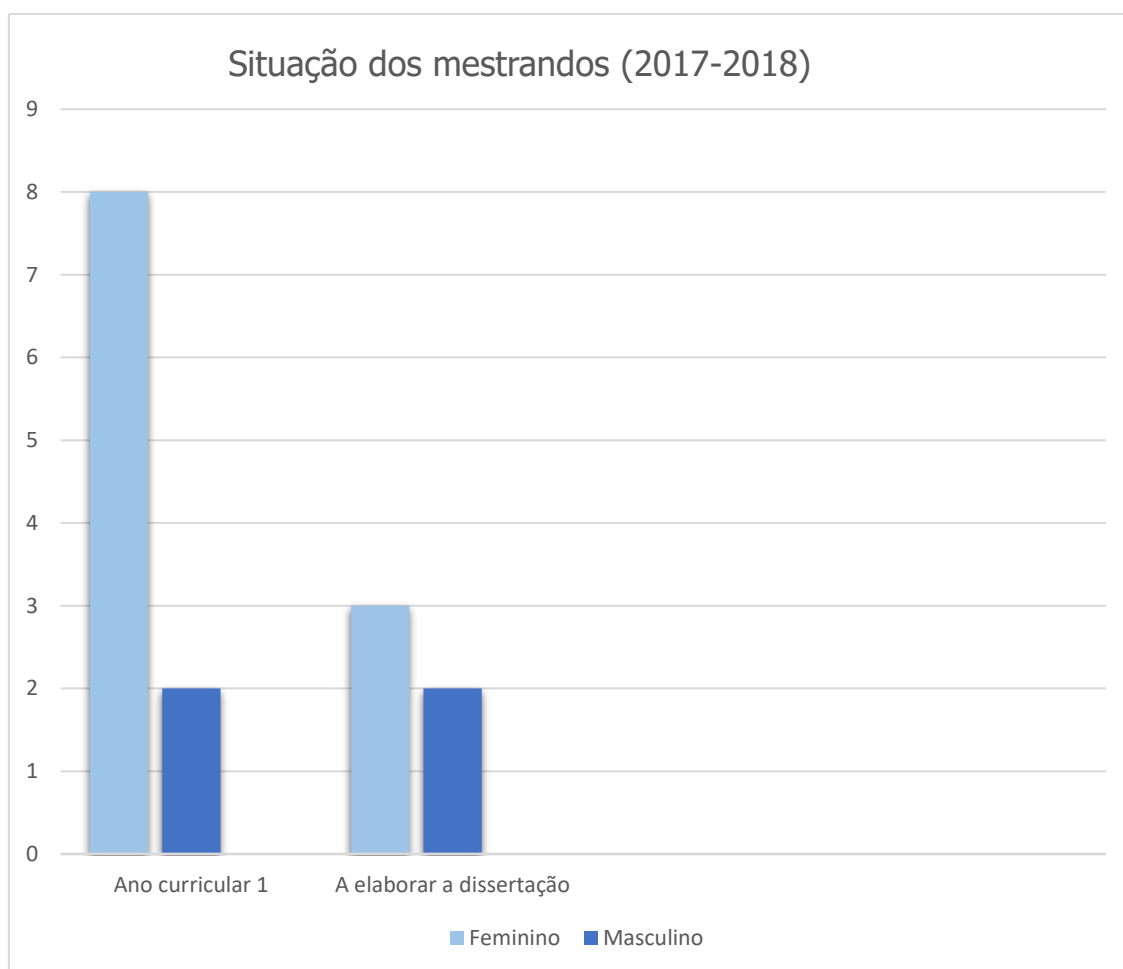


Gráfico 18. Situação dos mestrandos matriculados em 2017-2018, por género.

Analisando a nacionalidade dos estudantes inscritos, em 2017-2018, verificamos que 80% eram portugueses e 20% venezuelanos. Reduziram-se, assim, a duas, não contando, nesta edição, nem com sul-africanos, nem com brasileiros. No entanto, a percentagem de estudantes venezuelanos vai subindo, mesmo se os 2% não são muito significativos.

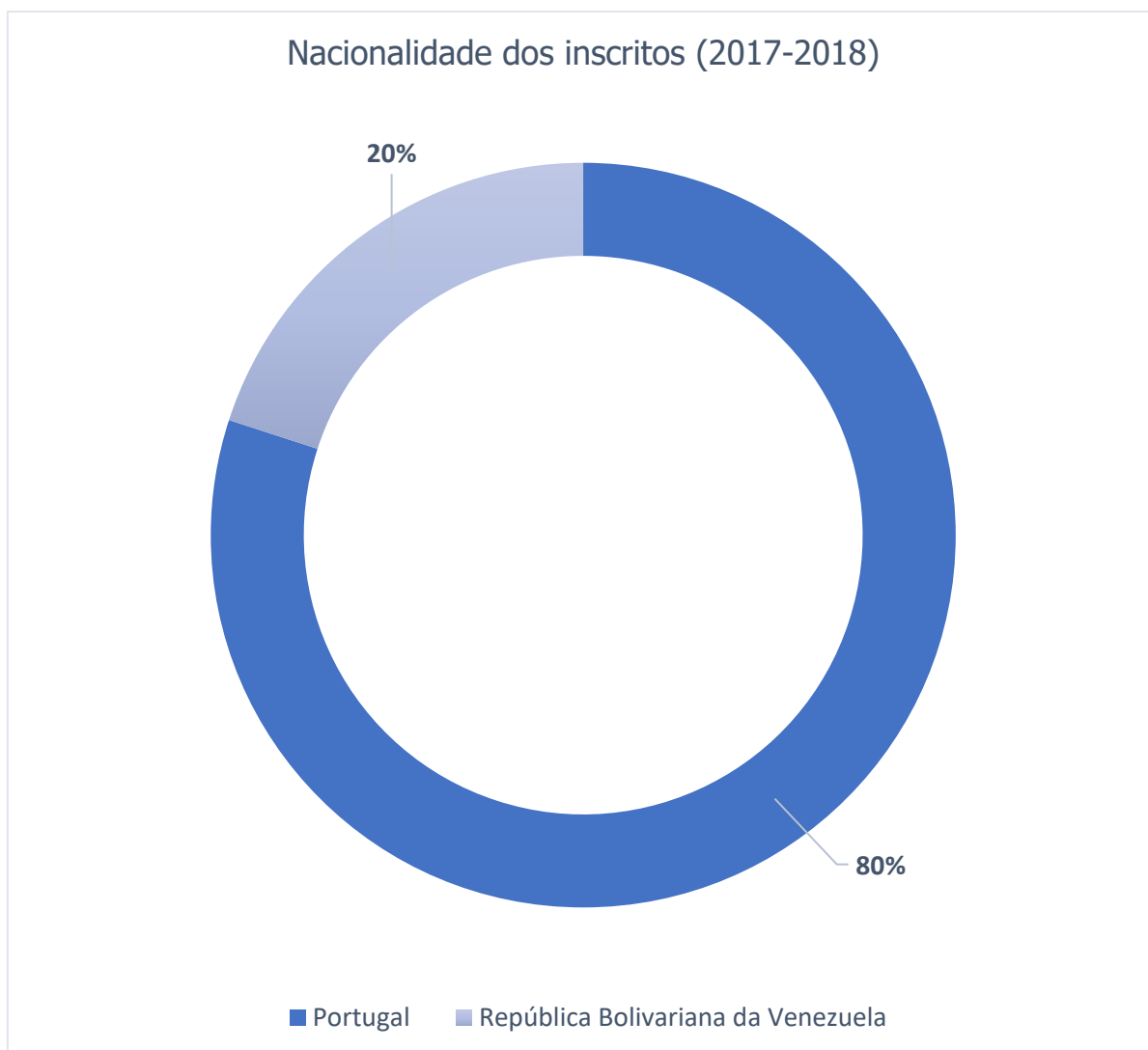


Gráfico 19. Percentagem alusiva à nacionalidade dos estudantes inscritos (2017-2018).

A nível etário, a maioria dos mestrandos inscritos no ano curricular da 5.^a edição do curso tinha entre 25 e 29 anos (três). As idades de 23 e 24 anos agregavam dois mestrandos cada. Com 21, 22 e entre 30 e 44 anos existia um estudante para cada idade e intervalo de idade. Segundo os dados do RAIDES, não havia mestrandos nas seguintes faixas etárias: 45-60 e mais de 60 anos. A fase mais avançada do curso, a elaboração da Dissertação, contemplava cinco estudantes: um inserido na faixa etária dos 25-29 anos, três na dos 30-44 anos e um na dos 45-60 anos. O gráfico 20 não deixa dúvidas de que os mestrandos em Estudos Regionais e Locais são jovens adultos, predominantemente pessoas que já têm uma actividade laboral, o que poderá explicar a dificuldade que vão encontrando para a concretização da Dissertação.

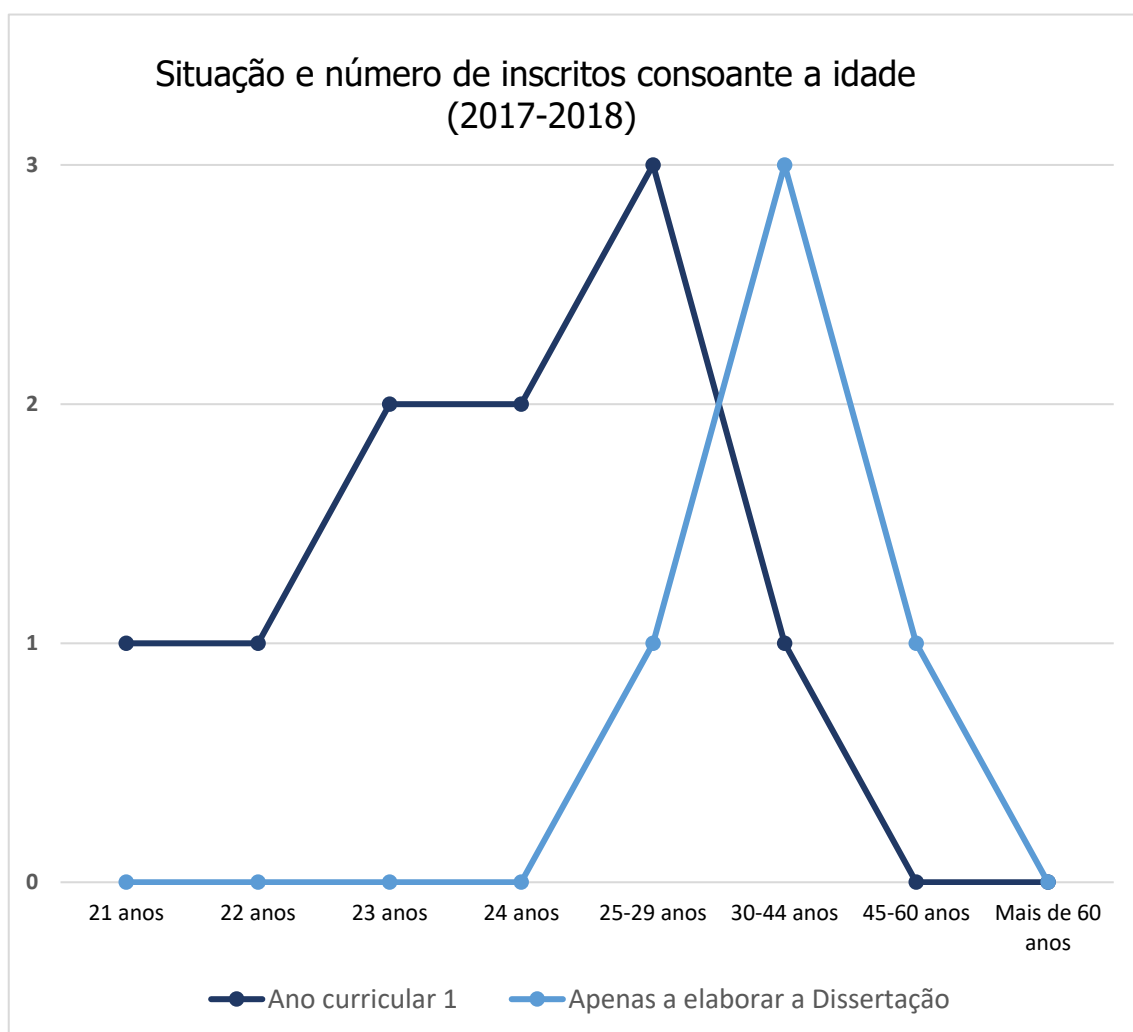


Gráfico 20. Situação e número de estudantes inscritos considerando a idade (2017-2018).

Em 2018-2019, quatro mestrandos estavam matriculados no curso, o que revela uma redução considerável porque, dos dez inscritos pela primeira vez no ano anterior, seis optaram apenas pela pós-graduação. Assim, 75% dos inscritos eram do género feminino e 25% do masculino, indicando o maior número de mulheres uma certa capacidade de resistência e perseverança. Um estudante, inscrito pela 1.^a vez no ano lectivo de 2015-2016, diplomou-se em 2019. Optamos por não introduzir o gráfico relativo à nacionalidade dos inscritos por serem, na totalidade, portugueses. Isso significa que os estudantes venezuelanos não prosseguiram para o ano da elaboração da Dissertação.

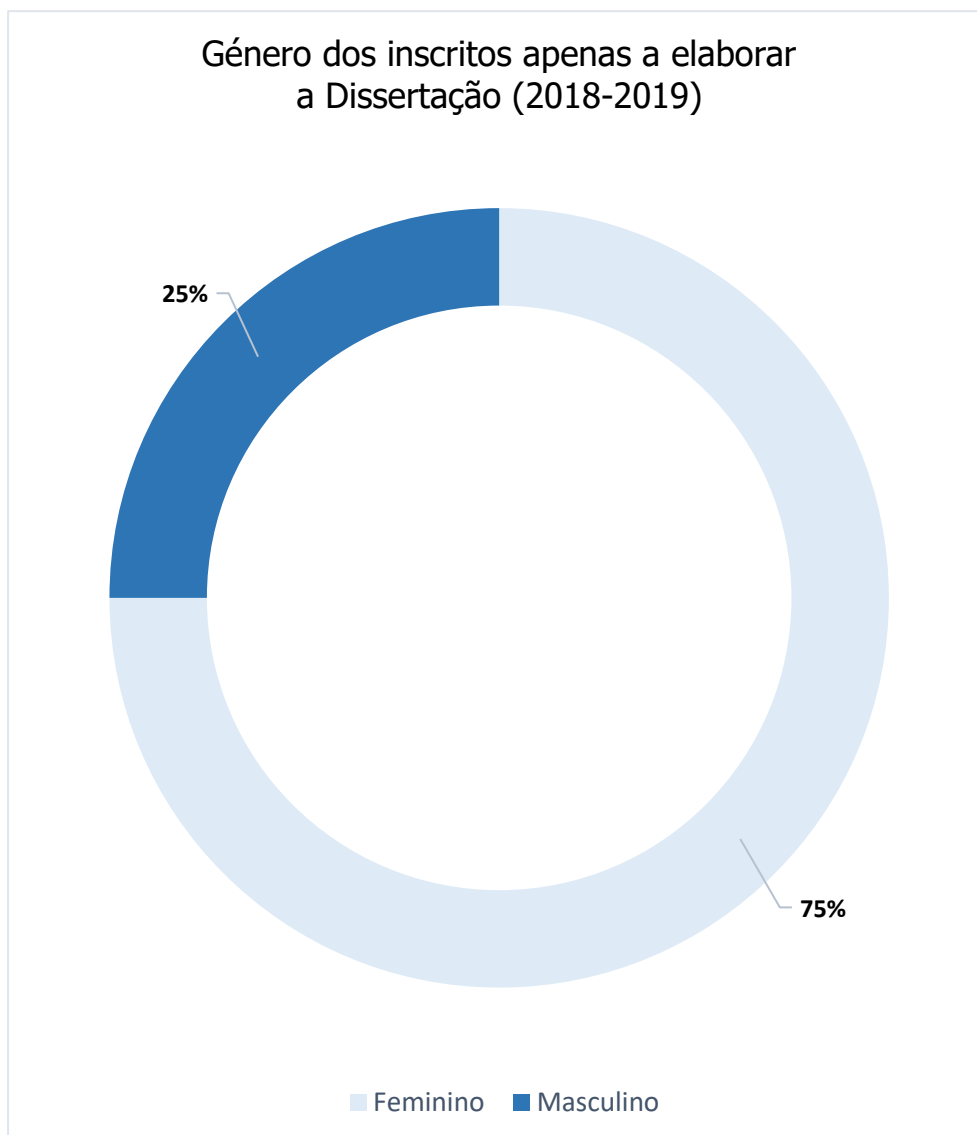


Gráfico 21. Percentual para o género dos inscritos apenas a elaborar a Dissertação (2018-2019).

Na 6.^a edição, em 2019-2020, o curso tinha dezasseis estudantes inscritos. A situação dos mestrandos era a seguinte: treze inscritos no 1.º ano (quatro mulheres e nove homens) e três a elaborar a Dissertação (duas mulheres e um homem). No ano de 2020, concluíram o mestrado quatro estudantes (um inscrito no ano lectivo de 2015-2016 e três em 2017-2018).

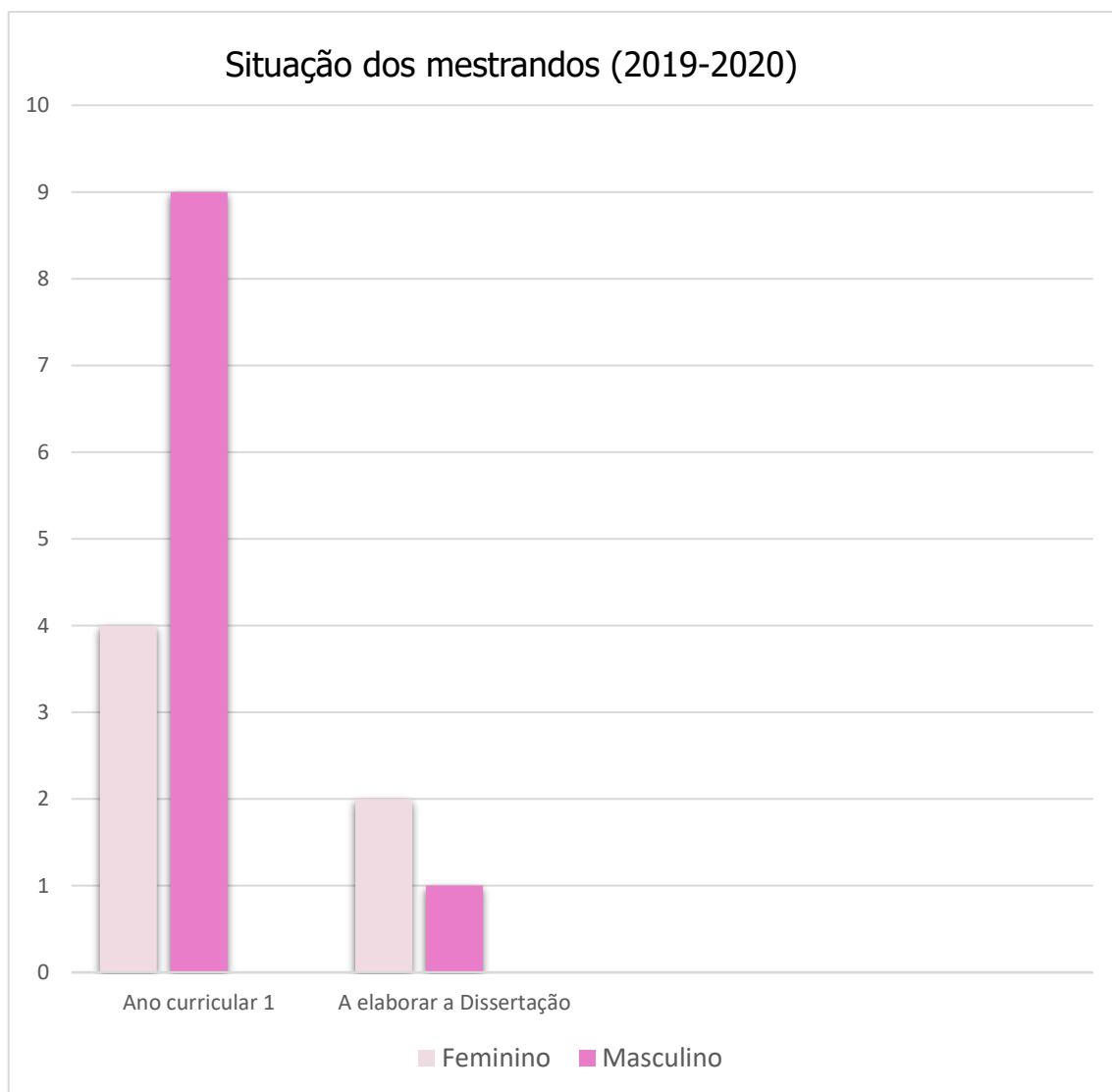


Gráfico 22. Situação dos mestrandos inscritos em 2019-2020, quanto ao género.

No que diz respeito ao país de origem dos estudantes inscritos em 2019-2020, curiosamente, 87% eram portugueses e 13% venezuelanos, conforme ilustrado no gráfico 23. Mantêm-se, por conseguinte, as duas nacionalidades da edição anterior, em que, todavia, a percentagem de estudantes venezuelanos era um pouco mais elevada, atingindo os 20%. Presumimos que sejam essencialmente estudantes a residir na Região Autónoma da Madeira e a aproveitar a oferta formativa que constitui o 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais.

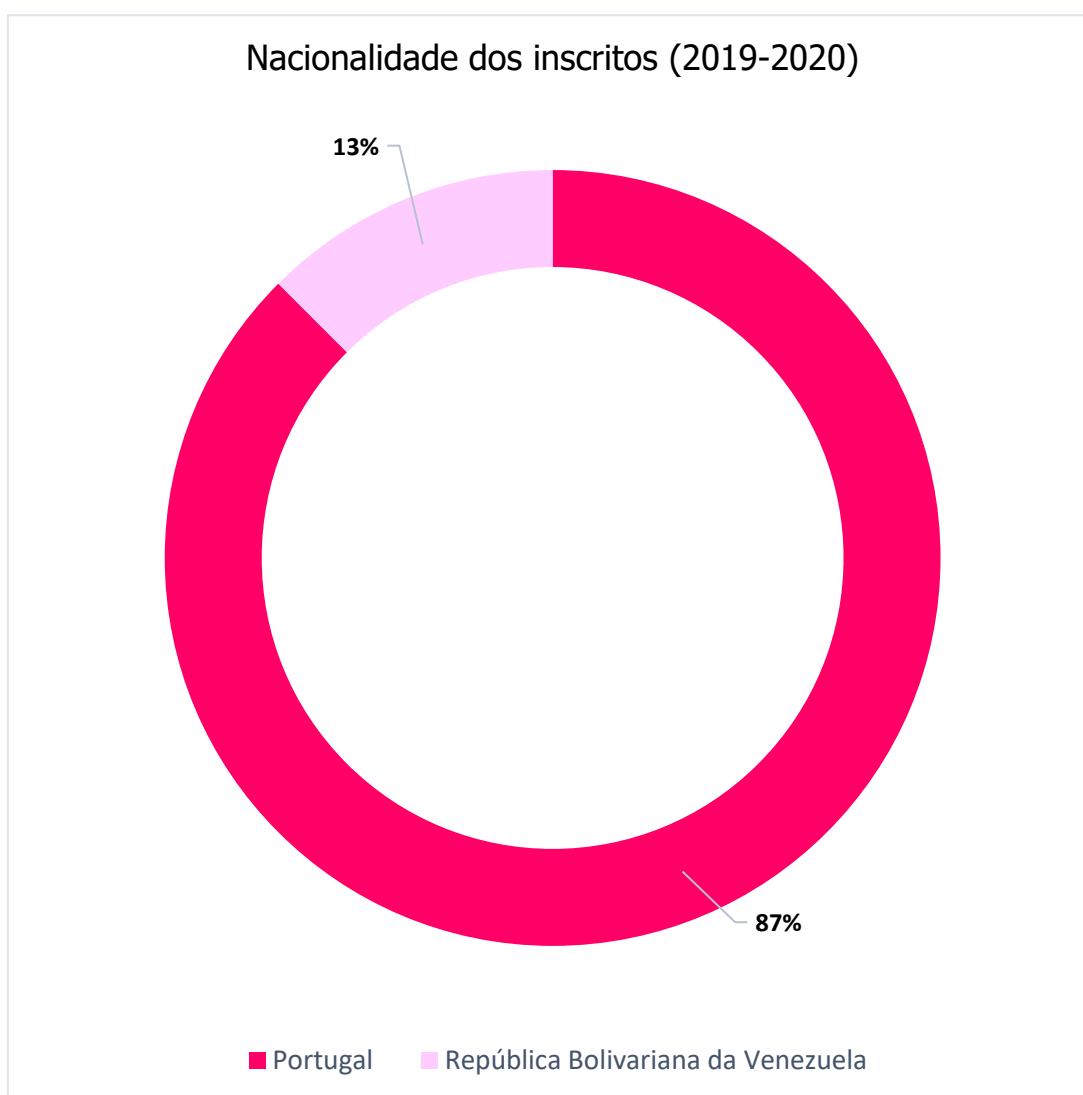


Gráfico 23. Percentagem indicativa da nacionalidade dos inscritos (2019-2020).

Pesquisando sobre o número de inscritos, com base na idade, verificamos que as faixas etárias entre os 25 e os 29 anos e entre os 45 e os 60 anos têm um maior número de inscrições (quatro cada uma). Seguem-se estudantes com 21 anos (três inscritos), um com 23 anos e um situado na faixa etária entre os 30 e os 44 anos. Os três restantes inscritos encontravam-se apenas a elaborar a Dissertação (dois com idades entre os 25-29 anos e a idade de outro mestrando situava-se entre os 30-44 anos).

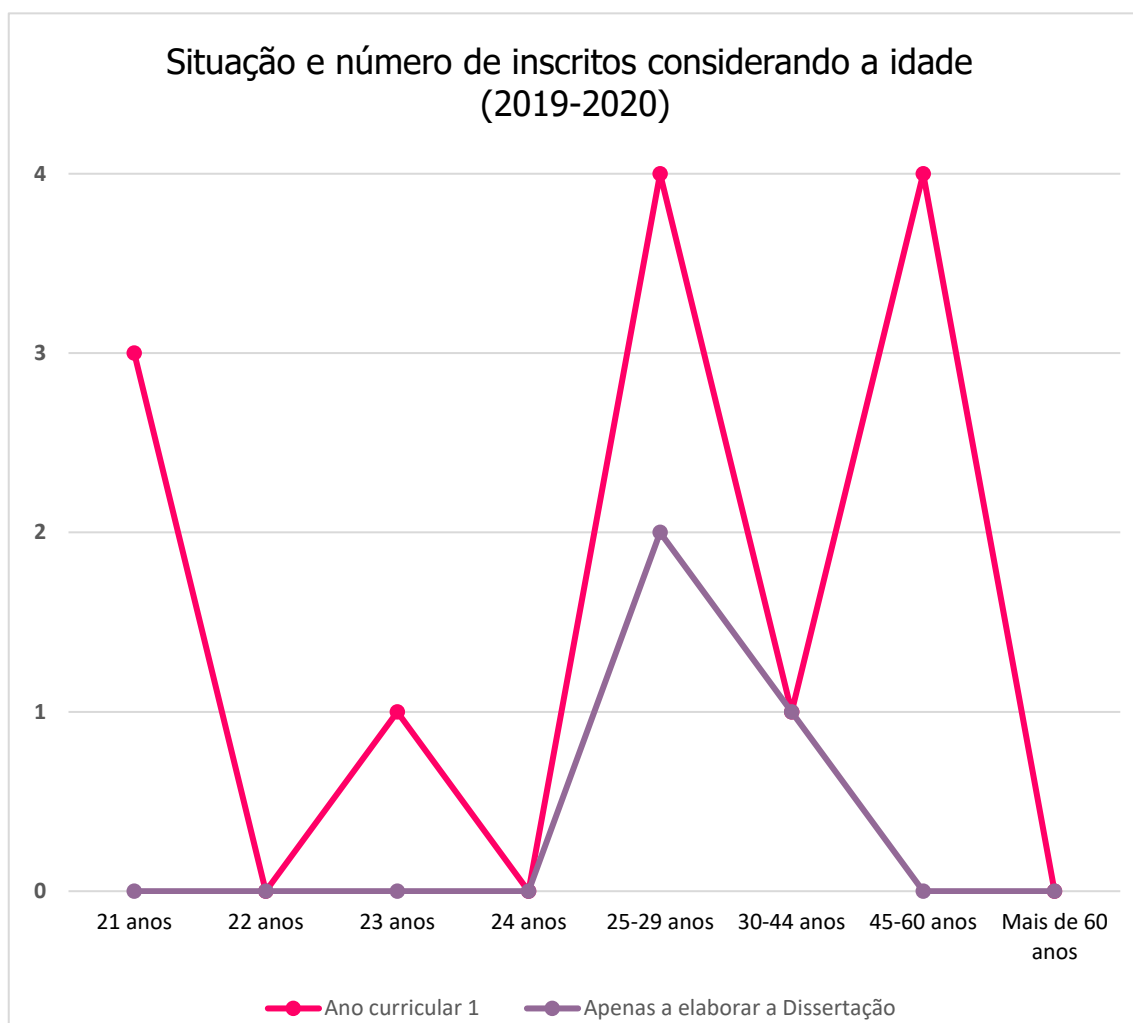


Gráfico 24. Situação e número de inscritos considerando a idade (2019-2020).

A 7.^a edição do curso de mestrado sucedeu em 2020-2021. No total, existiam dezanove inscrições. No 1.º ano, e pela primeira vez, estavam matriculados nove estudantes (oito do género feminino e um do masculino). A elaborar a Dissertação encontravam-se dez mestrandos (uma mulher e nove homens), significando que um considerável número da edição anterior se ficou unicamente pelo ano curricular. No entanto, havia mais estudantes inscritos a elaborar a Dissertação do que no ano curricular.

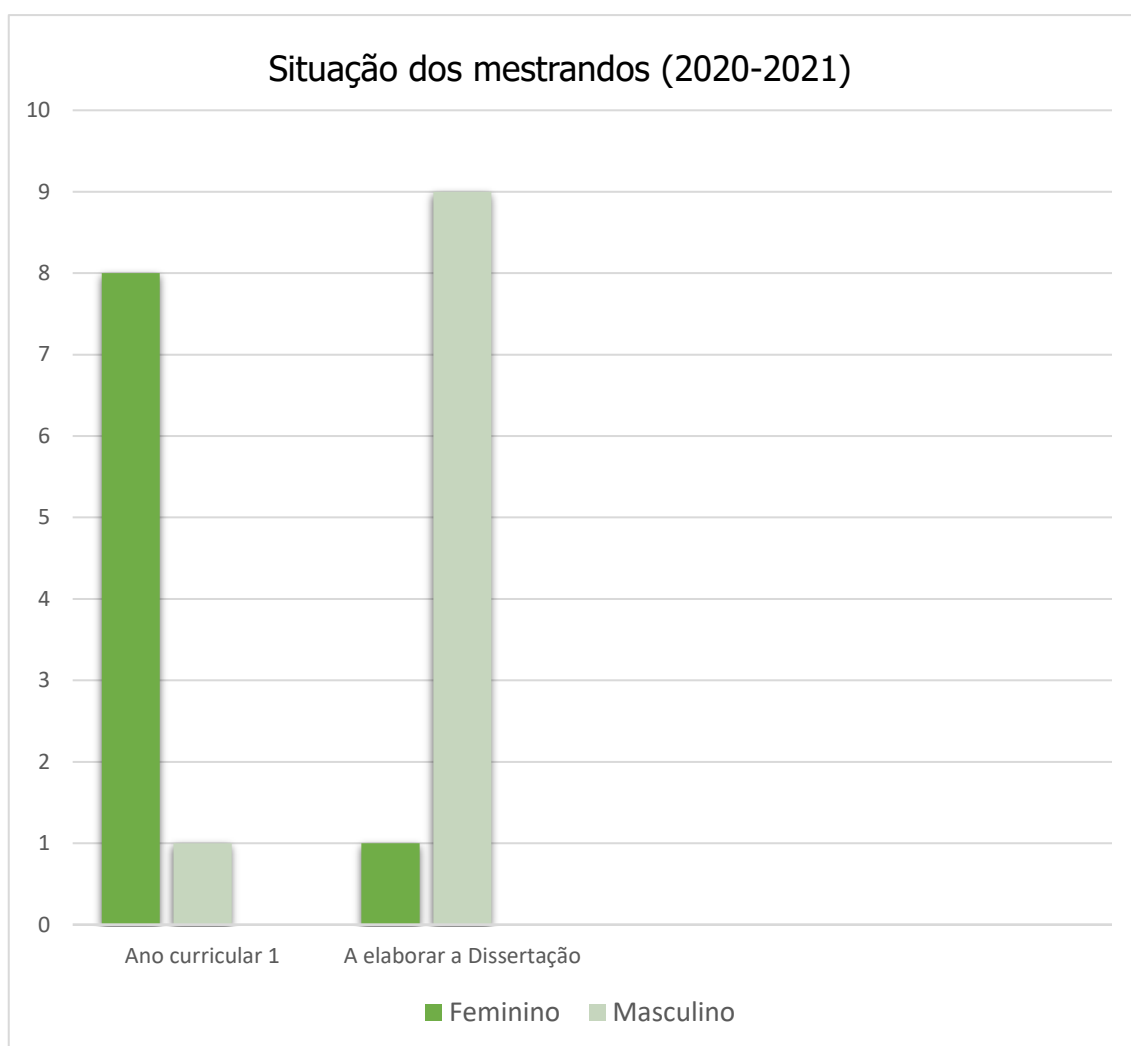


Gráfico 25. Situação dos estudantes inscritos no ano lectivo de 2020-2021 por género.

Além das nacionalidades constantes nos anos lectivos anteriores, que surgem com muita frequência, como é o caso da portuguesa e da venezuelana, há registo de inscritos oriundos de Aruba. Assim, no ano lectivo de 2020-2021, 90% dos mestrandos matriculados no curso eram portugueses, 5% venezuelanos e outros 5% oriundos de Aruba. Estes dados revelam que a tendência é de redução quanto ao número de estudantes venezuelanos, relativamente às edições anteriores. De qualquer forma, lendo as informações existentes, observamos que os estudantes de outras nacionalidades serão residentes.

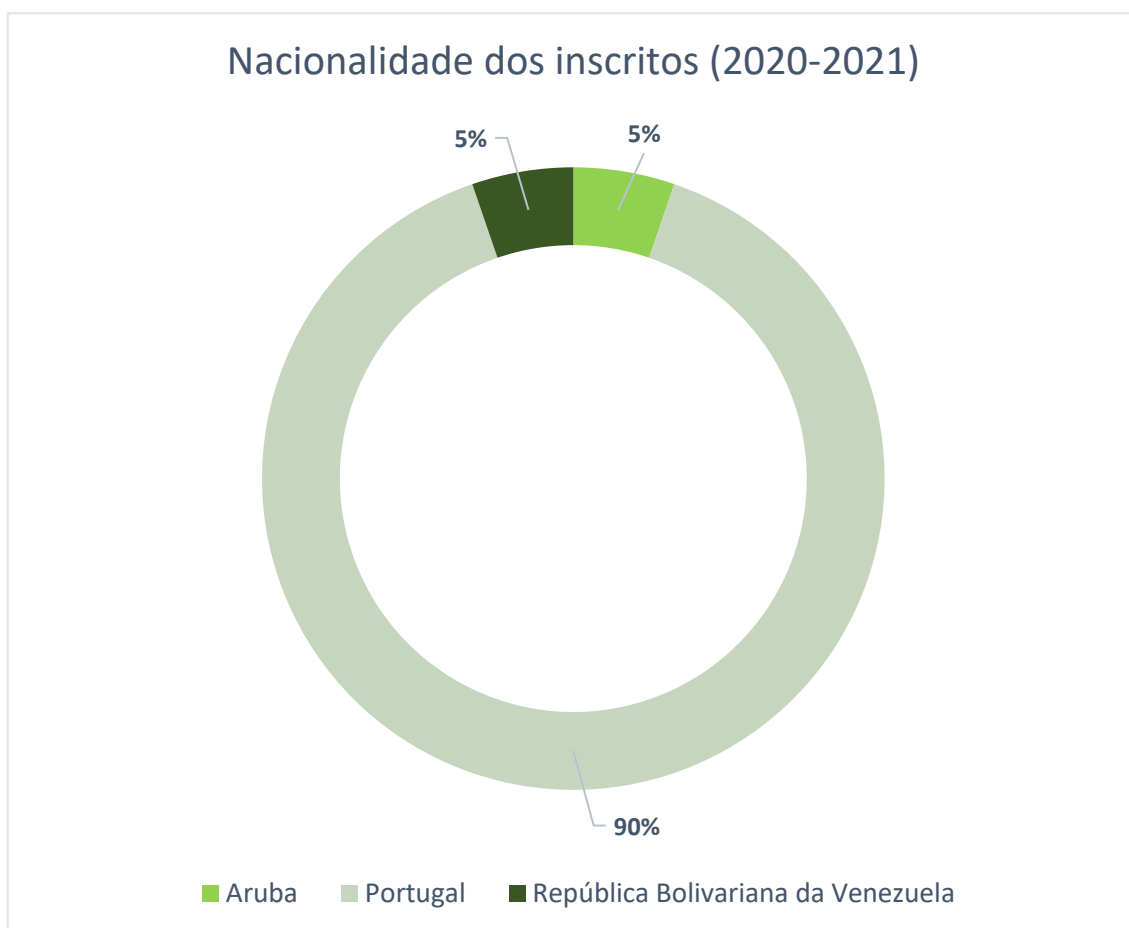


Gráfico 26. Percentagem da nacionalidade dos estudantes (2020-2021).

Considerando os dados recolhidos, os mestrandos inscritos no ano lectivo de 2020-2021 para o ano curricular, tinham diversas idades. Observando o gráfico 27, percebemos que três mestrandos tinham 22 anos. O número de inscritos com 21 anos era de dois. Com um inscrito surgem as idades de 23, 24, 25-29 anos e 45-60 anos. As restantes situações não se verificaram conforme os valores apresentados no gráfico com esse conteúdo. Dá-se aqui uma mudança a registar porque, pela primeira vez, os mestrandos são sobretudo jovens que terão finalizado há pouco a licenciatura. É indispensável ter em conta que a pandemia por Covid-19 afectou largamente o mercado de trabalho, tendo aumentado o número de desempregados, o que poderá ter condicionado quem se encontraria a trabalhar, limitando os desejos de formação dos adultos. A idade dos dez estudantes em fase de elaboração da Dissertação distribuía-se da forma seguinte: três estudantes com 22 anos, outros três com idades entre os 25-29 anos, dois entre 45-60, um com 24 anos e outro inserido na faixa etária dos 30-44 anos.

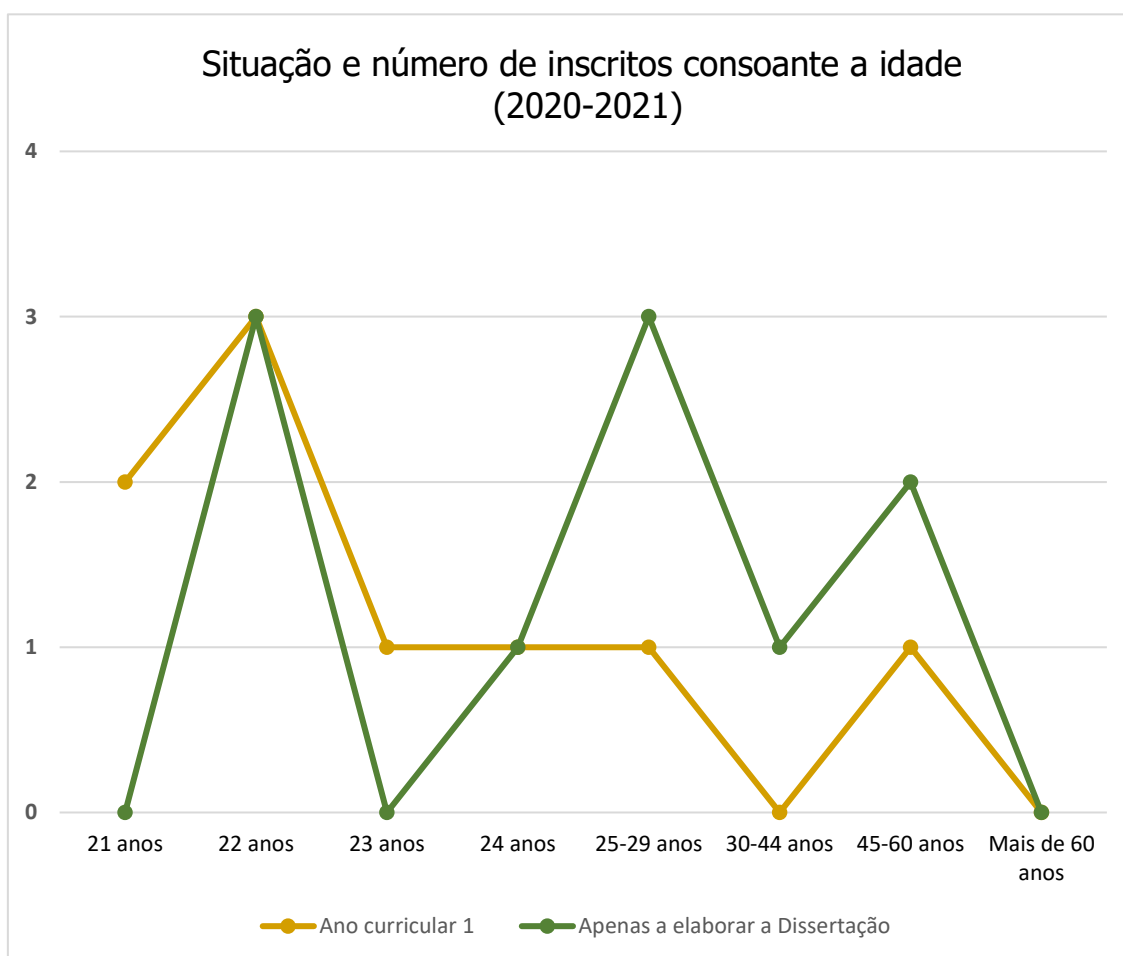


Gráfico 27. Situação e número de inscritos consoante a idade (2020-2021).

Nos dados disponíveis para a 8.^a edição do curso, a de 2021-2022, contamos com vinte e um mestrandos. No ano curricular 1, regista-se o número de seis mestrandos (quatro do sexo feminino e dois do masculino: aumentou o número de mulheres). Um estudante do sexo feminino está a repetir e, por isso, é integrado ano curricular 2 e catorze estão a elaborar a Dissertação, segundo o RAIDES (oito mulheres e seis homens: o número de mulheres a perseverar parece ser maior). Até Janeiro de 2022, dois mestrandos da edição de 2019-2020 concluíram o curso, com a defesa das provas públicas.

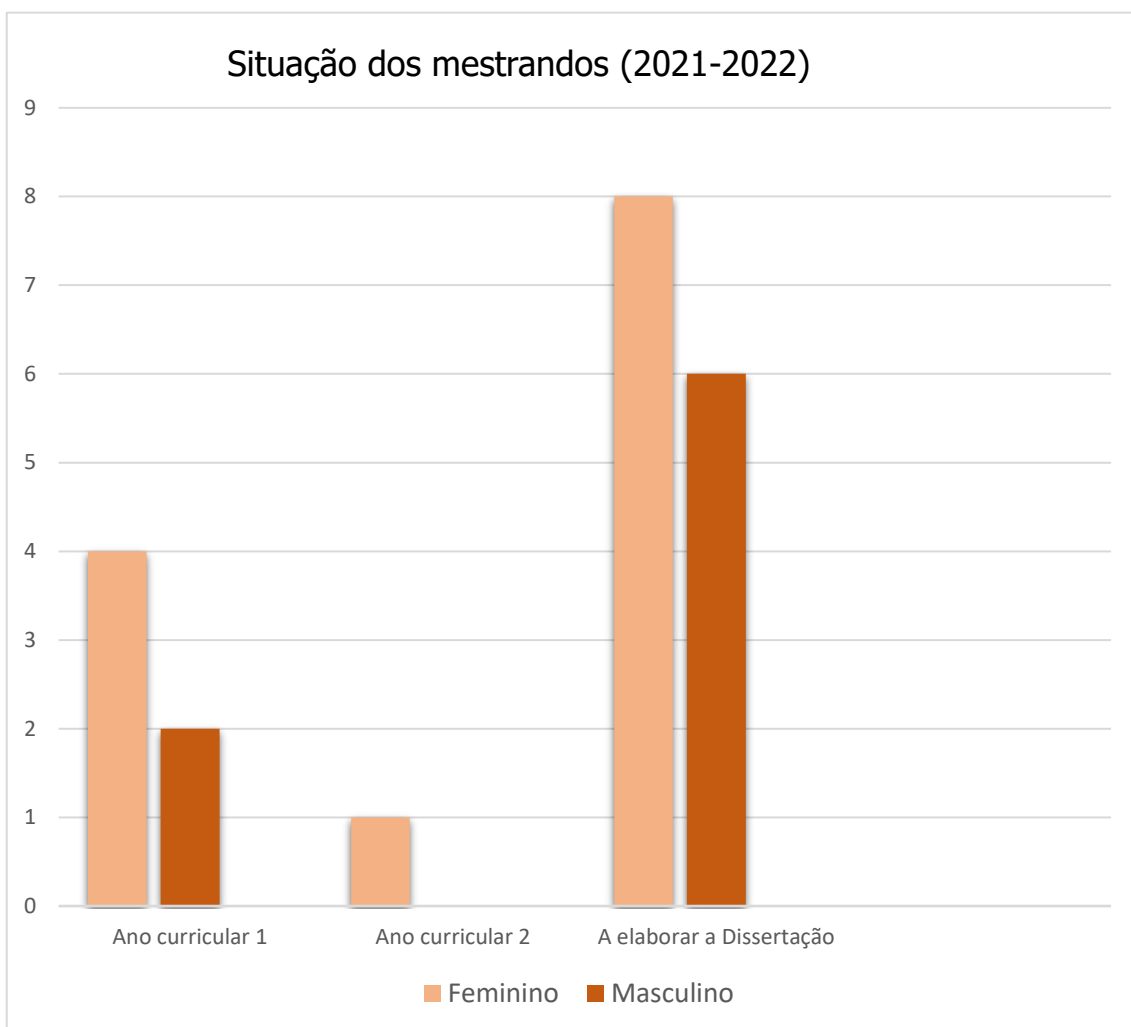


Gráfico 28. Situação dos mestrandos (2021-2022), quanto ao género.

Das inscrições referentes ao 1.º ano, verificamos que o número de inscritos com 21, 22, entre 30-44 e 45-60 anos é de dois para cada parâmetro (totalizando seis). Existe, assim, um equilíbrio relativamente à idade dos inscritos no ano curricular. Portanto, o curso parece atrair tanto jovens que terminaram a licenciatura, como adultos já no mercado de trabalho, embora o número destes se apresente a diminuir, relativamente às edições anteriores. Nas restantes situações, não há registo de ocorrência.

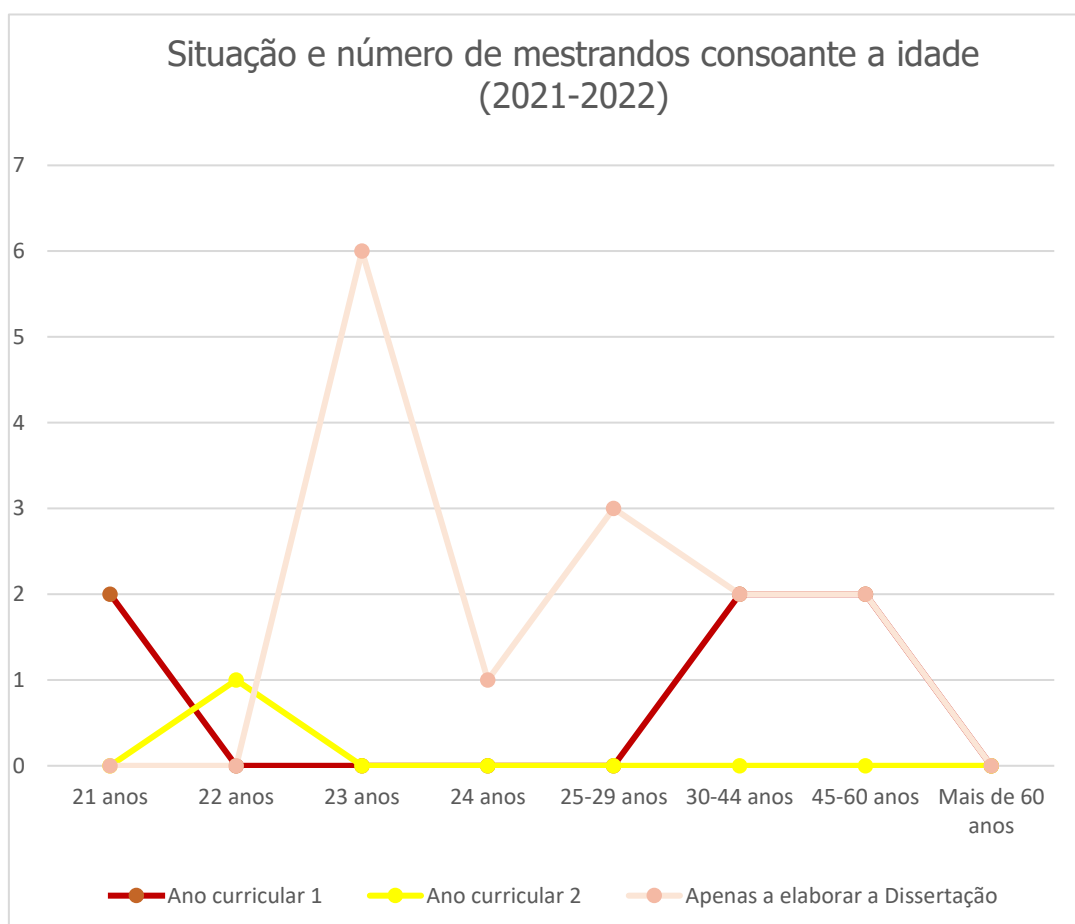


Gráfico 29. Situação e número de mestrandos consoante a idade (2021-2022).

Pela disposição apresentada no gráfico 29, verificamos que a única elevação da linha do ano curricular 2 indica que um estudante com 22 anos frequenta alguma(s) UC, permanecendo no ano curricular. Está, portanto, a repetir uma ou mais unidades curriculares. No presente ano lectivo, estão em fase de preparação da Dissertação catorze estudantes: seis com 23 anos, três com idades situadas entre os 25-29 anos, dois entre os 30-44 anos, outros dois entre os 45-60 anos e, por fim, um com 24 anos. A tendência do ano lectivo anterior manteve-se: existem mais estudantes inscritos para a elaboração da

Dissertação do que no 1.º ano do curso. Com efeito, são mais quatro inscrições para a concretização da Dissertação, relativamente ao ano lectivo passado. Importa perceber o perfil dos estudantes matriculados em 2021-2022, no que concerne à sua situação académica. Serão estudantes que terminaram a licenciatura no ano anterior (ou seja, 2020-2021), que estavam numa situação de interrupção e voltaram a ingressar no ensino superior? Segundo dados oficiais, RAIDES 21, contemplando todos os mestrados inscritos no curso, percebemos que 67% dos estudantes optou por seguir para o 2.º Ciclo imediatamente após conclusão do 1.º Ciclo. Este dado revela que a mudança pode estar a acontecer, já que nas primeiras edições eram essencialmente adultos e jovens adultos que se inscreviam.

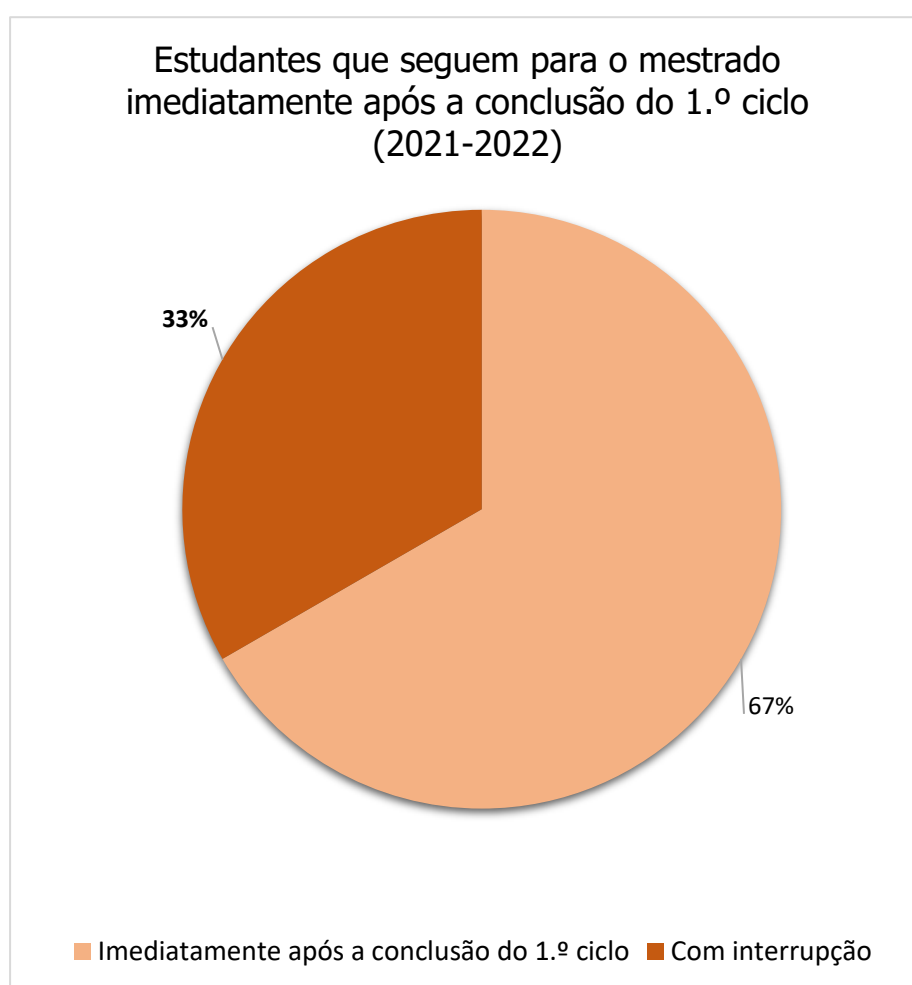


Gráfico 30. Nível percentual de estudantes que seguem para o mestrado imediatamente após a conclusão do 1.º Ciclo.

Interessa verificar, considerando também os outros dados do RAIDES, a que passámos a ter acesso, qual a percentagem de estudantes que entra no curso, vindos eles de outras instituições de ensino. Observamos que 33% (7 dos 21 inscritos) pertenciam a outras instituições e escolheram a UMa para prosseguir a sua formação académica. Os restantes 67% representaram a maioria dos mestrandos que completaram o 1.º Ciclo do Ensino Superior na UMa. As leituras para estes dados, que não se tinham para as edições anteriores, podem ser múltiplas. É de salientar, contudo, que predominam os mestrandos que já conhecem a instituição e tiveram contacto com a maioria dos docentes na licenciatura porque muitos ensinam também nesse ciclo de estudos.

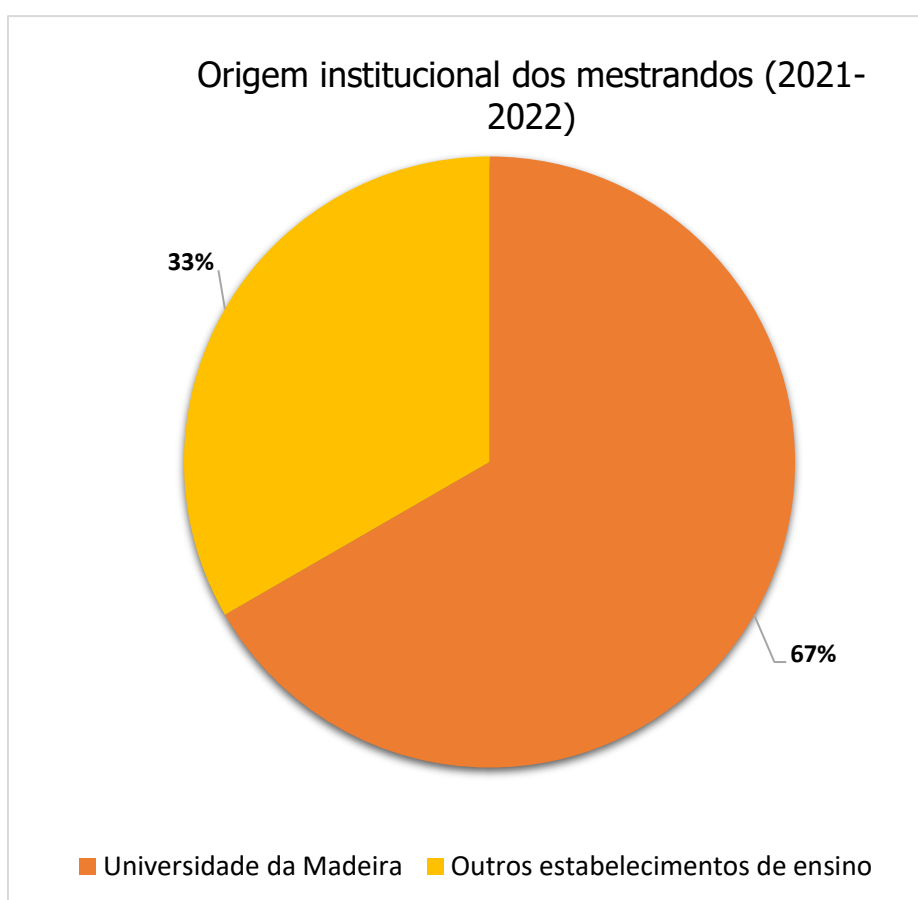


Gráfico 31. Percentagem da origem institucional dos mestrandos inscritos em 2021-2022.

Assim, findamos, a análise quantitativa por edição, sobretudo relativamente ao número de inscritos por ano, ao género, às idades e às nacionalidades dos perfis dos mestrandos em Estudos Regionais e Locais. Fizemos o levantamento desde a abertura do curso em 2009-2010 até ao ano de conclusão deste livro 2021-2022.

5.2. ANÁLISE GLOBAL

Numa óptica comparativa, pretendemos, agora, proceder a uma compilação de todos os dados para termos uma panorâmica geral sobre os mestrandos e os mestres em Estudos Regionais e Locais. Por conseguinte, feita uma análise quantitativa pormenorizada para cada ano lectivo, agregámos todos os dados disponíveis no RAIDES, de forma a produzir gráficos que ilustrassem a realidade do curso de um modo geral. Para o gráfico 33, exposto de seguida, importa esclarecer que os dados nele introduzidos consistem nas inscrições do ano curricular do curso (1, pela primeira vez, e 2, quando repetição) e dos estudantes inscritos para a elaboração da Dissertação. São sintetizados os dados conforme os indicados pelo RAIDES. Portanto, consoante a repetição de alguma(s) unidade(s) curricular(es) ou do prolongamento do prazo de entrega da Dissertação, um determinado mestrando pode ter um número superior de inscrições às inicialmente previstas. Face ao explicado, nos gráficos 32 e 33, as informações dizem respeito às inscrições de acordo com o género dos estudantes matriculados no curso em todos os anos lectivos. Registamos uma variação, em alguns casos significativa (diferença de três estudantes ou mais), nos anos lectivos apresentados. Nesta linha de abordagem, em 2012-2013, 2014-2015, 2016-2017, 2017-2018, 2019-2020 e 2021-2022, existe um contraste considerável entre pessoas do género feminino e do masculino. O número de estudantes do sexo feminino é substancialmente superior em 2012-2013 (oito), 2016-2017 (sete), 2017-2018 (onze) e 2021-2022 (treze). Por sua vez, a superioridade de inscrições do género masculino ocorre em 2014-2015 (nove) e 2019-2020 (dez). Nos restantes anos lectivos – 2010-2011, 2011-2012, 2015-2016, 2018-2019 e 2020-2021 – a diferença do número de matriculados por género é igual ou inferior a dois estudantes, sendo que na 1.^a edição do curso, em 2009-2010, as inscrições entre os géneros foi exatamente a mesma (onze). Através dos dados recolhidos e tratados no gráfico 34, que representam o número de inscrições no ano curricular do mestrado (1 e 2) e na elaboração da Dissertação (216 inscrições no total), conforme o género dos inscritos nos diferentes anos lectivos, percebemos que a percentagem de inscrições de estudantes femininos (53%) é superior à dos masculinos (47%). Contudo, a diferença é pouco expressiva, revelando os números que o curso é do interesse de todos, sobretudo, pensamos nós, pelas temáticas que aborda, se se olhar com atenção para os temas das Dissertações.

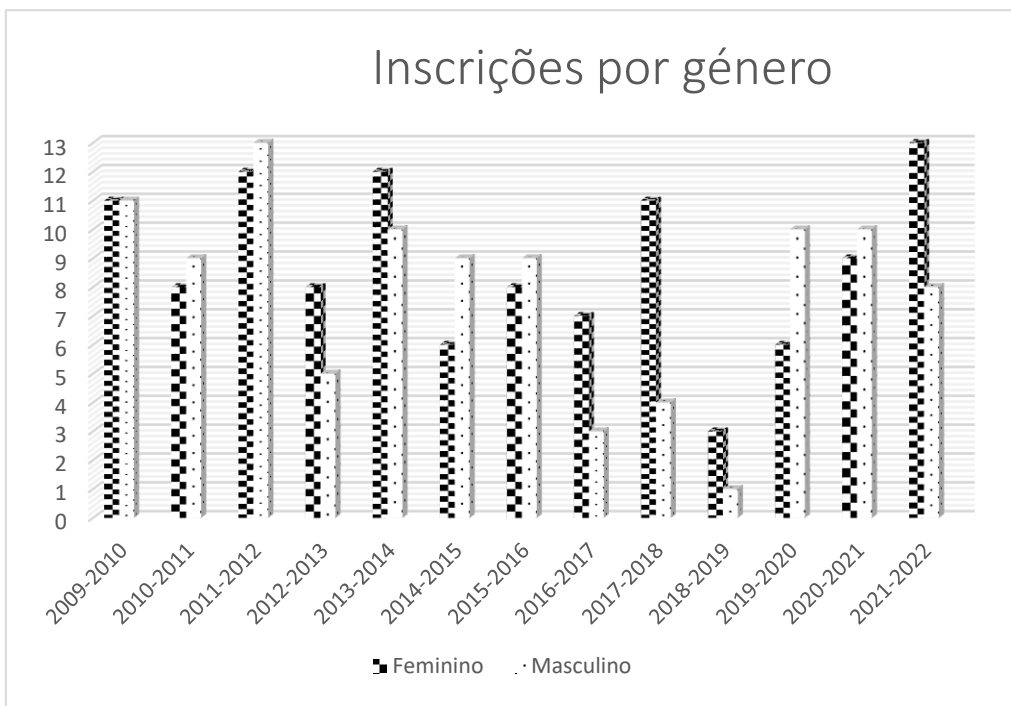


Gráfico 32. Inscrições (ano curricular do mestrado – 1 e 2 – e elaboração da dissertação) por género nos vários anos lectivos.

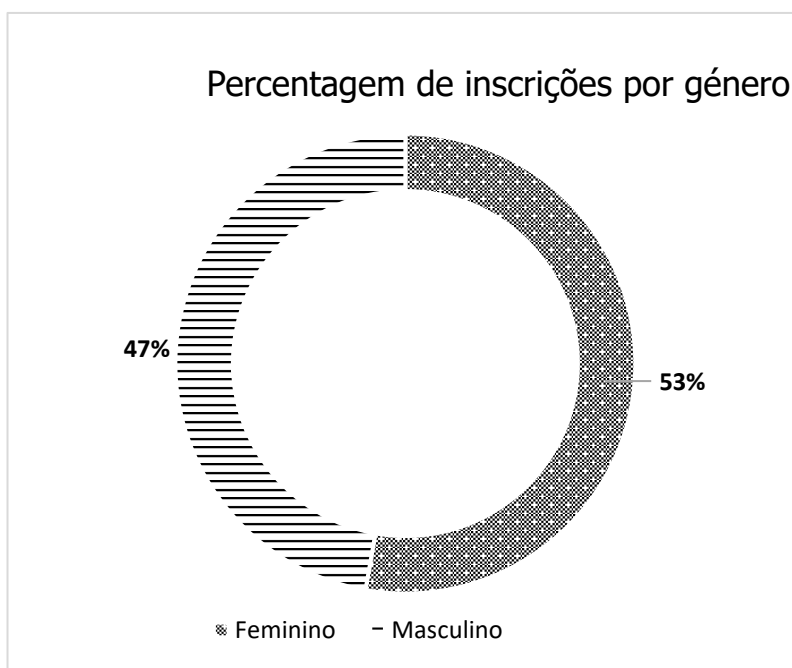


Gráfico 33. Percentagem das inscrições por género na totalidade dos anos lectivos (ano curricular do mestrado – 1 e 2 – e elaboração da dissertação).

Seguindo o critério acima referido, e considerando todas as informações disponibilizadas pelo RAIDES, percebemos que as inscrições no Mestrado em Estudos Regionais e Locais (o ano curricular 1 e, com repetição, o 2 – mais o ano da elaboração da Dissertação, independentemente do número de inscrições), desde 2009-2010 até ao ano lectivo de 2021-2022, são predominantemente de mestrandos com origem portuguesa (84%). Seguem-se os estudantes venezuelanos (9%), os brasileiros (3%), os sul-africanos (2%), os moçambicanos (1%) e os arubanos (1%). Em vários anos, houve estudantes Erasmus que frequentaram algumas unidades curriculares, mas não tivemos acesso a números consistentes a tempo da comparação dos dados. Portanto, além dos estudantes portugueses, o MERL contou com um número considerável de mestrandos oriundos da República Bolivariana da Venezuela, do Brasil, da África do Sul, de Moçambique e de Aruba. São informações interessantes, já que realçam o perfil do estudante que procura esta opção formativa porque tem diversas proveniências. Estas revelam ter como ponto de referência a língua portuguesa e o território madeirense, enquanto lugar congregador da comunidade emigrada e cujos descendentes parecem ter voltado às origens, querendo continuar a apostar na sua formação académica.

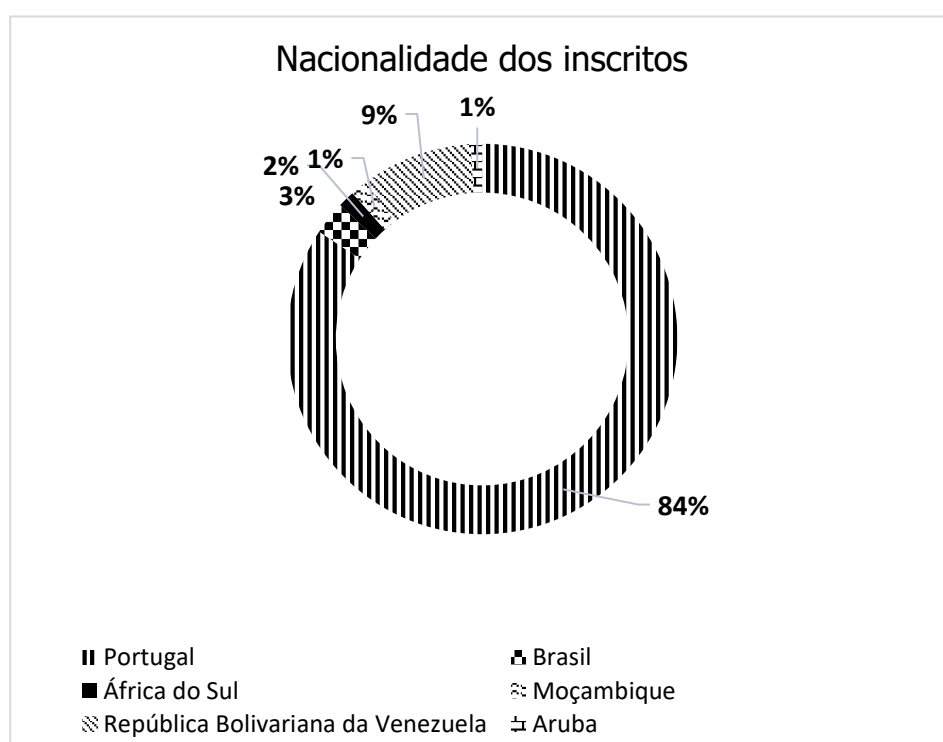


Gráfico 34. Nacionalidade dos inscritos (ano curricular do mestrado – 1 e 2 – e elaboração da Dissertação).

Na totalidade das edições do 2.º Ciclo, a adesão ao curso é considerável (105 estudantes inscritos pela 1.ª vez). Com efeito, é interessante perceber o percentual de estudantes que, efectivamente, conclui o MERL através da discussão pública da Dissertação e consequente aprovação. Para esta contabilização, em específico, não são introduzidos os dados referentes aos mestrandos inscritos nos anos lectivos de 2020-2021 e 2021-2022. Assim, são considerados os estudantes inscritos até 2019-2020 (inclusive) que tiveram as provas públicas marcadas até Janeiro de 2022. Seguidamente, no gráfico 35, introduzimos o número de estudantes inscritos nas edições de 2009-2010, 2011-2012, 2013-2014, 2015-2016, 2017-2018 e 2019-2020 (com um total de 90 estudantes), seguindo-se o número de mestrandos das respectivas edições que finalizaram este curso de formação avançada. Observa-se que o número de estudantes inscritos no curso tende a diminuir ao longo dos anos lectivos, salvo em 2019-2020.

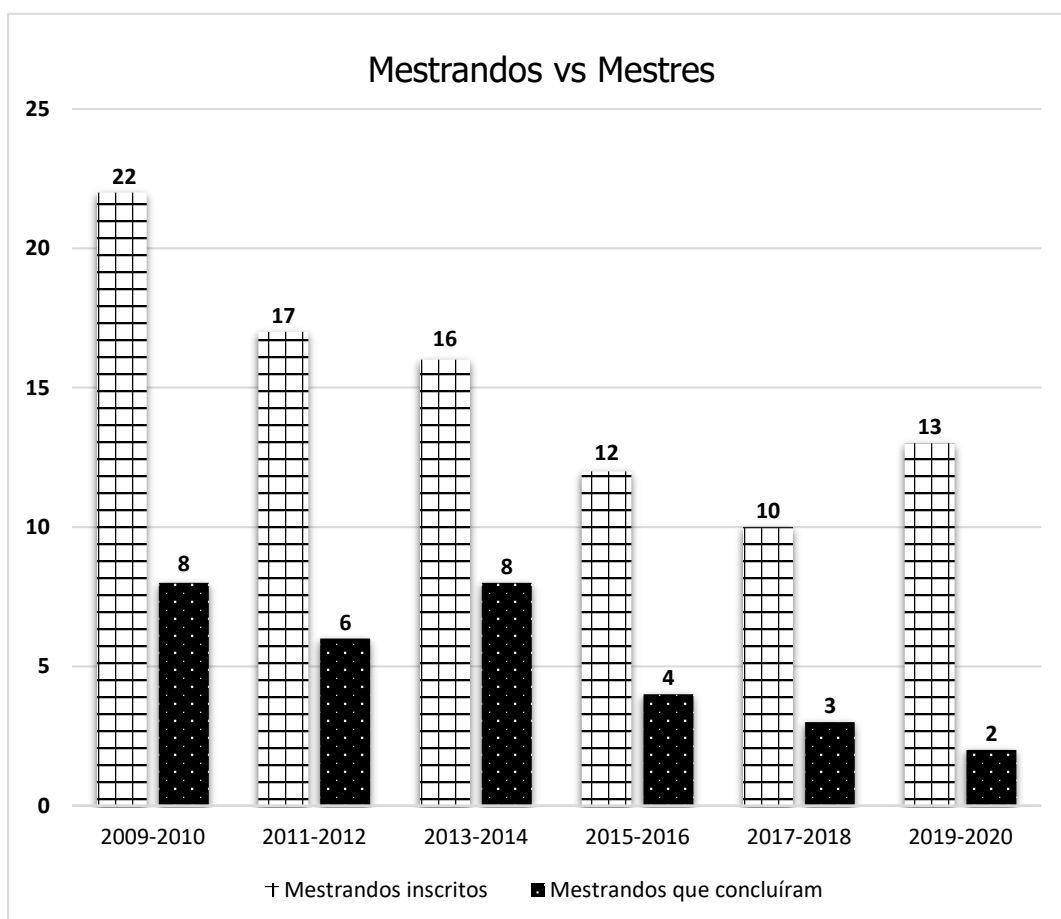


Gráfico 35. Dados comparativos entre os mestrandos inscritos e os que recebem o grau de mestre.

Dos vinte e dois estudantes inscritos na 1.^a edição do curso, 2009-2010, oito tornam-se mestres. Dos inscritos na edição seguinte, o número de diplomados diminui para seis. Contudo, relativamente estudantes que se matricularam em 2013-2014, apesar de se notar uma diminuição progressiva do número de inscritos, ao longo dos anos, formam-se oito mestres. Dos doze estudantes matriculados em 2015-2016, contabilizam-se quatro mestres. Posteriormente, dos que iniciaram o mestrado em 2017-2018, surgem três diplomados. Por fim, da turma de 2019-2020, formaram-se, até ao momento, dois estudantes. Portanto, considerando os dados, a UMa, através da Faculdade de Artes e Humanidades, formou trinta e um mestres em Estudos Regionais e Locais desde 2009.

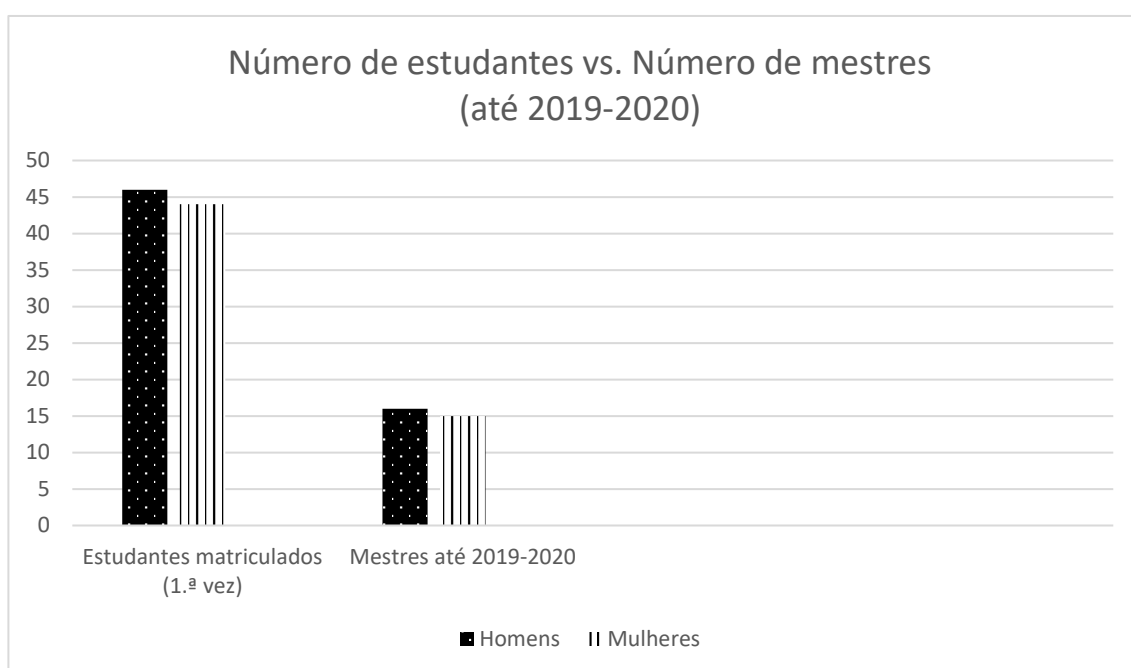


Gráfico 36. Número de estudantes vs. Número de mestres até 2019-2020.

Através do gráfico acima disposto, considerando todos os estudantes inscritos desde 2009-2010 até 2019-2020, último ano cujos inscritos apresentavam provas públicas marcadas, verificamos que 90 estudantes efectuaram a matrícula pela primeira vez em ERL. Destes, quarenta e nove eram do género masculino e quarenta e seis do feminino. Relativamente às trinta e uma Dissertações apresentadas na UMa, no âmbito dos Estudos Regionais e Locais, observamos que dezasseis foram elaboradas por homens e quinze por mulheres, existindo um equilíbrio neste quesito, mesmo que o número de matrículas do género feminino seja superior ao masculino. Considerando o número de mestrados inscritos ao longo das oito edições que, efectivamente, concluíram o curso, importa

especificar o seu género. Neste sentido, no gráfico 37, estão mencionadas as percentagens dos estudantes (homens e mulheres) que completaram o curso e se tornaram mestres em Estudos Regionais e Locais.

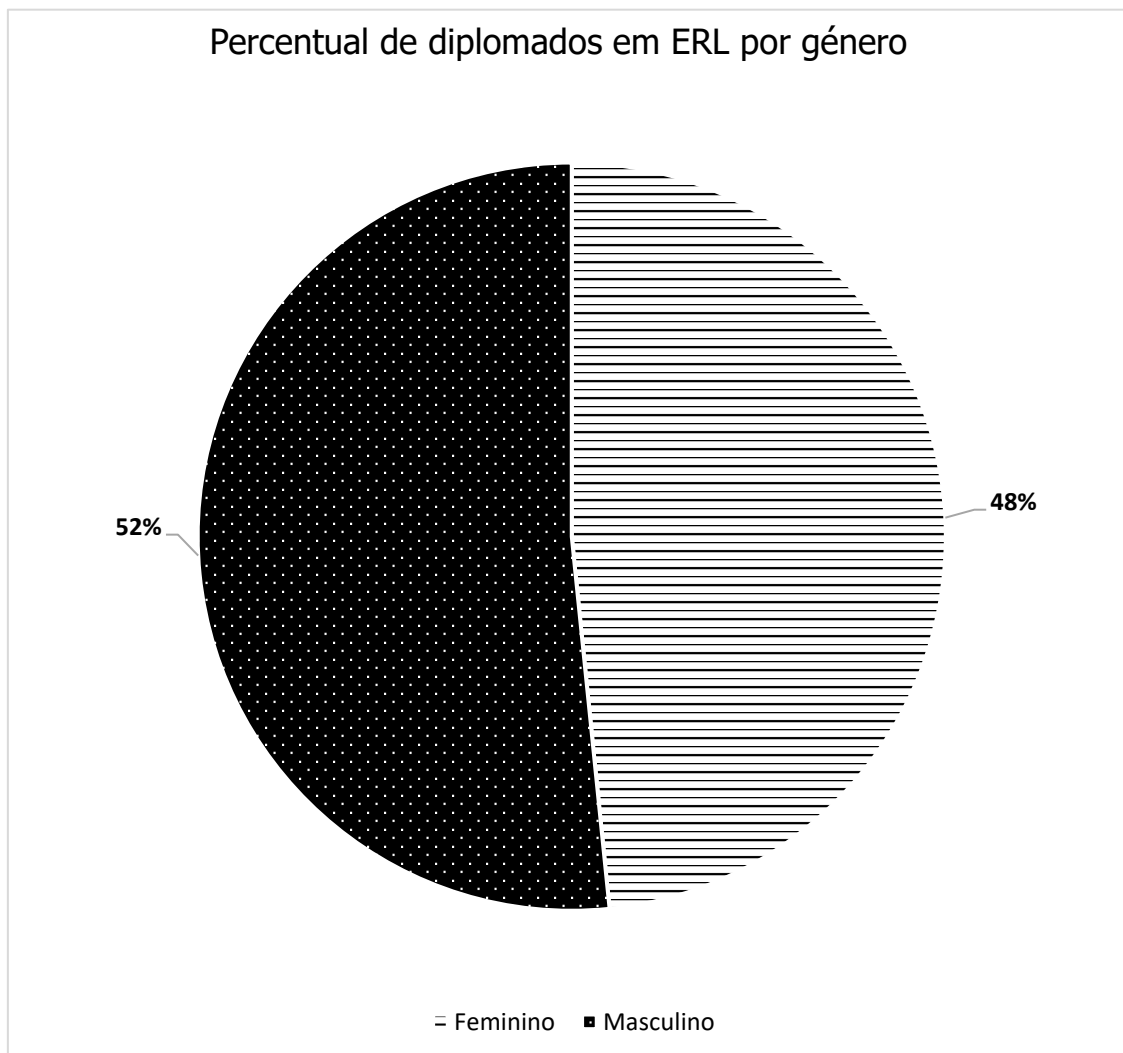


Gráfico 37. Percentual de estudantes diplomados em Estudos Regionais e Locais por género.

Como observado no gráfico acima apresentado, as percentagens são próximas: 52% dos mestres em Estudos Locais e Regionais pertencem ao género masculino e os restantes 48% são do sexo feminino. Existe um equilíbrio entre os dois géneros, embora, como exposto no gráfico 33, houvesse mais mulheres inscritas (mulheres 53% - homens 47%), podendo significar que as mulheres não chegam tão rapidamente à conclusão do MERL quanto os homens. Contudo, as diferenças não são muito acentuadas.

Prosseguindo com a análise dos dados, numa perspectiva percentual, verificamos que apenas 34% dos estudantes inscritos no ano curricular, ou seja, aqueles que efectuam

a sua primeira inscrição, concluem o curso de 2.º Ciclo. Tais dados podem ser observados no gráfico 38, no qual é, também, apresentada a percentagem relativa aos mestrandos que ainda não terminaram o curso. Atente-se que esta análise tem por base os dados de estudantes matriculados até ao ano lectivo de 2019-2020 (inclusive) e cujas apresentações de defesa pública da Dissertação de mestrado estavam marcadas até janeiro de 2022. Os dados correspondem, portanto, a 91 estudantes.

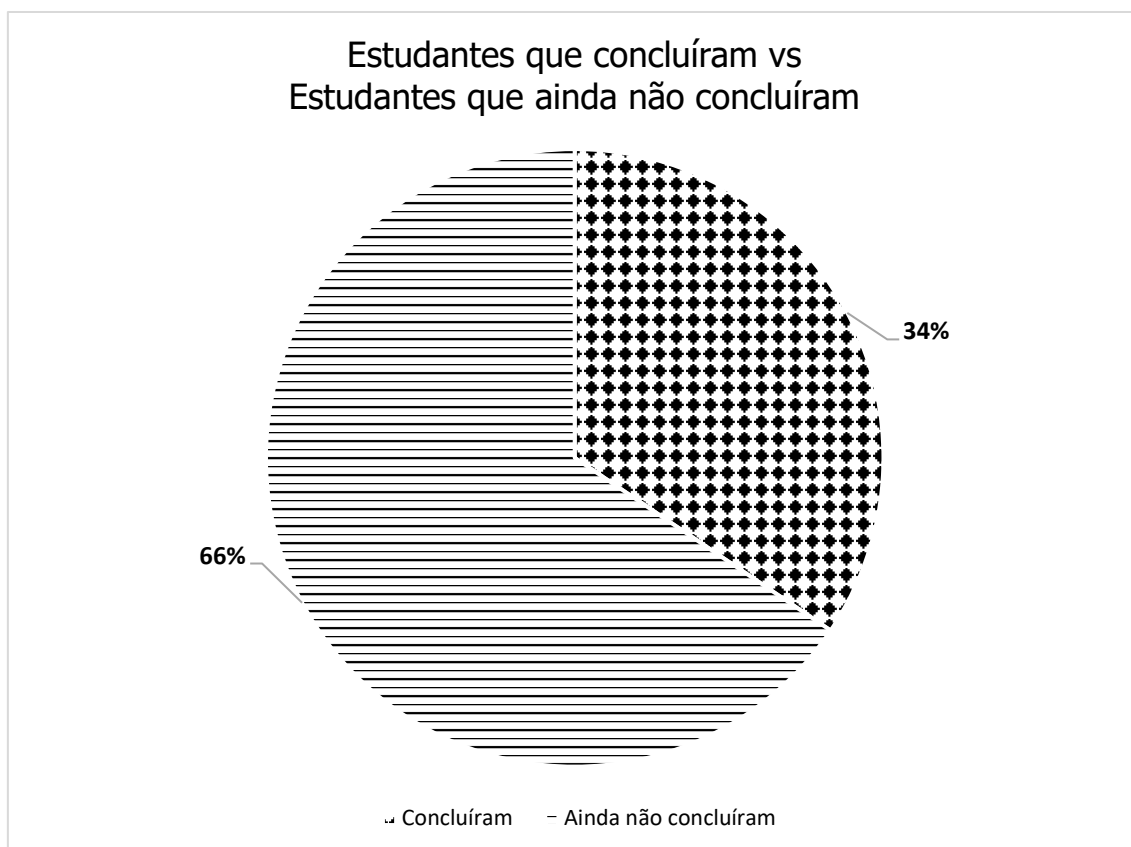


Gráfico 38. Percentagem de estudantes diplomados e daqueles que ainda não concluíram o MERL.

Dos dados disponíveis para os estudantes inscritos pela primeira vez, em todas as edições do curso – 105 mestrandos no total das oito edições – foi possível concluir, conforme representado no gráfico 39, que a faixa etária entre os 30-44 anos é a que apresenta o número mais expressivo de inscritos (vinte e oito), seguindo-se a dos 25-29 anos (dezanove) e a dos 40-45 anos (dezoito). Com 21 anos o número de inscritos atinge os quinze. Seguem-se os mestrandos com 23 anos que totalizam dez. Surgem, então, os números mais baixos: oito inscritos com 24 anos, seis com 22 e um com mais de 60 anos. Isto significa que o Mestrado em Estudos Regionais e Locais é mais apelativo para

pessoas que já estão no mercado de trabalho. É o que a análise das idades dos mestrandos/mestres revela.

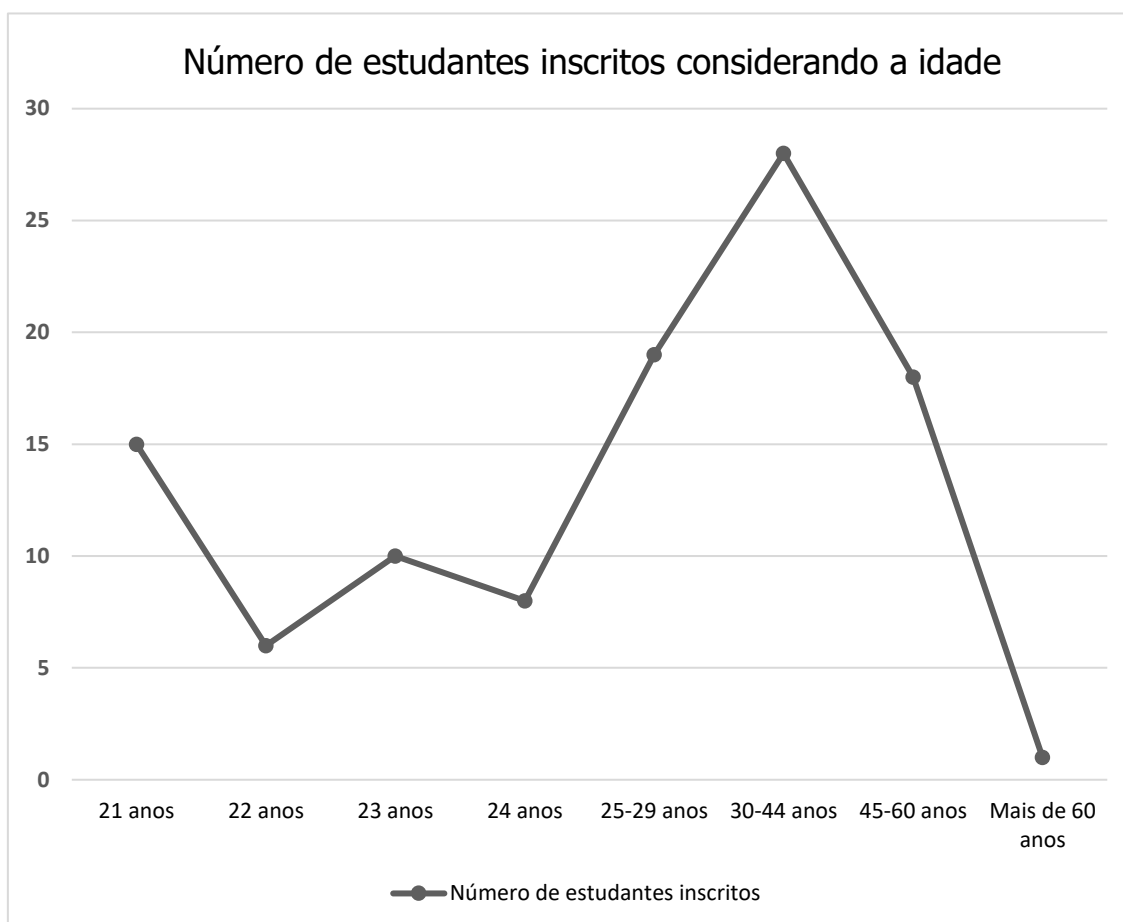


Gráfico 39. Número de estudantes matriculados, no 1.º ano curricular, em Estudos Regionais e Locais, desde 2009-2010 até 2021-2022, agrupado por idade.

Conclui-se, portanto, que mais de metade dos estudantes (sessenta e cinco) que se interessa pelo mestrado em ERL têm idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos. Adaptando os dados numéricos ao nível percentual, percebemos que a idade de 27% dos inscritos no curso se situa entre os 30 e os 44 anos. A segunda percentagem mais alta (18%) surge na faixa etária dos 25 aos 29 anos. Segue-se a indicação de 17%, que representa os mestrandos com idades entre os 45 e os 60 anos. Depois, contabilizamos os seguintes dados: 14% 21 anos, 9% 23 anos, 8% 24 anos, 6% 22 anos, 1% mais de 60 anos, como se verifica no gráfico 40. Se se somarem até aos 23 anos, ou seja, a casa dos jovens licenciados, observamos um valor relevante: 38%. Este dado pode revelar que os

mestrandos mais jovens, não entrando logo após a conclusão o 1.º Ciclo no mercado de trabalho, optam por continuar com a sua formação, sendo o MERL uma escolha.

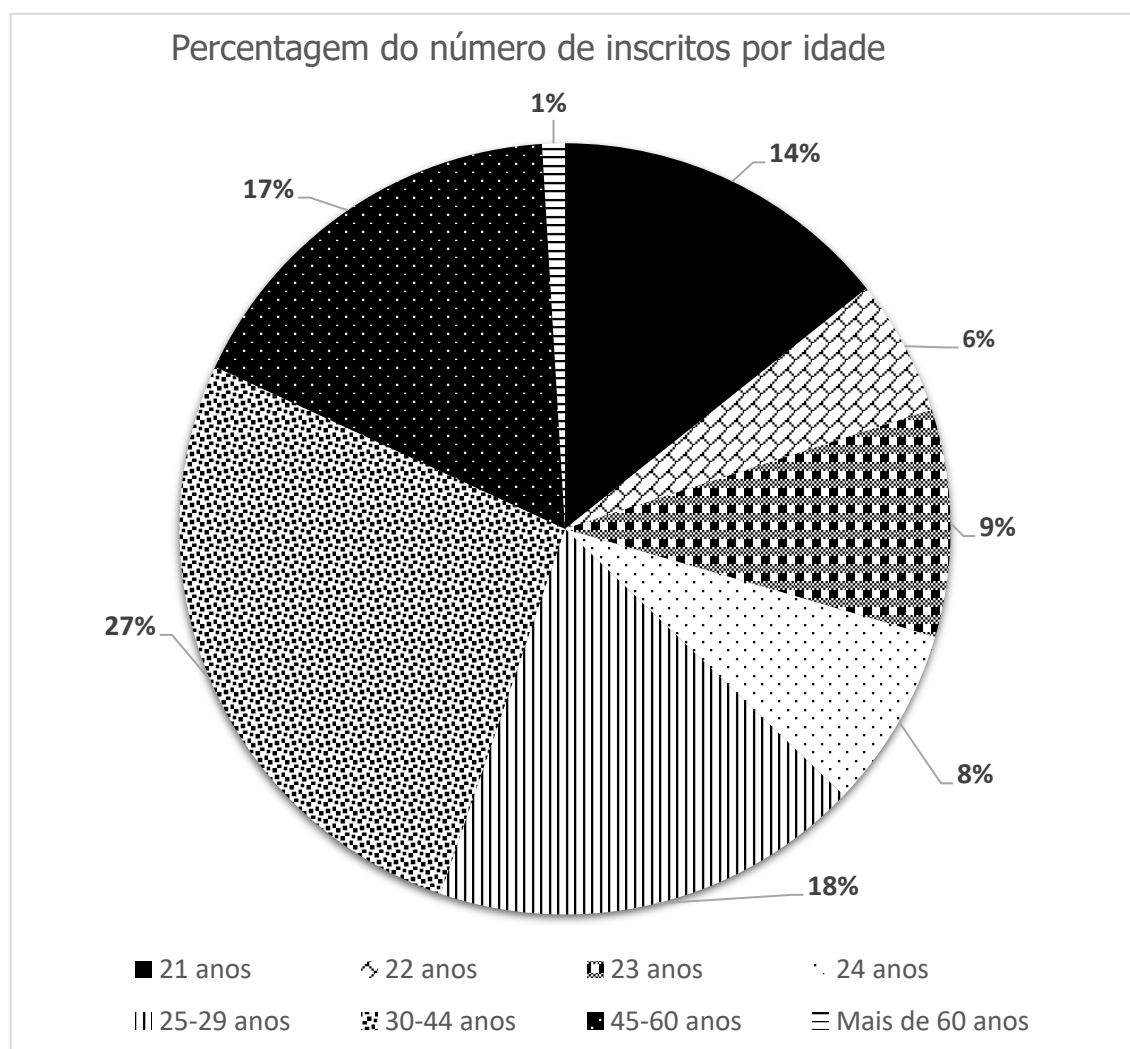


Gráfico 40. Percentagem de estudantes matriculados, no 1.º ano curricular, nas oito edições do curso de 2.º ciclo em Estudos Regionais e Locais, consoante a sua idade.

Em síntese, nestas oito edições do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais, verificamos que houve duzentas e dezasseis inscrições, contabilizando os inscritos pela primeira vez, no primeiro ano, os matriculados no segundo ano e os que escolheram ter mais tempo para desenvolver a Dissertação. Havendo 105 inscritos, o número de

inscrições previsto seria o dobro, contando com os 2 anos de formação para a conclusão do curso. Registam-se, por conseguinte, mais seis. Isto foi sucedendo por razões diversas, mas, muitas vezes, entre outros motivos pessoais, deveu-se, por certo, pelos dados informais que se têm, a questões laborais, já que uma grande parte dos mestrandos está no grupo dos trabalhadores-estudantes (ou estudantes-trabalhadores). Nas duas últimas edições, por causa da pandemia de Covid-19, houve também algumas dificuldades no âmbito da investigação em bibliotecas e noutras instituições por estarem encerradas, atrasando a conclusão do curso.

Globalmente, pelos gráficos apresentados, este 2.º Ciclo teve, como verificado, 105 inscritos, efectivamente, pela primeira vez. Analisando os dados referentes às idades, sobressai que predominaram os jovens-adultos e adultos, nas faixas etárias compreendidas entre os 25 e os 60 anos. Constitui, por isso, uma opção formativa tanto para jovens licenciados, em número considerável quando contabilizado em conjunto até aos 24 anos, como para adultos, em idade laboral (ou já aposentados), que vêm aprofundar conhecimentos, desenvolver capacidades e competências, necessitando de se valorizarem enquanto trabalhadores, mesmo se muitos acabam por não solicitar o estatuto de estudante-trabalhador. Não tivemos acesso a esta informação que também seria interessante explorar.

As diferenças de inscritos quanto ao género não foram substanciais, embora predominassem as mulheres com 53%, enquanto os homens se apresentaram com 47%. Podemos deduzir que os Estudos Regionais e Locais oferecem temáticas e abordagens que interessam tanto a umas como aos outros, o que é de valorizar. Comparando as percentagens relativamente ao género dos inscritos e dos diplomados em ERL, observamos que a tendência anterior se mantém, havendo uma certa paridade: 52% dos mestres são homens e 48% mulheres, como vimos. A diferença mereceria uma análise sociológica, mas, faltando dados concretos para a realizar, fica o apontamento da dificuldade das mulheres para terem tanto “tempo livre” quanto os homens. A seu cargo ainda continuam a ter os filhos, os pais (já idosos e a necessitarem de cuidados) e grande parte das tarefas domésticas. Assim, os 3% de diferença poderão explicar-se, julgamos nós, na sobrecarga laboral das mulheres inscritas no curso, que, no entanto, fazem um esforço para o concluir, podendo levar mais tempo para o concluir.

A análise dos resultados relativamente aos estudantes que chegaram ao fim do ciclo de formação académica com a apresentação das provas públicas evidencia que tem sido menor o número de mestres do que o esperado. Apenas 34% concluíram o curso;

contra 66% que não chegaram ao fim. Destes, muitos optaram apenas pelo ano curricular que corresponde a uma pós-graduação. Embora não tenhamos conseguido chegar a contabilizar esse item, por falta de informação acessível a tempo deste levantamento, podemos avançar que será a maioria dos casos. No entanto, muitos há que propõem um tema para a Dissertação, mas, por razões concretas que falta apurar, não chegam a concluir a investigação.

Tem importado envolver cada vez mais os mestrandos nas actividades do curso, razão pela qual se promoveram, com o Conselho de Curso, as I Jornadas do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, harmonizando comunicações e apresentações de personalidades da comunidade, docentes universitários, mestres – com dissertações defendidas no ano precedente – e mestrandos a iniciarem o desenvolvimento das suas propostas de Dissertação, ao iniciarem o 2.º ano (edição de 2020-2021), como o comprovam o cartaz, *supra*, e as fotografias abaixo. Foram levadas a cabo durante a pandemia e contaram com os mestrandos que aceitaram o desafio de apresentarem publicamente as temáticas das suas Dissertações aprovadas pelos órgãos internos, quer no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, quer na Faculdade de Artes e Humanidades.



1.º painel das I Jornadas do MERL. (Moderador: António Almeida e Oradoras: Sara Fernandes, Lurdes de Castro Moutinho, Elda Olim e Lúcia Pestana). 15 de Novembro de 2021



O 2.º painel contou com a intervenção do Presidente da Associação de Municípios da RAM, Pedro Calado, e moderação a cargo de Helena Rebelo



2.º painel, Severiano Olim e Cristina Henriques no debate após a apresentação das suas comunicações.

6. INVESTIGAÇÕES E DISSERTAÇÕES

O MERL conta com diversos trabalhos finais apresentados, as Dissertações. Consta, de seguida, a listagem geral e cronológica de todas as dissertações produzidas no âmbito do mestrado, que surge da seguinte forma: data da defesa pública, título da Dissertação, autor/a. Desde a 1.^a edição do mestrado, iniciada no ano lectivo de 2009-2010, até Janeiro de 2022, foram apresentadas 31 Dissertações no âmbito dos Estudos Regionais e Locais na UMa, conforme descrito na listagem geral. Os trabalhos incidem sobre diversas temáticas e revelam ser importantes contributos para a investigação científica produzida na Região Autónoma da Madeira.

Em 6.1, listam-se por ordem cronológica, em função das datas obtidas, havendo algumas sem dia, os títulos das Dissertações produzidas no fim das investigações desenvolvidas pelos mestrandos que já finalizaram o curso e obtiveram o grau de Mestre. Reproduzimos, abaixo, em 6.2, os resumos de todas as Dissertações concluídas, de forma cronológica, desde a abertura do MERL até Janeiro de 2022. Portanto, estabelecemos como critério cronológico a data da defesa pública, facultando, através da transcrição, o título da Dissertação, o/a autor/a, o resumo do trabalho desenvolvido e, igualmente, para dar uma ideia mais pormenorizada das temáticas, as respectivas palavras-chave. Consideramos, para este efeito, os dados disponíveis no catálogo da Biblioteca da Universidade da Madeira². Perfazem trinta e uma Dissertações de diversas áreas, como fica explicitado no gráfico 41.

² O catálogo da Biblioteca da UMa pode ser consultado em: <https://koha.uma.pt/>.

6.1. LISTAGEM CRONOLÓGICA DAS DISSERTAÇÕES

- 1) 2011-09, *As princesas marroquinas: contribuição para o estudo das relações diplomática lusomarroquinas no último quartel do século XVIII*, Rodrigues, Ana Cristina de Neves Ferreira
- 2) 2011-07, *O Serviço Social nas Sociedades Contemporâneas. Análise e Diagnóstico da Situação da Região Autónoma da Madeira*, Borba, Andreilcy Alvino
- 3) 2011-09, *Traços toponímicos da Freguesia da Sé*, Correia, Lisandra José Freitas
- 4) 2012-09, *Viabilidade da implementação de um hotel low-cost na Madeira*, Côrte, Bruno André Dias (setembro)
- 5) 2012-09, *Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal 1940-74: obras públicas, a evidência da autonomia administrativa*, Santos, Élio Nunes dos (setembro)
- 6) 2012-09, *Quintas madeirenses: lazer e diversão entre muros (1851-1900)*, Gomes, Sílvia Marina Câmara
- 7) 2012-05-04, *A Madeira através de gravuras - século XIX: um contributo para o seu estudo*, Rodrigues, José António de Barros
- 8) 2013-09, *As quintas madeirenses como oferta turística diferenciada*, Silva, Tiago Miguel Pimenta e
- 9) 2014-02-04, *A influência das alterações climáticas no turismo da Região Autónoma da Madeira*, Pão, Pedro Afonso Caminata Rodrigues
- 10) 2014-06-12, *Os cruzeiros e o Porto do Funchal: importância económica para o turismo na região*, Almeida, José Felisberto Gouveia

- 11)** 2014-07, *O Visconde da Ribeira Brava na 1.ª República madeirense*, Gomes, Nulita Raquel Freitas de Andrade Carvalho
- 12)** 2014-09, *A tragédia em Manuel Caetano Pimenta de Aguiar: um género clássico nos alvares do Romantismo*, Valério, Zita Chantelle Aguiar de Barros
- 13)** 2014-11, *Mar cruzado e terra bilingue: uma breve abordagem sociolinguística das línguas de Cabo Verde*, Pereira, António José Alves
- 14)** 2015-09, *As levadas da Ilha da Madeira: uma herança cultural*, Marujo, José Xavier Baptista Vieira
- 15)** 2015-09, *O Centro de Informação Popular de Machico: um pólo dinamizador da Revolução do 25 de Abril (de 25.Abril.1974 a 25.Novembro.1975)*, Martins, Lino Bernardo Calaça
- 16)** 2015-09, *Elite municipal da Ponta do Sol: 1878-1886*, Matos, Carla Raquel da Silva
- 17)** 2015-09, *A herança das bordadeiras madeirenses da Ribeira Brava: contributo para o estudo de um património linguístico regional e local*, Silva, Andreia da
- 18)** 2016-12-05, *A Madeira e o mundo: ficção e história em João França e António Loja*, Rodrigues, José André Gonçalves
- 19)** 2017-04-10, *O lugar do património linguístico no património cultural imaterial português: um levantamento regional através do ciberespaço*, Paiva, Carlos Filipe Damas Pinto
- 20)** 2017-05-04, *Livros para a juventude de Ana Teresa Pereira: imaginário insular, diálogos interculturais*, Nascimento, Custódia Tânia da Côte
- 21)** 2017-05-24, *De Hintze a Afonso Costa: o fenómeno (anti)clerical na imprensa madeirense (1901-1910)*, Silva, Luís Eduardo Nicolau Marques da

- 22) 2017-07-06, *O natal madeirense: representações literárias e turístico-culturais*, Mata, Cândida Marina Gouveia de Jesus da
- 23) 2018-01-18, *Tribuna livre: mecanismos do ethos na elocutio comunicativa de Aberto João Jardim*, Freitas, Jani Micaela Gouveia
- 23) 2018-05-28, *O poder municipal no Funchal: do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976*, Vieira, José Luís Gonçalves
- 25) 2019-09-25, *A circulação do azulejo e outras cerâmicas mudéjares nos territórios da expansão ibérica: breve abordagem à Macaronésia e ao Novo Mundo*, Gonçalves, Lígia de Fátima Correia
- 26) 2020-01-22, *A cultura de cereja no Jardim da Serra: valorização de um património cultural e linguístico*, Pestana, Lúcia Milagres de Sá
- 27) 2020-07-10, *A fuga à “Má Sorte”: Subsídios para a história da emigração madeirense (1851-1861)*, Martins, Maria Cristina Henriques
- 28) 2020-11-20, *A emigração madeirense para o Estado de São Paulo (1930-1950)*, Aguiar, Carina Patrícia Correia de
- 29) 2020-11-26, *A origem e o papel dos Serviços Educativos dos Museus da RAM: uma abordagem*, Fernandes, Rui Filipe da Silva Sé
- 30) 2022-01-21, *O Topónimo “Fajã”: Um património linguístico na macaronésia*, Gouveia, Gabriel Jardim
- 31) 2022-01-26, *Bruxas e Diabos: Figuras do mal na literatura madeirense*, Miguel, João Xavier Pinheiro

6.2. RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DOS MESTRES

1) 2011-09, *As princesas marroquinas: contribuição para o estudo das relações diplomática lusomarroquinas no último quartel do século XVIII*³,

Rodrigues, Ana Cristina de Neves Ferreira

Resumo: O presente estudo insere-se na tentativa de revelação de um episódio casual na história das relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos nos finais do século XVIII. Ocorrido entre abril e agosto de 1793, os portugueses veem-se, repentinamente, a braços com uma situação diplomática sensível e que urge a tomada de decisões clara e sem margem de erro. O objectivo primordial é o de conhecer todos os factos e as suas consequências, tentando demonstrar como também os incidentes podem gerar benefícios. O contacto entre as culturas, efetuado através da comunicação oral e escrita, permite-nos verificar o esforço de cada uma das partes na preservação e manutenção da própria identidade numa inócua tentativa de impedimento ao contágio cultural. É essa identidade que pretendemos evidenciar.

Palavras-chave: Açores, corso, diplomacia, islamismo, Madeira, Marrocos.

³ A dissertação encontra-se disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/638>.

2) 2011, *O Serviço Social nas Sociedades Contemporâneas. Análise e Diagnóstico da Situação da Região Autónoma da Madeira*⁴,

Borba, Andreilcy Alvino

Resumo: Este trabalho aborda a dimensão socioeconómica da sustentabilidade com o intuito de analisar as políticas sociais e os indicadores de vulnerabilidade social na Região Autónoma da Madeira (RAM). Analisam-se os fatores de vulnerabilidade social por serem cruciais para aliviar as ameaças, bem como definir ações corretivas e preventivas no âmbito de programas de inclusão social. Foram aplicados, de modo conjuntivo, métodos qualitativos e quantitativos para o tratamento e a análise da informação. O trabalho inclui um estudo de caso, baseado na RAM, com o intuito de explorar as particularidades locais de modo a diagnosticar a situação social no que concerne à dimensão socioeconómica. Para tal, considera-se a variação espacial (as assimetrias existentes entre os vários concelhos) e temporal (variação interanual) dos fatores de vulnerabilidade social. Os resultados incluem a análise quali-quantitativa dos indicadores socioeconómicos que contribuem para a sustentabilidade social, bem como a caracterização dos perfis das instituições solidariedade social na RAM. Os resultados obtidos permitiram identificar os fatores críticos de vulnerabilidade social que carecem de intervenção ao nível de ações corretivas e preventivas, dos quais se destacam o desemprego, pobreza, envelhecimento demográfico, baixo nível de escolaridade e analfabetismo.

Palavras-chave: Exclusão Social; Inclusão Social; Vulnerabilidade Social; Intervenção Social; Análise SWOT.

⁴ Esta dissertação não está disponível em formato digital. Encontra-se depositada na Biblioteca da UMA para consulta física.

3) 2011-09, *Traços toponímicos da Freguesia da Sé*⁵,

Correia, Lisandra José Freitas

Resumo: Os povoadores da Ilha da Madeira trouxeram muitas tradições e costumes oriundos das terras que provinham. Passaram esses hábitos para a nova terra e adequaram-se ao meio insular. O processo de ajustamento a esse meio incluiu adaptarem-se ao mesmo e atribuir localizações. Estudar a toponímia, ciência que estuda os nomes dos lugares, implica abordar as múltiplas componentes científicas que a ela estão interligadas e contextualizá-las no passado e no presente. Na Ilha da Madeira são poucas as publicações sobre a toponímia em comparação a Portugal Continental. Apesar do número pequeno, existem outros materiais de estudo como os primeiros testemunhos da povoação, justificações de atribuições entre outros documentos até mais antigos ao aparecimento desta ciência. Apresenta-se nesta investigação o resultado de uma pesquisa de vários tipos de materiais “texto” como: documentos específicos de várias entidades que têm o seu espólio no Arquivo Regional da Madeira (ARM), livros publicados, artigos, almanaques, roteiros e publicações periódicas; E “não texto” como: plantas cartográficas de vários séculos da cidade do Funchal, pinturas e fotografias. O fato da área escolhida para estudo ser a Freguesia da Sé permitiu um estudo *in loco* e registo atual em fotografias dos locais públicos existentes e possíveis comparações aos registos anteriores. Agrupadas as características da zona estudada a nível social e urbanístico, justificam a evolução dos topónimos que tiveram as suas grandes alterações desde o final do século XIX até meados do século XX. A nível social os testemunhos estrangeiros traçam o panorama público e intercultural da Freguesia da Sé. A divisão dos topónimos por categorias, possibilitou várias conclusões sobre os assuntos da história madeirense como também a nível percentual, quais os grupos mais dominantes nesta freguesia e o porquê. Por fim, este estudo é um contributo para a história da toponímia na Ilha da Madeira, contextualizada essencialmente em termos históricos, linguísticos, sociais e urbanos.

Palavras-chave: Toponímia, Toponímia da Freguesia da Sé, História da Freguesia da Sé, Evolução Urbanística do Funchal.

⁵ Trabalho disponível para consulta *on-line* em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/669>.

4) 2012, *Viabilidade da implementação de um hotel low-cost na Madeira*⁶,
Côrte, Bruno André Dias

Resumo: A utilização da terminologia *low-cost* é hoje comum a vários sectores comerciais/industriais. Este modelo de gestão estratégica (e de *marketing*) revolucionou as vendas no sector da aviação comercial nos EUA, tendo-se propagado depois também para outras latitudes/setores comerciais. No caso do transporte aéreo o modelo *low-cost* foi iniciado pela Southwet Airlines no ano de 1971, sendo adotado na Europa por várias companhias aéreas, como a Ryanair (1985) e a Easyjet (1995). Oferecer ao cliente o essencial (do serviço/produto) pelo preço mais baixo é o lema principal da estratégia comercial *low-cost*, modelo de negócio que nos últimos anos também tem sido implementado no sector hoteleiro. A relação entre o sector aviação e hotelaria é evidente sobretudo com regiões como a Madeira, com a chegada de turistas dependente sobretudo de acesso aéreo. Considerando o sucesso de algumas companhias aéreas *low-cost* que operam na Região ao alojamento através do desenvolvimento da hotelaria *low-cost* na Madeira. Em Portugal Continental, sobretudo em Lisboa, Porto e Braga, operam já diversas unidades hoteleiras que se comercializam sob a designação *low-cost*. Tendo em conta a crise no sector hoteleiro, nomeadamente em termos de índices de ocupação cada vez mais baixos e de redução geral de preços, urge saber em que medida o formato *low-cost*, pelo que se distingue do modelo de negócio normal, atrai o interesse da procura. Considerando que o modelo *low-cost* não segue parâmetros específicos, dado contemplar a redução de combinações de alguns serviços considerados habituais pela grande maioria dos hotéis 3 estrelas, torna-se difícil constatar as diferenças entre um hotel *low-cost* e um hotel tradicional. Tendo em conta os resultados obtidos no inquérito realizado, a implementação de um hotel *low-cost* na Madeira, que ofereça menos serviços e facilidades ao cliente por valores similares aos já praticados pelas unidades hoteleiras existentes de igual categoria, não seria viável.

Palavras-chave: *low-cost*, ilha da Madeira, hotelaria na Madeira, turismo, hotelaria.

⁶ Dissertação disponível para consulta presencial na biblioteca da UMA.

5) 2012, *Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal 1940-74: obras públicas, a evidência da autonomia administrativa*⁷,

Santos, Élio Nunes dos

Resumo: A presente dissertação de mestrado versa sobre a ação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal entre 1940 e 1974. Toda esta ação teve como principal objetivo desenvolver todo o distrito do Funchal e dotá-lo de melhores condições fundamentais ao bem-estar da população. Durante o período analisado nesta investigação, o avultado número de obras públicas evidencia que as políticas desenvolvidas pelo Estado para o Arquipélago da Madeira estavam bem organizadas e direcionadas e pretendiam, sobretudo, colmatar as necessidades dos sectores mais importantes da sociedade. O distrito necessitava de obras públicas capazes de proporcionar desenvolvimento e, ao mesmo tempo, bem-estar. A autonomia administrativa ligada à importância que a Junta Geral deu à Direção de Obras Públicas refletiu-se nas imensas obras que foram criadas e no grau de desenvolvimento que se alcançou. Deste modo, através do trabalho desenvolvido pela Direção de Obras Públicas é possível evidenciar os benefícios da autonomia administrativa. Ao nível da esfera pública, o papel da Junta Geral do Funchal em colaboração com o Estado tornou-se fundamental para que algumas das contestações em relação a ação do regime vigente na criação de desenvolvimento social, económico e cultural do distrito fossem esquecidas ou deixassem de ter fundamento. Deste modo, a autonomia administrativa que o distrito possuía permitia-lhe, sem nunca esquecer a ideologia do Estado Novo, agir com alguma independência face ao Governo Central. Ao longo dos vários anos de existência da Junta Geral, a conquista de autonomia fez-se de forma gradual e com algumas dificuldades. Contudo, a criação de um documento que estabelecesse realmente as bases autonómicas dos distritos insulares e que respeitava as competências e as atribuições dos órgãos administrativos distritais remonta a 31 de Dezembro de 1940 com a publicação do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes.

Palavras-chave: Junta Geral do Funchal, Direção de Obras Públicas, Obras Públicas, Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, Autonomia Administrativa, Ilhas Adjacentes.

⁷ Disponível em formato papel na biblioteca da UMA.

6) 2012, *Quintas madeirenses: lazer e diversão entre muros (1851-1900)*⁸,
Gomes, Sílvia Marina Câmara

Resumo: Quinta na Madeira dos finais do século XVIII e na centúria seguinte, já não corresponde à quintã de quinhentos, quando era essencialmente uma unidade agrícola. Assim, quando nos dias de hoje nos referimos às quintas madeirenses estamos, por certo, a querer destacar aquelas que germinaram e prosperaram no século XIX. Foram fruto da inserção das camadas elitistas na sociedade madeirense, nomeadamente da comunidade britânica e de muitos negociantes nacionais e estrangeiros que, com o passar do tempo, foram adquirindo múltiplas propriedades ou antigos terrenos vinculados, dispersos por toda a ilha, pelo que foram construindo nelas, sumptuosas moradias de estilos vários, irradiando características das anteriores casas senhoriais madeirenses. De todas as Quintas Madeirenses, são as do Funchal e arredores as mais populares: Vigia, Monte e Palheiro Ferreiro. São sobretudo reconhecidas devido ao seu aspecto, pelo seu portão de ferro que conduz aos jardins por caminhos empedrados flanqueados por uma imensidão de flores, plantas e árvores. Para além de terrenos de cultivo, detêm terraços ou canteiros assim como tanques e cascatas. Nelas também se encontram uma “casa-de-prazer”, um mirante, e em alguns casos, uma capela. Eram os locais onde as famílias se recolhiam, com moradia permanente ou apenas veranil, e onde se realizavam, com alguma frequência, almoços, chás, jantares, jogos e bailes e outras actividades recreativas. As suas edificações e espaços circundantes foram palcos indispensáveis ao convívio social e afirmação de prestígio de muitas figuras afamadas da sociedade local, nacional e internacional. Muitas receberam visitantes ilustres, nomeadamente membros das camadas régias. As quintas existem também no continente português, porém, é na ilha da Madeira, que alcançam uma nova essência: o de propriedade sustentável propícia ao lazer, local de estudos científicos e estância de cura material e espiritual. Actualmente e com a decadência e abandono das quintas madeirenses, algumas têm vindo a ser restauradas ou metamorfoseadas em outras tipologias ou jardins.

Palavras-chave: Ilha da Madeira; quintas madeirenses; actividades recreativas; comunidade britânica; jardins; visitantes ilustres.

⁸ Trabalho disponível somente em formato papel na biblioteca da UMA.

7) 2012-05-04, *A Madeira através de gravuras - século XIX:*

*um contributo para o seu estudo*⁹,

Rodrigues, José António de Barros

Resumo: Ao longo do século passado, foram publicadas, com o patrocínio do Clube Rotário do Funchal, duas colectâneas que pretendiam divulgar todas as gravuras antigas do arquipélago da Madeira, conhecidas até então. A primeira dessas publicações, *Estampas Antigas da Madeira: Paisagem, Costumes, Traje, Edifícios, Marinhas*, surgiu em 1935, pela mão de João Cabral do Nascimento, revelando mais de duas centenas de estampas. Poucos anos depois, em 1951, foi a vez de José Leite Monteiro, em *Estampas Antigas de Paisagens e Costumes da Madeira*, trazer à luz outras gravuras que se encontravam esquecidas. Na consulta dos livros mencionados, verificou-se que as compilações deixaram muitas gravuras de parte, de variados assuntos como paisagens, costumes, e também de personalidades que se destacaram na vida madeirense. Foi com esta sobra, avolumada pela descoberta de mais gravuras antigas, que se resolveu elaborar este trabalho. Assim, objectivo principal foi reunir e divulgar gravuras do século XIX madeirense, e primeiros anos da centúria seguinte, épocas em que não era possível imprimir fotografia para o papel de imprensa. Pretendeu-se também demonstrar que a Madeira foi, dentre as regiões portuguesas, uma das mais retratadas em gravuras. Essa abundância foi, em grande parte, resultado da passagem de muitos estrangeiros pela ilha. Este trabalho pretende, igualmente, divulgar as gravuras elaboradas por madeirenses. Optou-se por agrupar os assuntos em três grupos principais: Funchal; concelhos rurais; fauna e flora. Cada um desses grupos subdivide-se noutros específicos. Um texto elucidativo, revelando informações e curiosidades sobre os assuntos, antecede amostras das gravuras identificadas. Procurou-se evitar considerações estéticas sobre as gravuras, focalizando os esforços na sua identificação, nomeadamente nos seguintes aspectos: assunto, autoria, dimensão, técnica utilizada, época e procedência. A pesquisa baseou-se, sobretudo, na consulta de livros, publicações periódicas e, em casos pontuais, em bases electrónicas.

Palavras-chave: gravura, arquipélago da Madeira, história, etnografia, século XIX.

⁹ Dissertação disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1679>.

8) 2013-09, *As quintas madeirenses como oferta turística diferenciada*¹⁰,

Silva, Tiago Miguel Pimenta e

Resumo: Haver um investimento na preservação e restauro do património cultural na ilha da Madeira foi uma das principais questões levantadas durante a VI Conferência Anual da Ordem dos Economistas, realizada no dia 4 de Maio de 2012. Este restauro irá potenciar a valorização, utilização e rentabilização das quintas madeirenses, objecto de estudo desta dissertação, como património da Ilha da Madeira e como recurso sustentável turístico, económico e social da Região Autónoma da Madeira (RAM). Procura-se dar uma visão global da situação actual das quintas e propor perspectivas para a revitalização destes edifícios históricos com vista à sua valorização, através da sua utilização tanto pelo turismo da Madeira como pela população local. Esta proposta engloba a realização de circuitos turísticos de quintas madeirenses, assim como a reconstrução de algumas dessas quintas para o uso pela população local. Aqui será dada uma maior ênfase para a actual fase de intervenção contemplada no plano de estabilização financeira iniciado (2011-2014), bem como para a fase subsequente, circunstância em que será necessária a ajuda do sector privado para encontrar soluções economicamente sustentáveis que possam permitir estas propostas de valorização, rentabilização e auto-financiamento do património em questão. A dissertação está dividida em duas principais partes: na primeira é equacionado o estado da questão, faz-se uma inventariação e caracterização das quintas madeirenses, com os seus enormes espaços verdes e espaçosas casas, que tiveram um papel relevante no desenvolvimento no turismo, na sequência da procura de alojamentos, mas que hoje em dia estão condenadas ao abandono e degradação tanto do edifício como dos seus espaços circundantes; na segunda parte faz-se a análise e conclusão do potencial de valorização do recurso às quintas não só para o desenvolvimento de actividades para a população local como para o turismo da Ilha da Madeira, pondo em evidência a possibilidade de a actividade turística ser o alicerce máximo desse potencial.

Palavras-chave: Quintas Madeirenses, Turismo, Cultura, Património, Sustentável, Valorização.

¹⁰ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1092>.

9) 2014-02-04, *A influência das alterações climáticas no turismo da Região Autónoma da Madeira*¹¹,

Pão, Pedro Afonso Caminata Rodrigues

Resumo: O turismo é uma importante fonte de crescimento económico e uma indústria de grande importância na Região Autónoma da Madeira. Este trabalho pretende incidir sobre a sensibilidade da indústria a variações climáticas e às condições climatéricas. As inevitáveis alterações, a que teremos de nos adaptar, acarretam consequências que podem eventualmente levar a situações que alterem o fluxo turístico da RAM. O aumento da temperatura tem como consequências a subida do nível do mar, o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos, introdução e propagação de novas espécies no nosso ecossistema, escassez de água e aumento do consumo energético. É importante apurar quais as expectativas do turista acerca do destino Madeira, e tentar chegar a uma conclusão acerca da vulnerabilidade do destino e das estratégias de mitigação possíveis, para proteger a imagem do destino e preservar a relevância do setor no panorama internacional turístico. Com base numa amostra de cerca de 300 turistas foi possível obter uma série de conclusões e observações úteis sobre o tema analisado.

Palavras-chave: Turismo, alterações climáticas, Madeira, vulnerabilidade, estratégias de adaptação.

¹¹Este trabalho final de mestrado está disponível *on-line* em <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1482>.

10) 2014-06-12, *Os cruzeiros e o Porto do Funchal: importância económica para o turismo na região*¹²,

Almeida, José Felisberto Gouveia

Resumo: O porto do Funchal é uma realidade recente. Historicamente podemos considerar que existe porto desde o final do Século XIX, muito embora já com D. José I tivesse havido uma Determinação real para proceder à construção de uma infra-estrutura portuária, o que só parcialmente foi cumprido, num processo apenas terminado em 2011. Até aí e desde a colonização, o desembarque de pessoas e bens era feito no calhau, ao ritmo e sabor das levadas e dos estados do mar e da força humana, numa tradição que ficou expressa em inúmeras obras e registos de viagem e igualmente no Pilar de Banger, mandado construir por um britânico, como base de guindaste para descargas. No século XX, o porto do Funchal, ao mesmo tempo que era local de comércio e descarga de mercadorias, assim como de passageiros, foi progressivamente assistindo ao surgir de um novo conceito em matéria de turismo, não já apenas e só como mero transporte, mas tendo como objectivo o cruzeiro. Esta Dissertação pretende estudar, quantificar e se possível teorizar, ainda que de forma sucinta, a importância que esse novo tipo de lazer, a partir de agora, por nós designado de cruzeiro, teve, tem e esperamos venha a ter, na nossa economia regional e no bem-estar e progresso económico dos múltiplos intervenientes nesta actividade. Para nos apoiar neste desiderato, para além da teoria, construímos um inquérito, que foi apresentado ao turista de cruzeiro, durante a sua escala e a fruição desta, por si mesmo, em passeios a pé pela cidade do Funchal ou guiado por um guia, conhecendo o potencial do nosso porto. Este inquérito foi feito em colaboração com a APRAM, o SNATTI e a EUROMAR, assim como com outros intervenientes nesta cadeia de valor, tendo nós, conceptores e aplicadores do mesmo, procurado seguir uma linha de orientação que nos permitisse a comparação dos resultados, com inquéritos desenvolvidos anteriormente. O nosso objectivo essencial é não apenas o de prosseguir num percurso de valorização pessoal e académica, mas também procurar dotar com dados quantificáveis, todos os parceiros deste negócio da nossa região e contribuir de uma forma activa e responsável na definição e planeamento do nosso melhor recurso económico, o Turismo. Esta Dissertação é, por agora, um objectivo em si, mas não se esgota como tal e a nossa

¹² Dissertação disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/605>.

missão não termina *hic et nunc*, uma vez que trabalhamos por mero prazer intelectual, sentimos que somos apoiados institucional e pessoalmente e temos a certeza de que o que estamos a desenvolver, poderá ser útil para a nossa economia e para a nossa Região.

Palavras-Chave: Porto do Funchal, Cruzeiros, Inquérito, Cruzeirista.

11) 2014-07, *O Visconde da Ribeira Brava na 1.ª República Madeirense*¹³,
Gomes, Nulita Raquel Freitas de Andrade Carvalho

Resumo: A dissertação de mestrado com o título de *O Visconde da Ribeira Brava na 1.ª República Madeirense* apresenta a vida e a acção política empreendida por Francisco Correia de Herédia, sob a égide da 1.ª República. Neste estudo é possível identificar as medidas empreendidas pelo ilustre político nas corporações administrativas locais da Junta Geral do Distrito do Funchal, da Junta Agrícola da Madeira, da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal e da Santa Casa da Misericórdia. A acção parlamentar do Visconde da Ribeira Brava durante as legislaturas de 1911-15 e de 1915-17 constam, igualmente, da investigação. Os momentos mais carismáticos protagonizados pelo ilustre político e as homenagens a ele atribuídas em território nacional encerram o estudo, que teve como fontes principais os acervos documentais e jornalísticos existentes no Arquivo Regional da Madeira, no Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República e na Biblioteca Nacional de Portugal.

Palavras-chave: Visconde, Ribeira Brava, Herédia, Câmara dos Deputados, Junta Agrícola da Madeira, Junta Geral do Distrito do Funchal.

¹³ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/966>.

12) 2014-09, *A tragédia em Manuel Caetano Pimenta de Aguiar: um género clássico nos alvares do Romantismo*¹⁴,

Valério, Zita Chantelle Aguiar de Barros

Resumo: Após profunda pesquisa sobre possíveis temas para abordar nesta dissertação, eis que chegamos ao nome de Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, dramaturgo madeirense, de ideais liberais vincados, nascido no século XVIII e com um período de fecundidade literária nos primórdios do Século XIX, uma época marcada por forte instabilidade políticas que também haveria de sacudir o mundo da criação artística. Interessaram-nos do conjunto da sua obra, toda ela constituída por tragédias, *O Carácter dos Lusitanos*, *D. João I* e *D. Sebastião em África*. Nelas intuimos a coerência da matéria de pendor nacionalista, tão cara ao gosto romântico que então desabrochava. A sua obra, com evidentes traços clássicos, mostra já uma originalidade ao nível dos temas tratados. Veremos como se mantém fiel a toda a estrutura da tragédia, mas como introduz novos conceitos, que serão mais tarde desenvolvidos pelos Românticos, como sejam, o gosto pela morte e o horrendo, o nacionalismo exacerbado e a exaltação da história e dos heróis nacionais.

Palavras-chave: Pimenta de Aguiar, dramaturgo, tragédia, Clássico, Romântico.

¹⁴ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1149>.

13) 2014-11, *Mar cruzado e terra bilingue: uma breve abordagem sociolinguística das línguas de Cabo Verde*¹⁵,

Pereira, António José Alves

Resumo: O objetivo da presente dissertação de Mestrado consiste em refletir sobre o conjunto das representações e atitudes dos cabo-verdianos perante as línguas: o Crioulo e o Português. Como surgiu o Crioulo cabo-verdiano. Em que medida se pode falar da sua unidade e diversidade? Qual o futuro dessa língua nacional? Como convive com a Língua portuguesa, a língua oficial do país? Na verdade, pretendo retratar, usando os dados de todos conhecidos, a situação sociolinguística de Cabo Verde, sabendo-se que esse Arquipélago, situado ao largo da costa ocidental da África, era desabitado até à chegada dos portugueses no século XV. Com a colonização e importação de escravos do continente, desenvolveu-se no Arquipélago uma língua crioula de base lexical portuguesa, que é hoje a língua materna da grande maioria dos seus habitantes. Este “olhar de fora” sobre a situação linguística cabo-verdiana, elaborado por um estrangeiro não-residente em Cabo Verde, fruto da investigação desenvolvida no âmbito do mestrado em Estudos Regionais e Locais, tem como objetivo questionar o presente e o futuro do convívio entre o Crioulo e o Português nessa sociedade e cultura insulares de conformação mestiça. Para o efeito, o estudo faz um levantamento de algumas questões associadas a esta área da Linguística (Sociolinguística e Política linguística) e dos resultados da investigação ressaltam o bilinguismo com diglossia e o debate aceso entre alguns intelectuais falantes do Crioulo, em torno da oficialização da língua materna em paridade com a língua portuguesa, passados que foram trinta e oito anos (1975-2014), após a independência política do arquipélago de Cabo Verde.

Palavras-chave: Crioulo, Cabo Verde, Bilinguismo, Sociolinguística, Política linguística.

¹⁵ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/862>.

14) 2015-09, *As levadas da Ilha da Madeira: uma herança cultural*¹⁶,

Marujo, José Xavier Baptista Vieira

Resumo: A presente dissertação de mestrado tem como primeiro e fundamental objetivo salientar a importância das levadas da ilha da Madeira como património cultural e sublinhar a pertinência da sua candidatura a Património da Humanidade. Debruçando-se sobre um enquadramento conceitual e teórico acerca do património cultural e das levadas da ilha da Madeira, esta investigação pretende conhecer qual a relação existente entre ambos, existindo, também, o intuito de compreender qual o interesse da valorização, preservação e conservação destes aquedutos. O estudo desenvolveu-se, portanto, no sentido de responder à questão “As levadas da ilha da Madeira e o património cultural: que relação?”. Para dar resposta à mesma procedeu-se à explanação do conceito de património cultural e a sua legislação e, ainda, à história das levadas, que se cruza com a da própria ilha, recorrendo à consulta, leitura e análise de documentos relacionados com estes assuntos bem como ao trabalho de campo, percorrendo diversas levadas e registando observações *in loco*. Neste sentido, chegou-se à conclusão de que as levadas, que, no século XV, surgiram da necessidade de levar a água até aos terrenos agrícolas, são hoje a prova do esforço, luta e triunfo do povo madeirense. É na perspetiva de herança e cultura que encarar as levadas como património cultural faz todo o sentido, na medida em que apresentam, de facto, uma autenticidade ímpar, relativamente à sua forma e conceção, construção e materiais utilizados, tradições e técnicas de gestão de águas, localização, enquadramento e amplitude, termos linguísticos, lendas e contos a que deram origem e, ainda, a todo um património material e imaterial consigo relacionados.

Palavras-chave: Levadas da ilha da Madeira; Património Cultural; Herança Cultural; Valorização; Conservação; Preservação.

¹⁶ Dissertação disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1154>.

15) 2015-09, *O Centro de Informação Popular de Machico: um pólo dinamizador da Revolução do 25 de Abril (de 25.Abril.1974 a 25.Novembro.1975)*¹⁷,
Martins, Lino Bernardo Calaça

Resumo: A presente dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais aborda o papel do Centro de Informação Popular de Machico (CIPM), entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975. Este agrupamento, surgido logo após o 25 de Abril, constituiu uma associação revolucionária, contribuindo para a transformação sócio-económica e político-cultural de Machico, através da difusão dos ideais da Revolução do 25 de Abril e da dinamização da comunidade local e regional, à luz desses novos valores. O CIPM foi um promotor e organizador de várias intervenções, nomeadamente, na alteração da gestão municipal, na extinção da colónia, na melhoria das condições de vida de diversos sectores profissionais, como as bordadeiras, os trabalhadores das conservas, os baleeiros, os operários da construção civil e os trabalhadores da hotelaria, bem como desenvolveu um conjunto de actividades educativas e culturais. Esta investigação permitiu concluir que o CIPM foi um agente decisivo para a expansão dos ideais da Revolução dos Cravos, em Machico e na Madeira, apoiando a materialização de um grande número de mudanças e impulsionando a instauração da prática democrática, quer a nível local, quer a nível regional.

Palavras-chave: Centro de Informação Popular de Machico, 25 de Abril, Revolução, difusão dos ideais de Abril, associação revolucionária, mudança.

¹⁷ Disponível para consulta *on-line* em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1205>.

16) 2015-09, *Elite municipal da Ponta do Sol: 1878-1886*¹⁸,

Matos, Carla Raquel da Silva

Resumo: A presente investigação desenvolve um estudo sobre o percurso histórico das elites municipais do concelho da Ponta do Sol, entre 1878 e 1886, inserindo-as no contexto global das regras definidas pelo suporte legislativo do Código Administrativo de 1878, bem como no espaço socioeconómico, onde detiveram um papel preponderante e decisivo nos destinos do mesmo. Esta dissertação analisa a realidade local na construção de uma identidade municipal, aplicando métodos e técnicas de investigação histórica. A partir de fontes manuscritas, como os recenseamentos eleitorais, este trabalho faz a inventariação do corpus eleitoral do concelho supramencionado, isto é, a caracterização socioeconómica dos cidadãos habilitados a votar (eleitores) e dos elegíveis, culminando nos eleitos para os cargos municipais. De igual modo, procurou conhecer as áreas de intervenção da Câmara Municipal da Ponta do Sol e respetivos espaços de atuação da elite dirigente camarária.

Palavras-chave: Ponta do Sol, 1878, elite municipal, recenseamento eleitoral.

17) 2015-09, *A herança das bordadeiras madeirenses da Ribeira Brava: contributo para o estudo de um património linguístico regional e local*¹⁹,

Silva, Andreia da

Resumo: O Bordado da Madeira representa um património cultural regional inigualável e transporta com ele uma riqueza linguística que importa estudar. São as mulheres que transmitem este saber de mães para filhas, há já várias gerações. No ano de 1924, a indústria dos bordados contava com aproximadamente 60 000 bordadeiras (cf. Decreto

¹⁸ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1180>.

¹⁹ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1122>.

lei n.º 25: 643, 1935: 1042). Em 2013, uma estimativa apresentada pelo Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira aponta para um total de 3 376 bordadeiras de casa em toda a Região Autónoma da Madeira. Este dado revela que a profissão de bordadeira de casa, como muitos ofícios artesanais, hoje esquecidos, poderá, nos tempos vindouros, extinguir-se. Com este provável desaparecimento, apagar-se-ão vivências, histórias, canções, quadras, expressões e termos específicos desse labor. Estará em causa toda uma herança que merece ser conservada para as futuras gerações da comunidade. Assim, para conservar esse rico património regional, com o presente trabalho, realizamos uma recolha do património cultural imaterial que o Bordado da Madeira constitui, com particular incidência linguística. Concebemos um glossário com todos os termos recolhidos no trabalho de campo, quer junto das informantes, quer através de bibliografia consultada. Circunscrevemos esta pesquisa a um dos concelhos onde se mantém um grande número de bordadeiras de casa, o da Ribeira Brava. Embora delimitado geograficamente, por imperiosa necessidade metodológica, o tema é bem mais vasto. Como se depreende, o assunto é motivador e levanta diversas questões que o impulsionam. Qual o papel da bordadeira de casa no século XXI? Será uma profissão com futuro? Há oportunidades para as jovens se interessarem por este ofício artesanal? Podem fazer dele uma profissão ou tornar-se-á uma ocupação de tempos livres? Que conhecimentos e saberes têm as novas gerações? Importará, portanto, recolher dados junto de diferentes gerações, para entender o nível de desaparecimento deste património cultural e linguístico.

Palavras-chave: Bordado da Madeira; Bordadeira (de casa); Património cultural e linguístico; Património imaterial; Ribeira Brava.

18) 2016-12-05, *A Madeira e o mundo: ficção e história*

em João França e António Loja²⁰,

Rodrigues, José André Gonçalves

Resumo: O presente trabalho, intitulado *A Madeira e o Mundo: Ficção e História em João França e António Loja*, visa explorar aspetos de um imaginário insular a partir de três romances históricos, com protagonistas e cenários madeirenses, escritos por dois autores originários do arquipélago da Madeira. Para tal, constituímos o corpus com os seguintes romances: por um lado, *A Ilha e o Tempo*, de 1972, e *António e Isabel do Arco da Calheta*, lançado em 1985, do escritor João França (1908-1996), obras literárias que podemos considerar como ficções de fundação (em prol de uma identidade regional do arquipélago da Madeira); por outro, o romance *Regressos*, editado em 2008 e materializado em dois volumes, de António Loja (1934), cujo enredo, ambientado na época da Restauração da Independência de Portugal, pode ser entendido como a ficção da autodeterminação dos povos e, concomitantemente, a ficção do direito à felicidade a que todo o ser humano aspira. Ficando assim explicada a seleção das obras em análise, o propósito da nossa abordagem é o de pensar as relações entre História e Ficção, contribuindo não somente para o reconhecimento de épocas historicamente significativas como também para o estudo do imaginário local que dialoga com o contexto insular e universal. Num primeiro passo, procuraremos entender a narrativa histórica para melhor apreender o *corpus* selecionado; seguidamente, debruçar-nos-emos sobre os textos de João França de modo a destacar o cenário histórico e as suas fontes em que assenta a narrativa de ficção, por forma, também, a valorizar uma escrita que tende para uma certa modernidade, fundada numa desassomburada consciência humanista e utópica; finalmente, analisaremos o romance *Regressos*, de António Loja, sublinhando nos seus diversos espaços retratados não somente o contexto madeirense, lugar onde começa (descontado o cenário de Coimbra do primeiro capítulo) e termina a ação romanesca, mas, sobretudo, relevando os vários países e regiões do mundo que o protagonista vai percorrer, o que permite à ficção romanesca encenar um diálogo com outras culturas e diferentes modos de pensamento. Este *corpus* permitir-nos-á, pois, mostrar a relação que ambos os escritores têm com a sua terra, com os costumes, com as suas gentes, mas, de igual modo,

²⁰ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1874>.

entender a preocupação em retratar uma realidade nacional e internacional, num século distante e num período conturbado da história que abrange o final do século XV e vai sensivelmente até meados do século XVII.

Palavras-chave: História; Ficção, Romance Histórico; Madeira, João França, António Loja.

19) 2017-04-10, *O lugar do património linguístico no património cultural imaterial português: um levantamento regional através do ciberespaço*²¹,
Paiva, Carlos Filipe Damas Pinto

Resumo: O Património Imaterial, com incidência a nível local e regional, tem de ser conhecido e divulgado nacional e internacionalmente. O conhecimento, e a sua difusão, é uma das formas viáveis de o conservar, possibilitando, assim, a sua promoção para que se salvaguardem costumes e tradições, terminologias e expressões. Este património está, em princípio, enraizado no povo português e tem longa história. Apresenta-se normalmente com um passado bem longo, mas, por vezes, tem um futuro comprometido devido a um presente de fraca valorização. Este património é de extrema importância, podendo contribuir para o desenvolvimento, especialmente turístico, das diferentes regiões de Portugal, de Trás-os-Montes ao Algarve, da Madeira aos Açores. Sem descurar o seu sentido nacional, constitui, sobretudo, uma mais-valia para a economia local e regional se divulgado, preservado e promovido. Para isso, o Património Linguístico tem um papel fundamental, normalmente pouco valorizado. É o desconhecimento generalizado deste vasto Património Imaterial e Linguístico que motiva a pesquisa realizada.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial, Património Linguístico, Municípios, ciberespaço, Turismo Regional.

²¹ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1785>.

20) 2017-05-04, *Livros para a juventude de Ana Teresa Pereira: imaginário insular, diálogos interculturais*²²,
Nascimento, Custódia Tânia da Côrte

Resumo: O presente trabalho intitulado *Livros para a Juventude de Ana Teresa Pereira: imaginário insular, diálogos interculturais* pretende analisar a obra de potencial receção juvenil desta escritora. Nascida na Madeira e com grande projeção fora da Ilha, publicou para os jovens leitores a série “A Casa” na editora Caminho. Constituída por cinco narrativas: *A Casa dos Penhascos*, *A Casa da Areia*, *A Casa dos Pássaros*, *A Casa das Sombras* e *A Casa do Nevoeiro*, esta série enquadra-se na *formula fiction*. Estas narrativas foram recentemente republicadas pela editora Relógio d’Água. *A Duas Casas* reúne *A Casa das Sombras* e *A Casa do Nevoeiro*. Por sua vez, *A Casa das Sombras e Outras Histórias* reúne a totalidade das narrativas publicadas na década de 90. Entretanto, vieram a lume mais dois livros para a juventude: *A Porta Secreta* e *A Estalagem do Nevoeiro*. Para compreendermos a produção pereiriana, procuraremos, num primeiro momento, problematizar a escrita para a infância e juventude, quer na Europa, quer em Portugal. Seguidamente, pretendemos estudar os artefactos literários para a infância e juventude na ilha da Madeira. O terceiro capítulo destina-se à análise da obra de Ana Teresa Pereira. Trata-se de uma escrita de aventuras e suspense que apresenta uma cartografia diversificada da Ilha. Nela, a escritora dá conta da cultura, da história e da paisagem local, propondo ao (jovem) leitor entrar no seu imaginário: as estradas sinuosas junto ao mar, a paisagem feita de contraste e de sombras no interior da Ilha, a casa que espreita ao longe e acolhe os jovens protagonistas, os jardins verdejantes, as passagens secretas, etc. Os seus livros dão, igualmente, conta de uma intertextualidade cultural e literária relevante, apresentando-se, assim, como um notório contributo para a educação do público juvenil, quer no campo da literatura, quer também no campo do cinema, da pintura e da música. Ana Teresa Pereira tende a dialogar com o fenómeno *cross age*, uma vez que a escrita de receção juvenil, pelo seu rico intertexto, não se dirige exclusivamente a um público jovem, mas pode ser rececionado por leitores de várias idades.

Palavras-chave: Ana Teresa Pereira, literatura juvenil, aventuras, imaginário insular, diálogos interculturais.

²² Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1999?mode=full>.

21) 2017-05-24, *De Hintze a Afonso Costa: o fenómeno (anti)clerical na imprensa madeirense (1901-1910)*²³,

Silva, Luís Eduardo Nicolau Marques da

Resumo: Os fenómenos de oposição e de defesa do cosmo clerical são testemunhos do percurso que o respeito pela alteridade teve que galgar ao longo da História. Acreditar que os registos desses comportamentos estão confinados ao passado é desconsiderar a incrível atualidade que as doutrinas de ódio, promovidas tanto pelo campo secular como pelo confessional, têm no globo. Através da análise textual a quatro periódicos madeirenses da primeira década do séc. XX, num intervalo temporal que vai desde a publicação do decreto de legalização das congregações através do modelo associativo, em 1901, ao crepúsculo da monarquia perante a república e a separação, em 1910, identificámos e segmentámos um vasto material, presente em centenas de edições analisadas, que configuram uma parte do corpus temático dessas duas correntes antinómicas, o clericalismo e o anticlericalismo, na Madeira. A religião que é capaz de mobilizar tanta fé como estigmas, molda as identidades individuais e coletivas de uma nação. Os ambientes que não estão providos de uma política religiosa plural e inclusiva, acabam por se contrair e perder a promoção de debates que irão conduzir a um cosmo de liberdade religiosa.

Palavras-chave: Anticlericalismo, clericalismo, imprensa, secularização, Igreja, Madeira.

²³ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1646>.

22) 2017-07-06, *O Natal madeirense: representações literárias e turístico-culturais*²⁴,

Mata, Cândida Marina Gouveia de Jesus da

Resumo: Fazem parte da identidade madeirense costumes, práticas e tradições cujas origens parecem remontar aos primórdios da colonização e para cuja salvaguarda muito terá contribuído a insularidade. Na presente dissertação apresentam-se alguns destes usos e costumes típicos na Madeira, mais concretamente na altura em que se comemora o Natal. Esta é uma celebração importante para os ilhéus, e como tal, houve uma visível preocupação de fidelidade às tradições antigas. Através da literatura, constataremos que esta quadra sofreu pequenas alterações nas últimas décadas, pelo menos no que diz respeito ao verdadeiro espírito do Natal Madeirense. De que forma poderá a quadra natalícia oferecer-se como um cartaz turístico? Que motivos de interesse podem oferecer a literatura e a cultura regionais? São questões às quais a metodologia do inquérito, com a análise dos seus resultados, poderá ajudar a responder. Por fim, apresentam-se algumas sugestões de preservação e possíveis ideias para melhorar o turismo regional, criando uma ligação entre a literatura e a cultura, de modo a que ambas façam parte dos cartazes turísticos da Ilha, nesta época que é sinónimo de paz, família e fé.

Palavras-Chave: Natal, Literatura, Cultura, Turismo, Preservação.

²⁴ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1784>.

23) 2018-01-18, *Tribuna livre: mecanismos do ethos na elocutio comunicativa de Aberto João Jardim*²⁵,

Freitas, Jani Micaela Gouveia

Resumo: A presente dissertação de Mestrado versa sobre os mecanismos do ethos, expressos pelo carácter e autoridade de Alberto João Jardim nos textos publicados na Tribuna Livre no *Jornal da Madeira* entre 29 de outubro de 1974 e 29 de outubro de 1975. A secção jornalística Tribuna Livre é composta por inúmeros textos sobre diversas temáticas relacionadas com a Autonomia Política da Região Autónoma da Madeira entre 1974 e 1975, mas não só, de maneira que Alberto João Jardim discorre sobre questões económicas, autonómicas e políticas da atualidade. Apresenta com legitimidade e pertinência, ao mesmo tempo, soluções e reflexões acerca destas temáticas com o propósito de promover uma inversão de acontecimentos, impulsionando um desenvolvimento positivo para a região. Note-se que o tom apelativo que o orador usa, dirigindo-se aos leitores do *Jornal da Madeira*, constitui o núcleo fundamental desta investigação, em particular a análise retórica da persuasão e dos seus fins. Por vezes, com forte sentido persuasivo, consideramos relevante para este trabalho interpretar e contextualizar a simbiose do ethos com a temática regional. Por conseguinte, esta investigação contém uma análise retórico-discursiva do *ethos* de Alberto João Jardim nos textos selecionados, de modo a apurar quais as técnicas retóricas utilizadas na construção dos discursos. Notamos um *ethos* sincero, exigente e autoritário nos discursos, pois Alberto João Jardim, com a sua capacidade persuasiva, conseguiu atingir a sua finalidade através da exposição de todas as suas análises, sugestões e visões acerca da situação em que o Arquipélago da Madeira se encontrava em 1974 e perspetivou um futuro promissor para o mesmo.

Palavras-chave: Tribuna Livre; Jornal da Madeira; Alberto João Jardim, Ethos; Autoridade; Carácter.

²⁵ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1920>.

24) 2018-05-28, *O poder municipal no Funchal: do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976*²⁶,

Vieira, José Luís Gonçalves

Resumo: A presente dissertação de Mestrado aborda o Poder Municipal no Funchal: do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976. A Revolução do 25 de abril foi um ponto de viragem e de transformações políticas, restituindo aos portugueses a liberdade e a democracia, de acordo com o programa do Movimento das Forças Armadas. Este novo ciclo político determinou mudanças inevitáveis nas mais diversas áreas do poder, entre as quais destacamos o poder autárquico. Associadas a este ciclo, emergiram reivindicações, ao nível das condições de vida da população e da orgânica e funcionamento das instituições. Passados 43 anos sobre “a Revolução dos Cravos” e 41 anos das primeiras eleições autárquicas, entendemos ser fundamental o estudo deste tema, pelo marco importante que constituiu a nível do poder autárquico do arquipélago da Madeira. Analisamos o período compreendido entre a queda do “Estado Novo” e a tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal, em 3 de outubro de 1974, presidida por Virgílio Pereira, até às eleições autárquicas de 1976. Com o presente estudo, verificamos que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal encetou uma outra dinâmica na gestão da autarquia, a partir de outubro de 1974, implementando uma política de proximidade junto dos munícipes e desenvolvendo um trabalho de grande relevo nas áreas sociais. Constatamos ainda que, durante a presidência de Virgílio Pereira, a Comissão Administrativa incentivou e promoveu o relacionamento entre a Câmara e os diversos órgãos de poder, nomeadamente, com o Governo Civil, a Junta de Planeamento da Madeira, o Governo Central, a Junta Governativa da Madeira e o primeiro Governo Regional saído das eleições de junho de 1976.

Palavras-chave: “Estado Novo”, 25 de Abril, Poder Municipal no Funchal, Virgílio Pereira, Comissão Administrativa, Câmara Municipal do Funchal.

²⁶ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/2240> .

25) 2019-09-25, *A circulação do azulejo e outras cerâmicas mudéjares nos territórios da expansão ibérica: breve abordagem à Macaronésia e ao Novo Mundo*²⁷,

Gonçalves, Lígia de Fátima Correia

Resumo: O azulejo é considerado um elemento identitário português (e espanhol) constituindo o cartão de visita do nosso país pela quantidade e originalidade da sua utilização. Contudo, a introdução desse material de revestimento no nosso país verificou-se através das importações a partir de terras andaluzas, no final do séc. XV até meados do XVI, época em que ocorreram as primeiras produções nacionais. Com a expansão territorial portuguesa e castelhana e consequente povoamento, reproduziram-se os modelos sociais, culturais e modos de vida dos territórios continentais da Península Ibérica, sendo enviados para esses locais uma infinidade de objetos e nesse âmbito, destacam-se os azulejos e as pias batismais mudéjares. No ponto de vista da difusão destas cerâmicas, tivemos em conta o seu carácter exótico, comercial e os diferentes contextos em que subsistem, realizando uma breve abordagem tecnológica e expositiva da disseminação nos arquipélagos da Macaronésia e do Novo Mundo, assim como noutras localidades continentais. O principal recurso foi a observação direta in loco, mas não tendo sido fácil dispor de meios para cobrir uma tão vasta área, recorreremos à metodologia de análise documental, na qual, considerámos apropriadas as opiniões de alguns estudiosos e alguns relatórios de escavações arqueológicas que nos ajudaram a fundamentar a frequente circulação destes produtos.

Palavras-chave: Azulejos hispano-árabes; Difusão; Expansão Ibérica, Época Moderna; Pias batismais de cerâmica vidrada.

²⁷ Dissertação disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/2706>.

26) 2020-01-22, *A cultura de cereja no Jardim da Serra: valorização de um património cultural e linguístico*²⁸,

Pestana, Lúcia Milagres de Sá

Resumo: A cultura da cereja no Jardim da Serra representa um património cultural único, derivado do natural. A riqueza cultural, imaterial e linguística que lhe é própria merece o nosso estudo. Tanto os homens como as mulheres se dedicam a este tipo de produção, a nível profissional e familiar. Pretendemos salvaguardar memórias, vivências, costumes, tradições e linguagens (cantadas/faladas) dos produtores de cereja do Jardim da Serra. Dada a necessidade de preservar e valorizar este tipo de património, local e regional, efetuamos uma recolha, essencialmente linguística, sobre a cereja. Compilamos um glossário com entradas obtidas junto dos informantes e da bibliografia consultada. Apresentamos uma breve coletânea de canções, lendas, poesias e receitas. Fazemos incidir a nossa pesquisa na área geográfica do Jardim da Serra por se tratar da maior localidade produtora de cereja na ilha da Madeira. Perspetivamos realçar a importância da cultura da cereja nos vários domínios que integra: histórico-cultural, social, económico e, sobretudo, linguístico. Assim, pensamos transmitir, às gerações vindouras, o legado, cultural e linguístico, associado à cultura da cereja na freguesia do Jardim da Serra.

Palavras-chave: Património cultural; Património linguístico; Jardim da Serra; cultura da Cereja; Cerejeira; léxico.

²⁸ Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/2796>.

27) 2020-07-10, *A fuga à “Má Sorte”*:

*Subsídios para a história da emigração madeirense (1851-1861)*²⁹,

Martins, Maria Cristina Henriques

Resumo: Em meados do século XIX, as repartições administrativas da maioria dos estados-nação europeus tentaram munir-se de um sistema-padrão capaz de reconhecer e de monopolizar os seus cidadãos, numa era em que os fluxos migratórios aumentaram exponencialmente. Nesta senda, as guias de passaporte parecem ter concretizado o seu objetivo – o de identificar os indivíduos que solicitavam deslocar-se, dado constituírem o início do processo de emigração legal. As concessões de passaporte, outorgadas entre 1851 e 1861 por regedores e demais funcionários públicos na ilha da Madeira, são exemplo da necessidade de o Estado verificar quem, como e por que motivos os madeirenses requereram passaporte. A análise estatístico-descritiva destes solicitantes permitirá, assim, descortinar o seu perfil socioeconómico, os destinos onde pretendiam estabelecer-se – a maioria com o seu núcleo familiar – e as relações sociopolíticas e financeiras que manteriam o fluxo (e)migratório elevado, precisamente num momento demarcado por crises agrícolas e de fome, epidemias, catástrofes naturais e pobreza, cujos regime de propriedade, pressão demográfica, desemprego e estagnação do estatuto social agravaram a subsistência da maioria da população insulana.

Palavras-chave: concessões de passaporte; emigração madeirense; guias de passaporte; legislação; migrações; regedorias; regedores.

²⁹ Dissertação disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/3102>.

28) 2020-11-20, *A emigração madeirense para o Estado de São Paulo (1930-1950)*³⁰,

Aguiar, Carina Patrícia Correia de

Resumo: A emigração faz parte da história do ser humano e, em particular, da história da Madeira. É um facto que tem marcado o seu passado, presente, história e cultura. A emigração madeirense representa um fenómeno importante do ponto de vista das suas implicações sociais, económicas, políticas e demográficas. O Brasil tem sido ao longo da história um dos destinos por excelência das vagas migratórias madeirenses. A proximidade do idioma, da cultura e o facto do Brasil ser visto em toda a Europa como o país das oportunidades, contribuíram para que os madeirenses vislumbrassem no outro lado do Atlântico uma oportunidade para prosperar. Na presente dissertação pesquisamos a emigração madeirense para o Estado de São Paulo entre 1930 e 1950. Estudamos a legislação de ambas as margens do Atlântico; analisamos as fontes primárias relativas a emigração madeirense e recolhemos o testemunho vivo de emigrantes madeirenses em São Paulo.

Palavras-chave: Diáspora Madeirense; Emigração São Paulo; Política migratória do Estado Novo; Histórias de vida dos imigrantes madeirenses; Madeira no período 1930-1950.

³⁰ Encontra-se disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/3105>.

29) 2020-11-26, *A origem e o papel dos Serviços Educativos dos Museus da RAM: uma abordagem*³¹,

Fernandes, Rui Filipe da Silva Sé

Resumo: Atualmente os museus possuem uma vasta diversidade de atividades direcionadas ao público visitante. As atividades desenvolvidas pelos serviços educativos das instituições museológicas têm como propósito promover a participação dos visitantes no seu programa educativo e cultural. Neste sentido, as atividades educativas desenvolvidas por estes serviços potenciam a construção de novos conhecimentos, o que, por sua vez, desperta as aptidões naturais do público visitante. Após ter feito o enquadramento da temática deste trabalho, foi feito o registo histórico de oito instituições museológicas, de forma a compreender as suas origens. O capítulo seguinte incidiu no enquadramento histórico do serviço educativo, dos princípios educacionais e das atividades educativas e culturais dos oito museus em análise. Desta forma, e com base na informação recolhida, procedi à comparação entre os museus abordados de acordo com as atividades que cada um desenvolve. O conjunto deste tipo de iniciativas e os eventos das instituições museológicas que incentivam a participação do visitante, constituem um complemento importante da visita. Os serviços educativos dos museus têm este papel e é, essencialmente, esse aspecto que tentaremos desenvolver neste trabalho. A tutela de cada museu tem feito o possível para desenvolver um diverso número de atividades educativas e culturais direcionadas para o público visitante, especialmente o público escolar, alocando os recursos disponíveis e, também dentro do possível, articulando-se com o grau de conhecimento dos visitantes, tal como dos programas das instituições visitantes.

Palavras-chave: Museu, Serviços Educativos, Atividades Educativas e Culturais, Público Visitante, Tutela.

³¹ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/3115>.

30) 2022-01-21, *O Topónimo “Fajã”: Um património linguístico na macaronésia*³²,

Gouveia, Gabriel Jardim

Resumo: Dada a sua importância para a área dos Estudos Regionais e Locais, o presente trabalho teve como principal propósito uma análise da presença do topónimo “Fajã” na Macaronésia. A intenção é saber se este topónimo é um património linguístico comum a todos os territórios que podem ser englobados na designação de “Macaronésia” ou, apenas a alguns territórios arquipelágicos desta área geográfica atlântica. Este estudo tem por objetivo contribuir para um mais amplo esclarecimento do conceito de “fajã”. Pretende maior divulgação, entendimento e sobretudo valorização, tendo em conta a importância do topónimo. Revê a sua definição, a fim de se reconhecer a sua riqueza em termos históricos e culturais. O topónimo “Fajã” está presente nestes arquipélagos, desde há vários séculos. É comum em todos os arquipélagos da Macaronésia. Está fortemente relacionado com a prática agrícola, que foi imprescindível para a fixação e, obviamente a sobrevivência das pessoas, em particular os primeiros povoadores destas ilhas. Isso observa-se pelo estudo dos nomes atribuídos às “fajãs”, cuja análise comparativa se empreende, a nível do Património Linguístico.

Palavras-chave: Toponímia, “Fajã”, Macaronésia, Património Linguístico, Estudos Regionais e Locais.

³² Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/4239>.

31) 2022-01-26, *Bruxas e Diabos:*
*Figuras do mal na literatura madeirense*³³,

Miguel, João Xavier Pinheiro

Resumo: Figuras como bruxas, feiticeiras, diabos e outros seres do mal estão profundamente enraizadas no folclore e na cultura tradicional madeirense. Este estudo pretende procurar essas figuras do mal, analisando a escrita narrativa nas abordagens popular e erudita, de forma a comparar as diferentes representações e contornos que estas adquirem. O referido levantamento abrange obras e autores afetos ao arquipélago da Madeira, num *corpus* de obras publicadas desde o início do século XX até aos nossos dias. As figuras em estudo têm vindo a ser associadas ao mal, desde sempre em crenças baseadas na superstição, e alimentadas pelo medo e pela ignorância. Apesar de tidas predominantemente como figuras do mundo da fantasia, surgem muitas vezes associadas à natureza, revelando uma rica diversidade de elementos sobreviventes de cultos pré-cristãos. Se a história condenou figuras como estas às fogueiras e à demonologia, a literatura, por outro lado, deu-lhes guarida, abrigou-as no seu seio e alimentou-as, deixando-as crescer e adquirir novos contornos e características, povoando, assim, o imaginário humano de fantasia, juntamente com a superstição e a crença que pairam sobre elas.

Palavras-chave: Literatura Madeirense, Folclore, Imaginário, Superstição, Seres do Mal, Feitiçaria, Diabo.

³³ Trabalho disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/4308>.

Uma leitura pormenorizada dos conteúdos apresentados – títulos, resumos e palavras-chave – revela que as áreas escolhidas para as investigações, a fim de concretizar as Dissertações, foram variando em função das opções individuais dos mestrandos. Essa é uma mais-valia do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais, que, por contemplar seis áreas científicas diferentes, pode mesmo possibilitar uma vertente interdisciplinar. Quem o deseja cruza-as, como se verifica em alguns casos dos dados expostos anteriormente e da sua síntese operada no gráfico 41.

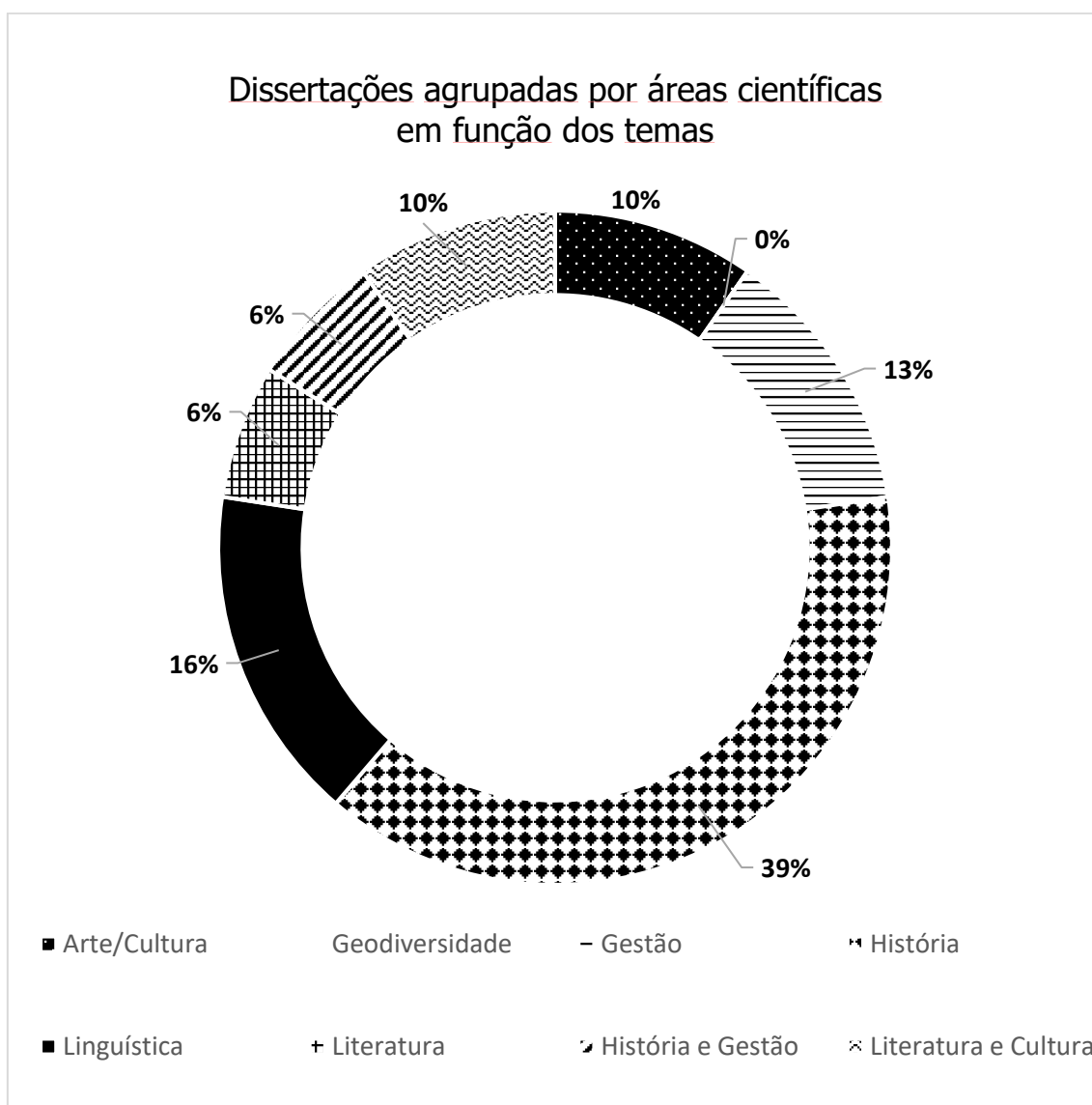


Gráfico 41. Nível percentual de dissertações agrupadas por áreas científicas em função dos temas.

As informações recolhidas e tratadas revelam que a História, com 39% de Dissertações, é a área científica que sobressai. No entanto, as outras áreas juntas ultrapassam-na, embora ela apareça associada a algumas com a possibilidade de multidisciplinaridade. Assim, o conjunto de Dissertações que envolvem outras áreas chega aos 61%, demonstrando perfeitamente que a essência multidisciplinar do MERL é apreciada pelos mestrandos, que podem trabalhar diversos temas no âmbito dos Estudos Regionais e Locais. As temáticas relativas à RAM são, como seria de esperar, predominantes. Permitem, assim, desenvolver conhecimento em áreas onde houve, e ainda, há falta de investigação. O MERL vem ocupar um lugar que não existia, a nível académico, abrindo caminhos a mestrandos interessados em explorar assuntos da sua terra. Também permitiu comparar dados regionais e locais da RAM com os de outras regiões e localidades. Com esta observação atenta e detalhada das áreas científicas das Dissertações, o perfil dos mestrandos por edição e numa visão global fica traçado. Está concretizada a súmula dos dados. Permitirá, acreditamos, compreender melhor o curso.



Júri das provas públicas da Dissertação de João Xavier Pinheiro Miguel com o candidato, no dia 26-01-2022, no Edifício da Penteada da Universidade da Madeira

Fotografia tirada no fim das provas por um familiar do Mestre



Foto: Rui Camacho

06 de Maio 2019

18h, Sala 12, Campus da Penteadá

CONFERÊNCIA

Jorge Freitas Branco

(ISCTE – Instituto de Lisboa, CRIA-IUL)

“Improviso como Cultura de Disputa”

2º CICLO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

A entrada é livre e confere certificado.

coordenador.dllc@mail.uma.pt




UNIVERSIDADE da MADEIRA

FACULDADE DE ARTES
E HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS,
LITERATURAS E CULTURAS

Foto de Luís Furtado

14 de Maio de 2019

16h, Sala 12, Campus da Penteadá

CONFERÊNCIA

Duarte Nuno Chaves

(Post-Doctoral Fellow, CHAM – FCSH/Nova-UAç)

“Procissões de Penitência na Madeira e nos Açores do Século XXI. Uma exteriorização catequética do teatro Barroco”

2º CICLO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

A entrada é livre e confere certificado.

coordenador.dlic@mail.uma.pt

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO PASSADO AO PRESENTE

Nas oito edições ocorridas até ao momento, várias foram as dinâmicas dadas ao Mestrado em Estudos Regionais e Locais. Internamente, entre docentes e discentes, houve propostas de aprendizagem diferenciadas. As áreas de interesse são diversas e isso verificou-se igualmente nas propostas de actividades que foram sendo proporcionadas aos mestrandos ao longo dos anos, quer através de seminários, quer através de aulas abertas, quer por outros formatos, como o podem comprovar alguns dos cartazes de eventos que servem de separadores neste livro. Os cartazes e as fotografias que aqui se facultam ilustram alguns momentos extracurriculares e extremamente formativos. A relação de proximidade com o Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) sempre foi grande, nomeadamente porque alguns docentes integram o grupo de investigadores do CIERL.

Dão-se, neste livro, exemplos de um leque bem mais alargado de eventos organizados no âmbito deste curso. Recentemente, o 2.º Ciclo participou na Semana das Artes e Humanidades, promovida pelo Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades, com a colaboração do Museu de Etnografia da Madeira na concretização de três exposições: *Festas e Arraiais*, *Cuscuz* e *Bolo de Noiva*. Participou-se, igualmente, com a pré-apresentação deste “e-book” e o mestrando Nuno Dias ofereceu-se para a divulgação de um trabalho de investigação de uma unidade curricular sobre a cana sacarina e o rum, de um ponto de vista económico. Noutra ocasião, realizou-se um seminário com a Comissão Nacional de Eleições para realçar a importância da participação cívica, aquando dos diferentes actos eleitorais. No início do ano académico 2021-2022, organizaram-se as I Jornadas com a possibilidade de os mestrandos que o desejassem apresentarem as suas propostas de Dissertação, aprovadas pelos órgãos do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas e pela Faculdade de Artes e Humanidades. Por conseguinte, organizou-se um programa geral que combinasse estas intervenções com participações de antigos mestrandos e de personalidades regionais e nacionais (ver fotografias do evento). Acredita-se que este tipo de Jornada pode ter futuro, dando aos estudantes que vão iniciar a Dissertação entusiasmo para o 2.º ano do curso.

Ao longo destas edições, todos os docentes envolvidos no 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais têm procurado valorizar a formação dos mestrandos e com eles promover diversas actividades. Por exemplo, uma mestranda, enquanto funcionária na Assembleia Legislativa Regional, organizou uma visita guiada à Instituição Regional para

docentes e discentes do Mestrado, dando a conhecer o seu ambiente laboral, tão importante para a Região Autónoma da Madeira. Aliás, este exemplo ilustra a ligação com o meio que se intensificou, progressivamente, tendo o Mestrado suscitado diversas solicitações da comunidade. Interpelado por diversos agentes locais e regionais, o 2.º Ciclo foi realizando múltiplos eventos. Como caso exemplificativo, indicamos o convite endereçado à direcção do Mestrado em Estudos Regionais e Locais para intervir com comunicação num evento organizado pelo núcleo da Rede Europeia Anti-Pobreza da RAM, no Auditório do Instituto de Segurança Social da Madeira, em 07-05-2019. Interveio-se com o tema: “Responsabilidade corporativa e sustentabilidade das organizações da economia social: contributo dos Estudos Regionais e Locais para a compreensão da realidade na Região Autónoma da Madeira”, no *Workshop* “Responsabilidade Social e Desenvolvimento Comunitário”. Num contacto aí ocorrido, é de referir o convite recebido para a Direcção do Mestrado participar, juntamente com um representante dos estudantes, num evento promovido pelo movimento GRACE, no Lobo Marinho, numa acção de solidariedade. Tendo o convite sido o seguinte:

“Empresa sustentável, o horizonte 2030” | Funchal - Madeira Data: 22 de novembro, sexta-feira Hora: 10h45 – 12h30 Local: Navio Lobo Marinho | Salão Atlântico (@ porto Funchal) Enquadramento: Iniciativa organizada pelo GRACE com o apoio do Grupo Sousa, membro da Direcção do GRACE, e que visa a partilha de boas práticas de Responsabilidade Social Corporativa desenvolvidas por empresas que operam na Região Autónoma da Madeira, assim como constituir o ponto de partida para a criação de um Cluster Regional na Madeira, com o objetivo de estimular eventuais parcerias e projetos em rede que permitam às empresas associadas partilhar experiências e aprofundar a cooperação mútua, conforme desafio da Agenda 2030 das Nações Unidas.”

A nível de publicações no âmbito do Património Linguístico, retomando trabalhos de investigação apresentados na unidade curricular foram submetidos e aprovados para publicação em revistas, pelo menos, dois trabalhos, cujas referências se facultam abaixo:

- REBELO, Helena e GOMES, Nulita (2014) “Património Linguístico: Um Estudo Lexical na Lombada da Ponta do Sol” in revista *Veredas*, n.º 21, Santiago de

Compostela, Associação Internacional de Lusitanistas, 2014 – 1.º semestre, pp. 45-61, avaliação por pares, ISSN: 0874-5102. <http://hdl.handle.net/10400.13/4134>

- PÃO, Pedro Afonso e REBELO, Helena (2016) “Património Linguístico e Informática: De Termos Técnicos Estrangeiros a Vocábulos Comuns Portugueses”, Claraboia Revista do Curso de Letras e do Mestrado Profissional em Letras – Profletras – da UENP V. 6, Julho a Dezembro, n.º 6, pp. 99-114, ISSN: 2357-9234. Qualis B5

http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/issue/viewIssue/37/pdf_62

Mantendo o contacto por “e-mail” com todos os estudantes das oito edições, foi em 2019 lançado o desafio da promoção ou da organização de eventos. Daí decorreu, por exemplo, a 29 de Novembro 2019, das 18h-20h, na sala do Senado, no Campus da Penteada um seminário com o Doutor José Felisberto Almeida (ex-aluno do Mestrado em Estudos Regionais e Locais), sob o título “Da Dissertação à Tese” com a participação de Helena Rebelo (Universidade da Madeira) “Uma Metodologia ou Várias?”, no sentido de responder a um pedido de mestrandos acerca de metodologias. A sessão foi aberta a toda a comunidade académica, contando com a colaboração de estudantes de outras áreas. Nesta sequência, tem-se mantido este género de eventos para auxiliar os estudantes a intervir no meio regional e local, sobretudo no âmbito científico. As participações nos Colóquios Insula do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais foi exemplo disso mesmo, estreitando-se a colaboração Mestrado-Centro de Investigação. Esta dinâmica foi sendo mantida num trabalho de investigação colaborativo permanente entre docente-discente. Novamente a título exemplificativo, do conhecimento que se tem, indica-se que foi aprovada, para apresentação, a seguinte proposta de comunicação que, entretanto, já decorreu e que será alvo de submissão a publicação:

- Maria Helena Dias Rebelo e Elda Jéssica Freitas Olim, mestranda do Mestrado de Estudos Regionais e Locais da edição de 2020-2021 intitulada *A Vitalidade de “Amecê” no Concelho de Machico, Madeira*, no Congresso Internacional Mundos em Mudança Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, a realizar na Universidade de Aveiro, nos dias 20, 21, 22 de Julho de 2022, Página Web: <https://mundos.varialing.eu/>

A fim de valorizar mais o trabalho científico colaborativo que envolva todos, docente-discente, e dê realce ao contributo dos mestrandos, têm sido equacionadas diversas estratégias. A segunda avaliação da A3ES, em curso, irá permitir afirmar o futuro do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais em função do passado e do presente que tem vivido, no sentido de ir ao encontro dos interessados pelos estudos que consideram tanto a vertente regional, como a local, que, por natureza, é multidisciplinar. Nas comunidades humanas confluem saberes de todas as áreas científicas e são passíveis de serem investigadas.

No que diz respeito à internacionalização, desde 2019, houve contactos a pedido da Universidade de Pádua para desenvolver uma parceria que envolva universidades do mundo e organismos internacionais, no intuito de interligar saberes das Humanidades com diversas Ciências para auxiliar na formação de estudantes que entendam os seres humanos inseridos nos territórios que habitam, sublinhando temáticas contemporâneas como as Alterações Climáticas, a Diversidade, Sustentabilidade do Desenvolvimento Territorial (CCD-STeDe). Esta proposta recebeu em Julho de 2022 um financiamento considerável da União Europeia para a concretização de um *Erasmus Mundus*, com a pontuação de 89/20.

Reproduzem-se abaixo páginas da brochura disponível na Internet desta parceria internacional com base num mestrado em colaboração que junta 5 universidades e mais de 3 organismos não governamentais, distribuindo-se pelo mundo, mas contemplando, sobretudo, a Europa, África e a América Latina:

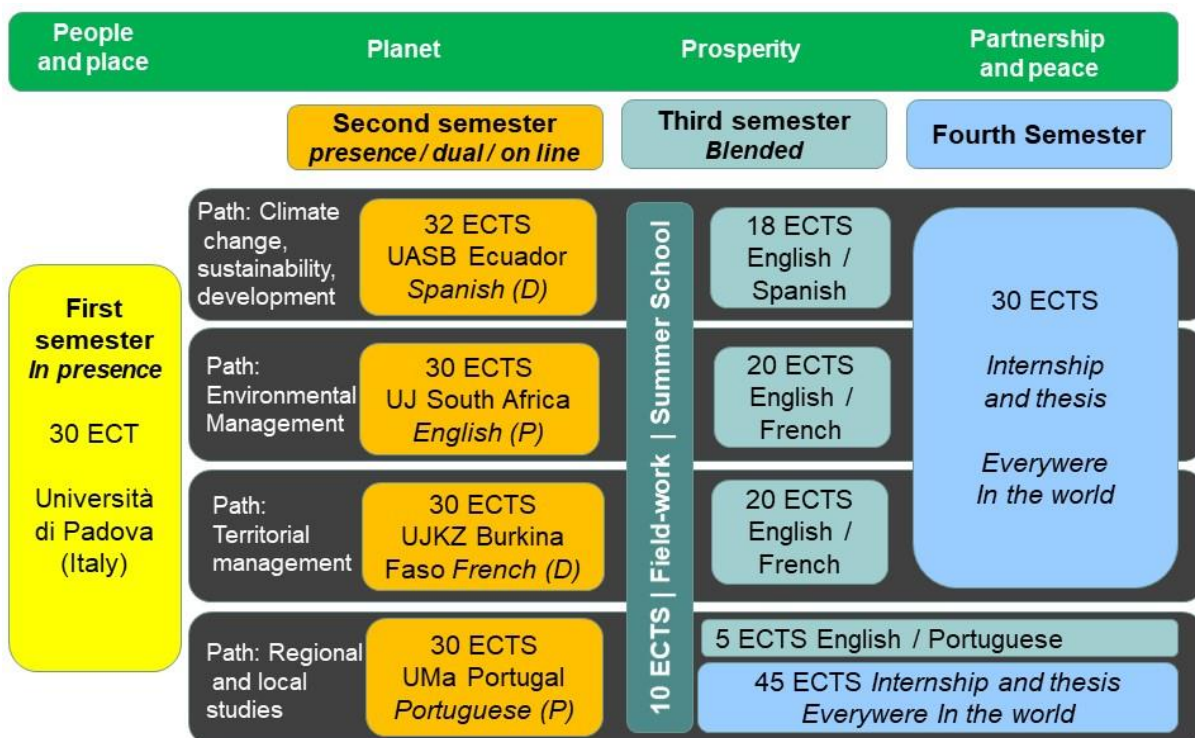
“Since 2022/2023 the members of the Consortium are 5 Universities: University of Padova (Italy), Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, Université OUAGA I Professor Joseph KI-ZERBO (Burkina Faso), University of Johannesburg (South Africa), Universidade da Madeira (Portugal). Professional Partners are: The European Association for local Democracy – ALDA (France/Italy), Via Via Tourism Academy (Belgium), Fundación Pacha Mama, Quito (Ecuador).”

É explicado em que consiste:

“CCD-STeDe International Joint Master is a master level degree course and consists of 120 ECTS credits in two academic years (From September to August). All the

course units and educational activities are offered in the participating universities through a specific mobility scheme for the students: each participant will study in different countries.”

Batch 12 (2022/2023)



O presente do Mestrado em Estudos Regionais e Locais está marcado por esta parceria internacional que vai traçar o devir do curso, mantendo-se, evidentemente, a sua essência multidisciplinar. Este 2.º Ciclo consegue algo de que se fala muito a nível de exigências para o mercado de trabalho, embora pouco se veja concretizado no meio académico: associar áreas das diversas Ciências, das Artes e das Humanidades para facultar aos estudantes ferramentas que os possam auxiliar a resolver problemas que encontrarão no mundo profissional. O futuro do Mestrado em Estudos Regionais e Locais não se constrói hoje, já que está embrionário no seu passado. Pretende-se, no entanto, torná-lo mais interactivo, criando uma unidade curricular que promova a investigação conjunta, concentrando duas unidades curriculares de História numa única. É uma das propostas substanciais apresentadas à A3ES, aguardando-se, agora, a avaliação do curso.



"Memória e desastres na Madeira Catarse e (Re)Construção"

**20 de fevereiro | 14H30 | Entrada Livre
Sala do Senado | Universidade da Madeira**



“Além da realização dos eventos descritos anteriormente, o Mestrado em Estudos Regionais e Locais apoiou também a organização das Conferências “Memória e Desastres Naturais na Madeira Catarse e (Re) Construção”, ocorridas em fevereiro de 2013 e 2014”.

Cartaz facultado pelo Gabinete de Comunicação e Marketing da UMA

O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!
O MEU VOTO CONTA. VOTO!

SEMINÁRIO

Dr. João Almeida e Dr. João Tiago Machado
Comissão Nacional de Eleições (CNE)

**UM VOTO PARA A CIDADANIA
LOCAL, REGIONAL E NACIONAL**

CONSELHO DE CURSO DO Mestrado em Estudos Regionais e Locais

13

Dezembro 2021
14h - 16h

CAMPUS DA
PENTEADA,
SALA DO SENADO



Entrada livre

POSFÁCIO

Um posfácio oferece a última hipótese de produzir umas considerações finais sobre o texto ou obra em consideração. Dados os objectivos deste livro, e tendo em conta alguma informação lida, no fim de semana anterior à escrita, sobre as perspectivas e considerações tecidas por um Reitor recentemente eleito para um novo mandato numa Universidade Portuguesa, não posso deixar de destacar o papel do Mestrado em Estudos Regionais e Locais como proposta de formação verdadeiramente multidisciplinar, dada a diversidade de áreas científicas abordadas, e os “custos” que tal implica para os mestrandos. Defende o Reitor em causa uma maior abertura da A3ES para soluções “customizadas”, em linha com os interesses e intelectuais preferências dos estudantes, nalguns casos a emanar de um exercício de pura “diversão” intelectual, noutras casos a revestir-se de um grau de articulação e racionalização notável no contexto profissional, dado “fazer” todo o sentido juntar “UC” (unidades curriculares) díspares.

À falta de inspiração para escrever este posfácio, socorro-me novamente da informação veiculada neste fim de semana, pela comunicação social, muito centrada na questão dos *hackers*. Contava um dos comentadores de um dos canais de TV “principais” que a formação de recursos humanos qualificados na área do cibercrime implicava formação simultânea nas áreas de Engenharia, Computadores, Matemática e um sólido *background* cultural, o que nos remete para as áreas da Humanidades, Ciências Sociais, Psicologia, etc. As competências culturais de diversas disciplinas (História, Sociologia, Psicologia, Geografia, etc.), destinam-se obviamente à capacidade de compreensão do quadro mental/psicológico onde se movem os operacionais da área.

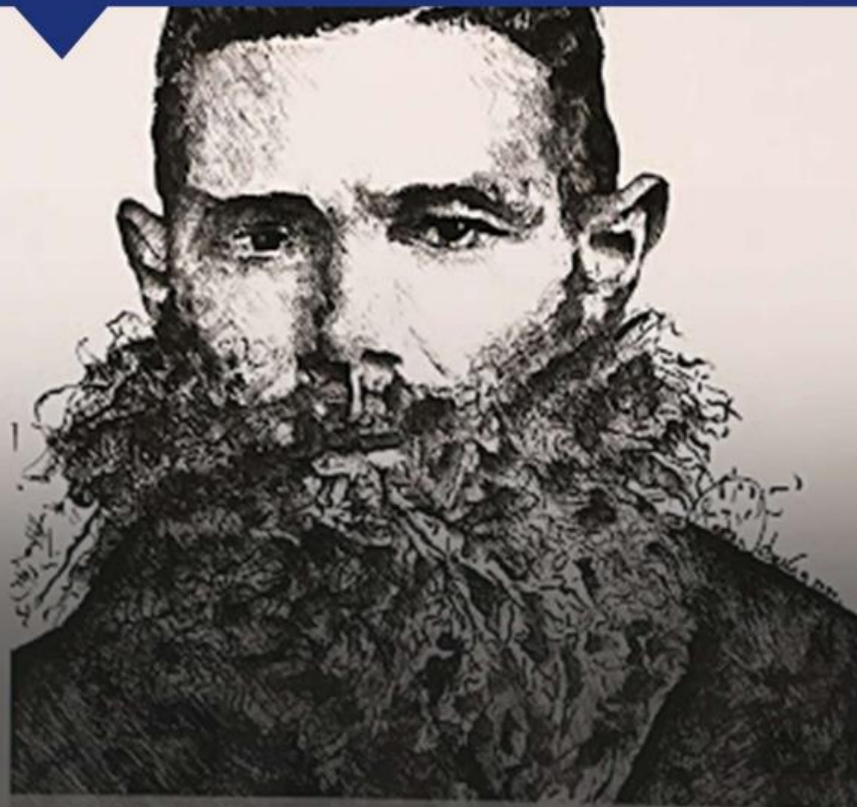
Existe, portanto, uma crescente consciência da necessidade de formação verdadeiramente multidisciplinar, que forme profissionais com competências mínimas em várias áreas. Isto implica profissionais que, por exemplo, compreendam os métodos de investigação e paradigmas-chave na área da História, que exceleem nesta área, mas que, simultaneamente, se sintam confortáveis a tratar séries estatísticas, e/ou a aplicar métodos econométricos/estatísticos simples. Requer, ainda, que sejam pelo menos capazes de dialogar com especialistas para exprimir as suas necessidades em termos de tratamento de dados e compreender as soluções propostas. Implica que se apoiem num *stock* de leituras e na capacidade de análise literária crítica, como ferramentas de apoio à decisão.

A realidade regional não se confina aos limites de uma área científica, nem aos ditames impostos pela organização disciplinar e curricular, e pelas fronteiras científicas,

por vezes, fortemente patrulhadas, o que está patente nas universidades. Também não implica a tentativa de excelência em todas as áreas. Contudo, exige a capacidade de integrar vários métodos e abordagens e de ser capaz de compreender o vocabulário “mínimo” exigível para co-participar e co-habitar o “espaço regional”. Dado ter vindo a leccionar a área de Economia em Regiões e Turismo neste 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais, percebo, presumo, as dificuldades que estas considerações implicam para os estudantes. Alguns progridem e crescem em áreas como a da Literatura ou da Arte/Cultura e outros sobrevivem em áreas que exigem domínio de alguns conceitos matemáticos, mas todos aprendem coisas novas.

António Manuel Martins de Almeida antonioa@staff.uma.pt

Membro do Conselho de Curso do Mestrado



LITERATURA DE CORDEL DE MANUEL GONÇALVES,
O FEITICEIRO DO NORTE

Aula Aberta

30

MARIA BELA DE SOUSA MENEZES

(Escola Secundária Jaime Moniz; Co-responsável pelo Projecto "Terras do Norte: Cultura, Tradição e Inovação - um Projecto para o presente e para o futuro da Cultura Madeirense")

Março 2022
18h00

Campus da Penteada,
Sala 21

Versos de Manuel Gonçalves (*Feiticeiro do Norte*) – Memória, Tradição e Cultura Regional Madeirense

Organização: Doutora Ana Isabel Moniz

2º Ciclo em Estudos Regionais e Locais



Conferência

Mauro M. Nakamura

Cultura Japonesa e Filosofia Budista

Moderação: Doutora Ana Isabel Moniz

2º Ciclo em Estudos Regionais e Locais

4

Março 2022
16.00

Campus da Penteada,
Sala 21



NOTAS BIOGRÁFICAS



Lúcia Pestana e Helena Rebelo, 21 de Janeiro de 2020

Lúcia Pestana

É licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa. É mestre em Estudos Regionais e Locais pela Universidade da Madeira onde apresentou a Dissertação de mestrado: *A cultura da cereja no Jardim da Serra: valorização de um património cultural e linguístico* (2020). Trabalho, este, distinguido com uma menção honrosa pela Assembleia Legislativa da Madeira no âmbito da 1.^a edição do Prémio Mais Valor Madeira (2021). Tem desenvolvido trabalhos de investigação no âmbito dos estudos regionais e locais e das relações internacionais em instituições públicas e privadas locais. Colabora em eventos organizados pela Associação Contigo Teatro desde 2019, em actividades e projectos desenvolvidos pela Casa do Povo do Jardim da Serra, no domínio do património cultural, e pelo Centro de Desenvolvimento e Inovação Sociocultural e Agroflorestal.

Helena Rebelo

Vide <http://orcid.org/0000-0002-8345-9436> e <https://www.cienciavitaet.pt/> (CIÊNCIA ID: 2F12-B7AA-6E62)

Professora Auxiliar na Universidade da Madeira (UMa): é licenciada e mestre pela Universidade de Coimbra. Na UMa, doutorou-se em Linguística Portuguesa e, na Universidade de Aveiro (UA), desenvolveu um pós-doutoramento. É membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas-UA e está ligada ao Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais-UMa, ao Grupo de Estudos da Paisagem. Participa em encontros científicos e tem várias publicações, incluindo livros sobre a língua portuguesa. Em 2017, recebeu o Prémio Maria Aurora, Funchal. Desde 2019, dirige o Mestrado em Estudos Regionais e Locais da UMa e, desde 2021, é Coordenadora do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, na Faculdade de Artes e Humanidades, sendo Vice-Presidente. Integra o júri do Prémio Edmundo Bettencourt.